



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI SUP. A AO Nº 43, TERÇA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2021

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PODEMOS-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - (cargo vago)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 2^a Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de fevereiro de 2021 4

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 1^a Reunião, Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2021 26

Ata da 2^a Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2021 49

1.3 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 2^a Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2021 63

1.4 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 1^a Reunião, Extraordinária, realizada em 24 e 25 de fevereiro de 2021 70

1.5 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 1^a Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2021 112

Ata da 2^a Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2021 125

1.6 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 1^a Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2021 146

Ata da 2^a Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de fevereiro de 2021 156

1.7 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 2^a Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2021 159





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, na sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Jorginho Mello, Paulo Paim, José Serra, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Major Olímpio, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Leila Barros. Comparecem, ainda, os senadores Izalci Lucas e Weverton, não membros. Deixam de comparecer os (as) demais Senadores (as). A presidência declara aberta a reunião, dando início à apreciação da pauta. **1ª parte - Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 28/2020-CN (“estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2021”), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.** O Presidente concede a palavra ao relator das emendas, senador Vanderlan Cardoso, que faz a leitura do relatório. Fazem uso da palavra os senadores Jorginho Mello e Esperidião Amin. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, com o encaminhamento das seguintes emendas ao PLN nº 28/2020-CN: **Emenda nº 1** – UO 25101 – Ministério da Economia – Administração Direta – Ação 210C–Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual e Potencial Empreendedor e Artesanato – Valor R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); **Emenda nº 2** – UO 99906 – UO Genérica Geratriz – A. Gov. 12-Fazenda – Ação 9999 – Ação Atípica – Valor R\$ 4.800.000.000,00 (quatro bilhões e oitocentos milhões de reais); **Emenda nº 3** – UO 25915 – Fundo de Amparo ao Trabalhador – Ação 20Z1 – Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores – Valor R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais); **Emenda nº 4** – UO 25101 – Ministério da Economia – Administração Direta – Ação 0556 – Apoio Financeiro a Fundação Getúlio Vargas - Valor R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). **2ª parte – Deliberativa. ITEM 1 – Ofício “S” nº 40, de 2019 – Não terminativo – (EXTRAPAUTA)** que: "Solicita consulta acerca do disposto no artigo 7º, inciso II, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal." **Autoria:** Prefeitura de São Paulo. **Relatoria:** Senador José Serra. **Relator “ad hoc”:** Senador Major Olímpio. **Relatório:** Conclui que os valores relativos à previsão de pagamento de precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houvessem sido incluídos não compõem a dívida consolidada para fins do disposto no inciso II do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Económicos nº 1, de 2021 (EXTRAPAUTA)** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Alexandre Barreto, Presidente do CADE, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o suposto Cartel formado entre os distribuidores de combustíveis, que dominam o mercado. Esse sistema de distribuição prejudica os consumidores e impede soluções que, de fato, diminuam o valor final do combustível." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). Lido o requerimento, faz uso da palavra o Sen. Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar os trabalhos, a ata



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dez minutos.
A presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/02/25>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero saudar a presença do nobre Vice-Presidente, Senador Vanderlan Cardoso, que é o Relator das emendas ao Orçamento da União de 2021.

Quero também informar aos Srs. Senadores e Senadoras que estou encaminhando requerimento agora, que julgo da maior importância, baseado no art. 58 da Constituição Federal, §2º, incisos II e V, para que seja convidado o Doutor Alexandre Barreto, Presidente do Cade, para comparecer a esta Comissão a fim de prestar informações sobre o suposto cartel formado entre as distribuidoras de combustíveis que dominam o mercado.

Quero ressaltar que este é o momento propício para análise dessa situação, até porque todos nós sabemos do avanço desordenado do preço dos combustíveis, sobretudo da gasolina e do óleo diesel, o que resultou numa crise sem precedentes na maior empresa estatal do Brasil, a Petrobras, e na demissão do seu Presidente, Castello Branco. Isso foi inclusive levantado pela maior autoridade do País, o Presidente da República Jair Bolsonaro, que, de alguma forma, coloca corretamente essa insatisfação, que é a insatisfação de todo o povo brasileiro, de todos que conhecem as dificuldades do transporte no País, que se levantam contra o aumento dos preços.

O mérito da posição do Presidente é correto, no entanto, a forma prejudicou muito as ações da empresa, haja vista que houve um recuo, uma desvalorização muito grande das ações ordinárias e preferenciais da Petrobras. Esse sistema de distribuição prejudica os consumidores e impede soluções que de fato diminuam o valor final dos combustíveis. A Agência Nacional do Petróleo não permite vendas diretas de refinarias aos postos de combustível.

Em 2018 – estava aqui conosco o Senador Antonio Anastasia, que nos ajudou nesse sentido –, eu apresentei o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 61, de 2018, que foi aprovado no Senado e remetido à Câmara dos Deputados, exatamente para permitir a venda direta das usinas para os postos de combustíveis, eliminando aí a figura do atravessador, que é uma coisa que... No Brasil, não há nada mais fácil de ganhar dinheiro do que ter essa condição, dada inclusive pela Agência Nacional do Petróleo, que proíbe a venda da usina com a produção, por exemplo, de etanol para o posto de combustível. Nós aprovamos isso aqui em 2018, foi para Câmara dos Deputados. Eu vou até provocar o atual Presidente Arthur Lira, solicitar a ele que possa colocar em votação esse projeto de decreto legislativo, dando essa condição da venda.

Eu creio que os produtores todos estão sintonizados com essa nossa proposição, até porque na Região Nordeste, então, o prejuízo é muito grande – quero saudar aqui o Senador Major Olímpio –, o prejuízo é muito grande. Não há como a Agência Nacional do Petróleo não permitir – imagine – a venda direta para os postos de combustível.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse decreto legislativo foi aprovado, está na Câmara. O projeto de decreto legislativo susta o art. 6º da Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2009 – coisa recente, 2009, coisa que nem vem de muito tempo –, que estabelece que todo combustível deve passar por empresa distribuidora. Olhe bem, a Agência Nacional do Petróleo, Major Olímpio, diz que todo combustível tem que passar por empresa de distribuição. Se o produtor de etanol lá do Nordeste quiser produzir o etanol, pegar o caminhão de transporte dele e levar o etanol para o posto de combustível, não pode; tem que haver um intermediário, tem que haver um lobista, tem que haver um sujeito que vá fazer esse transporte. Isso é um absurdo no Brasil.

Na época, aprovamos aqui, em 2018, esse meu projeto, está na Câmara para ser apreciado. Deve passar por empresas de distribuição antes de chegar às revendedoras. Então, imagine, se você quiser transportar direto, você não pode transportar direto: tem que passar pelo esquema montado na Agência Nacional do Petróleo.

Então, precisamos rever esse sistema, essa situação no País. O mercado está privilegiando o segmento econômico e faz necessário alterar essa dinâmica e ampliar a concorrência.

Com a palavra o nobre senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Meus cumprimentos, Presidente Otto. Cumprimento aqui o nosso Senador Anastasia, o Major Olímpio, que acabou de sair, quem está nos assistindo.

Antes de iniciar aqui meus comentários a respeito do que V. Exa. acabou de ler, eu quero dizer da minha felicidade de estar hoje como Vice-Presidente, seu Vice-Presidente aqui na CAE, uma Comissão muito importante pelo momento por que passa o País, mas, acima de tudo, de ter um Presidente com o conhecimento de V. Exa.

Como ex-Governador, como Secretário de Estado e, hoje, como Senador, V. Exa. acumula muito conhecimento.

Sobre esse tema aí, é interessante: quando V. Exa. falava, eu comecei até a rir aqui, porque existem casos por este Brasil todo, mas vou me referir especificamente a um para que aqueles que estão nos assistindo entendam.

Senador Major Olímpio, nós temos várias usinas de etanol em Goiás, mas vou pegar o exemplo da cidade de Quirinópolis, que está a cerca de 300km, 320km de Goiânia, onde estão as distribuidoras. Então, os postos de combustível da própria cidade e da região que engloba cidades que ficam a aproximadamente 20km, 25km, 30km... Esse etanol vem para Goiânia pagando frete para vir e, depois, paga frete para voltar; passa numa distribuidora, agrega mais valor, mais imposto, para chegar ao posto de gasolina. Então, essa correção já há muito tempo deveria ter sido feita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que se arrume um mecanismo, Presidente, para fazer essa fiscalização. É que uma das alegações apresentadas à época para se colocar essa trava foi que estava havendo sonegação. Bom, se for travar tudo em que pode haver sonegação por ineficiência do fisco, tem que travar praticamente tudo, não somente o combustível.

E, com relação ao combustível, meu Presidente, eu lembro que, por volta de 1996, 1997, o Brasil ainda não era autossuficiente em petróleo, Senador Anastasia, produzia em torno de 650 a 700 mil barris por dia, nós importávamos muito petróleo. E ali nós começamos a fazer – veja bem, Presidente – campanhas de oração, independentemente da denominação, para que o Brasil fosse autossuficiente em petróleo. É que nós pensávamos que, quando o Brasil fosse autossuficiente em petróleo e que não mais o importasse, nós iríamos ter gasolina e óleo diesel a um preço não digo quase de graça, mas a um preço justo.

Parece, porém, que a maldição do petróleo também chegou ao Brasil, porque hoje nós exportamos petróleo, somos autossuficientes, e temos um dos preços mais altos do mundo. E agora vem esta crise, com estes aumentos, porque é preciso acompanhar o preço do barril do petróleo lá fora, e nós produzimos aqui com o nosso custo.

Eu acho que chegou o momento de avaliar isso, e nossa Comissão, com tantos Líderes que entendem do assunto, vão saber debater isso sob a sua presidência. Nós estamos aqui para ajudar mesmo a resolver esse problema com relação aos nossos combustíveis, passou da hora.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Vanderlan, eu concordo plenamente com V. Exa. a respeito dessa colocação quanto ao petróleo. Nós produzimos petróleo aqui, mas o preço tem que ser dolarizado e balizado pelo custo do petróleo no mercado exterior. Daqui a pouco vão querer dolarizar o feijão e o arroz que nós produzimos também, que são produtos brasileiros como é o petróleo – não é isso mesmo? –, como a carne. Enfim, eu concordo plenamente com V. Exa. É isso que, talvez, a Petrobras tenha que revisar no sentido de, pelo menos, baixar o custo do diesel e da gasolina, mas sobretudo o do diesel, que move o nosso País.

Nós temos aqui um ofício cuja apreciação foi solicitada pelo nobre Senador José Serra.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 40, DE 2019

Solicita consulta acerca do disposto no artigo 7º, inciso II, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Autoria: Prefeitura de São Paulo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador José Serra (Substituído por Ad Hoc)

Relatório: Conclui que os valores relativos à previsão de pagamento de precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houvessem sido incluídos não compõem a dívida consolidada para fins do disposto no inciso II do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. Eu vou designar o Senador Major Olímpio para que ele possa relatar. No entanto, nós ainda não temos quórum de deliberação, mas V. Exa. pode ler o relatório enquanto nós aguardamos o quórum e, assim que o tivermos, nós colocamos para deliberar e já vamos avançando aqui na 2ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o nobre Senador Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP. Como Relator.) – Eu agradeço, meu Presidente Otto Alencar, este primeiro momento em que eu tenho a oportunidade de participar desta Comissão sob a presidência de V. Exa. É um tremendo orgulho para todos nós podermos partilhar da sua capacidade e discernimento nisso.

O Prefeito de São Paulo solicitou ao Senador José Serra que fizesse uma intervenção e ele produziu um relatório acerca de mudanças dos critérios da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre a possibilidade de São Paulo contrair empréstimos internacionais, já sendo certo que há 20 anos que a cidade de São Paulo, com 12 milhões de habitantes, não faz uso desse tipo de recurso.

O Senador Serra produziu esse relatório. Por questões de saúde ele não está aqui presente, mas pediu e eu, com muita satisfação, farei a leitura do parecer produzido por ele.

O Relator José Serra vem à Comissão de Assuntos Econômicos para a análise do Ofício nº 40, de 2019, com consulta acerca do disposto no inciso II do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos entes subnacionais.

O referido dispositivo estabelece que, nas operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada não poderá ultrapassar 11,5% da Receita Corrente Líquida.

A dúvida da Prefeitura de São Paulo é se se deve ou não incorporar ao cômputo dos encargos anuais da dívida consolidada os valores relativos à previsão de pagamento de precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que foram incluídos. Na prática, se esses valores forem considerados, haverá menor espaço para contratação de novas operações de crédito, tendo em vista que o limite de 11,5% da Receita Corrente Líquida estará mais próximo de ser atingido.

De acordo esse Ofício 40, a necessidade da consulta decorre do entendimento externado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio do Parecer nº 1.327, de 2017, que modificou o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento que havia até então, ao concluir que os valores relativos à previsão de precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento deveriam ser considerados no cálculo do limite de que trata o inciso II do art. 7º da RSF nº 43.

Ainda de acordo com o documento enviado pela Prefeitura de São Paulo, a mudança de entendimento por parte da Procuradoria-Geral da Fazenda, além de atentar contra a segurança jurídica, prejudica toda a população do Município, que deixará de receber bilhões de reais em investimentos públicos que seriam viabilizados pelos financiamentos. A situação torna-se ainda mais grave porque São Paulo está praticamente há duas décadas sem contratar operações de crédito, mantendo os investimentos em níveis claramente insatisfatórios para as necessidades da população.

Em 2016, por ocasião da assinatura do 3º termo aditivo ao contrato de refinanciamento com a União, a alteração no indexador da dívida permitiu uma redução expressiva do endividamento municipal, da ordem de R\$47 bilhões, ou de 60% de sua dívida contratual. Entretanto, a correspondente redução no serviço da dívida não está se materializando em mais financiamentos (e, consequentemente, aumento dos investimentos) justamente em função da nova interpretação – incorreta, na opinião da Prefeitura – emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda.

A análise do Senador José Serra.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno, compete a esta Comissão analisar as matérias a que se refere o art. 393 do próprio Regimento.

De forma bastante sintética, concordamos com a argumentação da Prefeitura de São Paulo. O já citado Parecer 1.327 parte de uma interpretação literal do inciso II do art. 7º da RSF nº 43, combinado com o §7º do art. 30 da Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O inciso II do art. 7º, também já citado, é o que limita o comprometimento com o serviço da dívida consolidada em 11,5% da Receita Corrente Líquida. Já o §7º do art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal estatui que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites. Daí a conclusão – com todo o respeito, simplória – de que, como os precatórios não pagos integram a dívida consolidada, estes devem ser incorporados ao limite de 11,5%.

O Ofício 40, contudo, deixa muito claro que essa interpretação ignora a leitura sistêmica tanto da RSF nº 43, de 2001, quanto da própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em primeiro lugar, porque a inclusão dos precatórios não pagos no conceito de dívida consolidada vai além dos limites referidos na Constituição e na própria Lei de Responsabilidade Fiscal, quais sejam, limites globais para o montante da dívida consolidada e limites globais para operações de crédito interno e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

externo. Mais especificamente, essa inclusão restringe a autonomia administrativa e financeira dos entes federativos, o que amplia indevidamente o alcance pretendido pelo legislador ordinário.

Em segundo lugar, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovada em um contexto econômico distinto do atual. Em 2001 o legislador, com o objetivo de punir os entes que não honrassem o pagamento dos precatórios e desestimular esse comportamento, incluiu os valores inadimplidos no limite do comprometimento.

Já a situação atual é completamente distinta. As Emendas Constitucionais 62 e 94 permitiram equacionar a questão dos precatórios não pagos. Nesse contexto, o Município de São Paulo aderiu ao regime especial e passou a comprometer parte da sua Receita Corrente Líquida para pagamento de precatórios, estando adimplente com suas obrigações. Desfigura-se assim a situação de irregularidade fiscal que ocorria anteriormente.

Em terceiro lugar, a mudança de interpretação por parte da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional cria insegurança jurídica e frustra as expectativas então existentes da possibilidade de contratação dos financiamentos.

Por fim, mas não mais importante, e conforme já mencionado anteriormente, a contratação de operações de crédito é condição necessária para impulsionar os investimentos públicos. Em Municípios com a dimensão e complexidade como São Paulo, esses investimentos são essenciais para atender as legítimas demandas da população em áreas como saneamento, segurança, mobilidade urbana, saúde e educação.

Desde o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, há quase duas décadas, o Município de São Paulo, praticamente impedido de contratar operações de crédito, vem apresentando investimentos em níveis muito aquém do necessário para garantir qualidade de vida adequada à população. A janela de oportunidade que se abriu com a renegociação da dívida em 2016 não se traduziu em novos investimentos devido à recente interpretação errônea – nunca é demais enfatizar – da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que limita a capacidade de endividamento do Município.

E, com isso, profere o voto o Senador José Serra.

Diante do exposto, a Comissão de Assuntos Econômicos entende que os valores relativos à previsão de pagamento de precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2020 e não pagos durante a execução do orçamento em que houvessem sido incluídos não compõem a dívida consolidada para fins do disposto no inciso II do art. 7º da Resolução do Senado Federal 43.

Esse é o relatório do Senador José Serra.

Agradeço a V. Exas. e peço a consideração de todos para aprovarmos esse importante relatório do Zé Serra para a cidade de São Paulo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Nós estamos precisando de mais um Senador para termos quórum suficiente para deliberar o ofício encaminhado pelo Senador José Serra e tão bem relatado por V. Exa.

Passo a palavra ao meu estimado amigo gaúcho, meu amigo Paulo Paim.

É um prazer ouvi-lo, meu estimado amigo!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. Por videoconferência.) – Senador Otto Alencar, eu fiz questão de estar nesta Comissão, e para mim não contava se era titular ou suplente, porque todos serão ouvidos e terão espaço, porque conheço a história e a vida de V. Exa. V. Exa. sabe o quanto eu prezo, respeito e enalteço o seu trabalho no Senado da República e na Presidência desta Comissão, que é uma das Comissões mais importantes do Congresso. É nesta Comissão de Assuntos Econômicos que nós vamos discutir renda, emprego, a questão que V. Exa. traz na abertura dos trabalhos, que é o preço da gasolina, do óleo diesel, dos combustíveis. Eu recebi aqui um documento dos caminhoneiros, recebi um documento da Federação dos Trabalhadores em Transportes, querendo muito, muito discutir conosco. Naturalmente, a Comissão de Assuntos Econômicos pode ser o local mais adequado.

Quando aumenta, Presidente, o preço do óleo diesel, da gasolina, do gás, quem vai pagar é o conjunto da população por tudo isso. O custo de vida aumenta, a inflação vai subindo. Em resumo, gasolina, gás, diesel fazem disparar o preço também do arroz, do feijão, do óleo, da carne, da energia elétrica, de planos de saúde – já se fala em 50%. É uma cadeia que acaba explodindo e trazendo um prejuízo enorme para os assalariados, porque os seus salários, quando não congelados, são reduzidos. Quanto ao salário do trabalhador brasileiro, a estimativa é a de que, no geral, haverá uma perda em torno de 30%; isso é o que ele receberá a menos do que recebia. Vemos aí, voltando um pouco para trás, que só o preço da gasolina subiu 34%.

Com isso, Presidente, faço um comentário. Enquanto esperamos o quórum para votar o requerimento do nobre Senador José Serra, relatado muito bem pelo Senador Major Olímpio, eu fiz essa rápida consideração, dizendo que estou à disposição de V. Exa.

Sei que grandes temas estão aqui. A gente fala muito que a saída toda agora é a vacina. Vamos correr atrás da vacina, com tudo que for possível! Vamos salvar vidas de forma mais corajosa, firme, comprometida! Mas sabemos que isso está ligado à retomada da economia. Para a nossa gente poder até, quando for possível, ficar em casa, é preciso que a economia também seja retomada, ou seja, o nosso povo tem que ter salário. Nós vamos ver que o salário mínimo hoje é o menor dos últimos 15 anos, no momento em que a inflação dispara. E isso tem tudo a ver, sim, com a política de preços da Petrobras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, enfim, eu queria só cumprimentar V. Exa., Senador Otto Alencar. Conte com este, eu diria, cidadão aqui, que fica muito mais na planície. Mas eu gosto de ficar na planície e de ser presidido por Senadores como V. Exa. Muito obrigado. Estou à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço, Senador Paulo Paim.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP. Como Relator.) – Acho que agora temos quórum já, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. tem toda a minha admiração e respeito. Ouvi com atenção as colocações de V. Exa.

Este Colegiado aqui por mim presidido e pelo Vice-Presidente Vanderlan Cardoso, todos os Senadores e Senadoras, sem dúvida nenhuma, será um Colegiado de debate para entender as nossas dificuldades sociais todas, aquilo que é importante fazer nesta Comissão para que nós possamos avançar colaborando com o Brasil em todos os sentidos. Pode ter certeza absoluta de que esta será a nossa posição: de disponibilidade. Serei completamente acessível, tanto aqui na Comissão como também no telefone, no zap. Qualquer provocação, estarei pronto para responder e também corresponder à expectativa de todos os Senadores e Senadoras. Eu agradeço a V. Exa.

Já temos quórum suficiente para a deliberação.

Coloco em votação o ofício encaminhado pelo Senador José Serra e relatado pelo nobre Senador Major Olimpio.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o ofício encaminhado pelo Senador José Serra.

Como já tinha lido aqui o Requerimento nº 1, de 2021, que encaminhei... Esse requerimento, não sei se os Senadores tomaram conhecimento, é para convidar o Doutor Alexandre Barreto, Presidente do Cade, para discutir aqui essa questão do cartel dos combustíveis, o aumento que está acontecendo no Brasil e, sobretudo, essa decisão da Agência Nacional de Petróleo. Eu fiz um projeto de decreto legislativo em 2018, está na Câmara, para que possa dar condição aos produtores de venderem os seus produtos, sobretudo o álcool, da usina até o posto de combustível, porque é um absurdo o que acontece no Brasil em termos de atravessador. Agora mesmo, o Senador Vanderlan Cardoso falou que, distante de Goiânia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

100km, você produz o álcool e tem que levar para Goiânia, chegando lá o setor agrega valor ao produto e, depois, volta para o local onde foi produzido o combustível.

Portanto, coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(É o seguinte o requerimento:

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 1, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Alexandre Barreto, Presidente do CADE, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o suposto Cartel formado entre as distribuidoras de combustíveis, que dominam o mercado. Esse sistema de distribuição prejudica os consumidores e impede soluções que, de fato, diminuam o valor final do combustível.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA))

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Foi designado o Senador Vanderlan para ser o Relator das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos.

E eu passo a palavra ao nobre Senador Vanderlan, para que ele possa fazer o seu relatório a respeito das emendas.

Antes de tudo, eu quero agradecer a presença do Senador Alessandro Vieira; do Senador Jorginho Mello; do meu estimado amigo Weverton; também do meu califa-mor, Esperidião Amin, que é uma pessoa por quem eu tenho grande admiração e respeito.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode falar.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator.) – Presidente Otto Alencar, Senadores presentes, antes de ler o relatório sobre a indicação de emendas desta Comissão, o Projeto de Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021, gostaria de agradecer ao meu partido, o PSD, pela indicação de V. Exa., e aos nobres colegas pela aprovação do meu nome para exercer o cargo de Vice-Presidente desta importante Comissão do Senado Federal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Saibam que vou me dedicar e trabalhar pela Comissão de Assuntos Econômicos, assim como fiz quando assumi a Presidência da CCT em 2019 e assim como conduzo todas as missões que me são confiadas, com seriedade, imparcialidade e muita disposição.

Gostaria ainda de parabenizar o Senador Otto Alencar pela Presidência desta Comissão. Saiba que você terá em mim, Presidente, um companheiro de primeira ordem.

Também agradeço pela Relatoria das emendas desta Comissão junto ao Plano de Lei Orçamentária Anual (Ploa). Todos aqui me conhecem e sabem da minha dedicação na área econômica, sobretudo na defesa do desenvolvimento econômico, social, com destaque para a geração de renda e empregos. Na Vice-Presidência da CAE, posso trabalhar muito mais por essa bandeira.

Nós temos trabalhado aqui no Senado Federal para reduzir os efeitos da crise com a pandemia do novo coronavírus na vida das pessoas, principalmente dos mais vulneráveis e que precisam de mais atenção do Poder Público. Assim, no início do ano passado, nós aprovamos o PL 23, de 2020, que regulamentou as medidas de emergência de saúde pública para enfrentamento da crise provocada pelo vírus, como isolamento, quarentena e fechamento de portos, rodovias e aeroportos. Aprovamos o PLN 13, de 2020, destinado a crédito especial de R\$7,8 bilhões para cobrir despesas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e da Fundação Nacional de Saúde. Um dos projetos mais importantes foi o PL 1.066, de 2020, que criou o auxílio emergencial de R\$600 para trabalhadores informais de baixa renda.

Mas nossa missão não terminou em 2020, Sr. Presidente. Este ano precisamos continuar trabalhando para diminuir os efeitos negativos dessa pandemia. Por isso, considero de extrema importância aprovarmos a PEC 186, a PEC emergencial, que vai possibilitar ao Governo Federal manter o auxílio às famílias necessitadas. O apoio ao pequeno empreendedor, especialmente durante o estado de calamidade pública, representa um instrumento capaz de equilibrar os efeitos econômicos negativos decorrentes da pandemia da Covid-19. A intenção é a preservação de empregos, beneficiando trabalhadores e empregadores com objetivo de reaquecimento da economia nacional.

Estudos em 2020 indicaram que, das empresas que encerraram suas atividades, cerca de 40% foi por causa da pandemia do novo coronavírus. Como revelado pela Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de desemprego no Brasil foi de 14,3% no trimestre de agosto a outubro de 2020 e atingiu mais de 14 milhões de pessoas. Portanto, a promoção do desenvolvimento de micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais é de suma importância para o momento que estamos atravessando.

Assim, nobres pares, compartilho com V. Exas. o meu otimismo e tenho convicção de que sairemos dessa crise investindo em nossos maiores talentos: o empreendedorismo e a força de produção.

Durante a construção desse relatório, recebemos 41 emendas, de 18 Parlamentares. Nossa missão foi agregar todas elas e atendê-las, convergindo-as em quatro emendas, que serão apresentadas agora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que conseguimos um ótimo resultado e contemplamos praticamente todos os colegas em nosso relatório final.

Passo agora à leitura do parecer às emendas apresentadas a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Relatório.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 – Ploa 2021, Projeto de Lei nº 28/2020-CN (nº 487/2020, na origem), com fundamento na Resolução nº 1, de 2006-CN, especialmente os arts. 43 e 44, que dispõem sobre emendas das Comissões permanentes do Congresso Nacional e suas Casas.

Sr. Presidente, eu vou pedir autorização a V. Exa. para tirar a máscara enquanto faço a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Realmente é desconfortável.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Falta ar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu sei.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Sob a análise deste Plenário, encontram-se 41 indicações de emendas, elaboradas pelos Senadores Acir Gurgacz, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Jorge Kajuru, Jorginho Mello, Leila Barros, Luiz do Carmo, Major Olímpio, Mecias de Jesus, Omar Aziz, Otto Alencar, Paulo Paim, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rego e Wellington Fagundes.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas ao abrigo das competências regimentais da Comissão.

Essas indicações estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta CAE, tipo de emenda, esfera e unidade orçamentárias, descrição da programação, na forma da ação orçamentária, valor e autor.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importa consignar que as indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem grande mérito. Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção consistiram em programações orçamentárias com maior número de indicações dos Parlamentares e alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Dessa forma, no Ministério da Economia, foi escolhida a ação “210C – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato”, com 13 indicações dos Senadores. Acreditamos na importância da ação na geração de empregos, em particular no desenvolvimento de projetos, implantação de sistemas e aplicativos de tecnologia da informação, qualificação dos artesãos, micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e potenciais, com o objetivo de fortalecer esses segmentos.

Ainda no Ministério da Economia, optou-se pela ação “210E – Promoção do Desenvolvimento Industrial”, com 4 indicações dos Senadores. A ação tem destaque na promoção da capacidade competitiva do setor produtivo brasileiro para buscar a superação de gargalos das cadeias produtivas frente à dinâmica concorrencial internacional, além de estimular a industrialização.

Na unidade orçamentária Fundo de Amparo ao Trabalhador, optou-se por contemplar a ação “20Z1 – Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores”, como contribuição desta Comissão para a superação das dificuldades ora enfrentadas no mercado de trabalho, com 3 indicações dos Senadores. A qualificação profissional é responsável por capacitar os cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. A mão de obra qualificada – e empregada – propicia o crescimento econômico e possibilita a construção de uma sociedade justa e igualitária para todos.

No Ministério da Economia – Administração Direta foi selecionada a ação “0556 – Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas”, respeitada instituição com atuação nacional e reconhecida pela qualidade do seu trabalho e pelas oportunidades de profissionalização.

Quero ressaltar aqui, Sr. Presidente, que essa emenda que foi proposta, embora tenha sido apresentada pelo Senador Esperidião Amin, teve também a anuência de outros Senadores, como V. Exa., o Senador Anastasia e mais um ou dois Senadores.

Voto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Ploa 2021, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento:

- a) No âmbito do Ministério da Economia, a Emenda nº 33, no valor de R\$ 300.000.000, para a ação “210C – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato”, com indicações dos Senadores Acir Gurgacz, Fernando Bezerra Coelho, Jaques Wagner, Jorge Kajuru, Major Olímpio, Mecias de Jesus, Omar Aziz, Paulo Paim, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rego e Wellington Fagundes (Emendas 2, 5, 9, 18, 19, 21, 22, 30, 32, 33, 35, 37 e 39);
- b) No âmbito do Ministério da Economia, a Emenda nº 25, no valor de R\$ 100.000.000, para a ação “210E – Promoção do Desenvolvimento Industrial”, com indicações dos Senadores Jorge Kajuru, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus e Vanderlan Cardoso (Emendas 8, 24, 25 e 28);
- c) Na unidade orçamentária Fundo de Amparo ao Trabalhador, a Emenda nº 6, no valor de R\$ 90.000.000, para a ação “20Z1 – Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores”, com indicações da Senadora Leila Barros e do Senador Wellington Fagundes (Emendas 4, 6 e 38);
- d) No âmbito do Ministério da Economia – Administração Direta, a Emenda nº 12, no valor de R\$ 40.000.000, para a ação “0556 – Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas”, com indicação do Senador Esperidião Amin (Emenda 12).

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Sala da Comissão, 25 de fevereiro de 2021.

É a análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Lido o relatório do Senador Vanderlan Cardoso, a quem agradeço, coloco em discussão o relatório do nobre Senador.

Com a palavra o Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Vanderlan pela qualidade do relatório, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras e cumprimentar V. Exa. pela presidência desta Comissão importante do Senado da República. Não tenho dúvida de que, com a sua capacidade, o senhor, que é liderança das mais importantes da Bahia, vai dar uma grande contribuição para o Brasil dirigindo esta Comissão.

Eu faço uma ponderação ao Relator Vanderlan. Eu apresentei uma emenda em nome da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa e como Senador. Nós emprestamos 42 bilhões no Pronampe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em um projeto aprovado no Senado da República, com a chancela de todos os Senadores e Senadoras, e na Câmara dos Deputados, que foi sancionado e foi um sucesso absoluto na pandemia. Foi uma linha de crédito.

O Pronampe é um programa permanente já aprovado pela Lei nº 13.999, só que carece de ser abastecido o fundo garantidor. Então, eu estou vendo esta oportunidade, apresentei a emenda dentro do prazo regulamentar, e gostaria de fazer uma ponderação ao nosso Relator Vanderlan e a V. Exa., com a aquescência de todos os Senadores: que a gente possa incluir essa emenda – sem desmerecer a emenda de nenhum Senador –, porque é uma pauta unânime para salvar emprego, para salvar micro e pequenas empresas. E, se nós perdermos a oportunidade agora, fica muito difícil dentro do Orçamento.

Eu vi que há uma emenda do nobre Senador Esperidião Amin que é para amparar, proteger, mas que é aberta. E eu estou preocupado com o fundo garantidor, porque a gente negociou com os bancos, através do Ministério da Economia, da equipe do Ministro Paulo Guedes, enfim. Cada real que nós conseguimos no Orçamento, os bancos alavancam quatro vezes.

Então, será uma oportunidade ímpar de nós continuarmos emprestando dinheiro – emprestamos na pandemia – e, como a linha de crédito é permanente, de fazer com que o micro e pequeno empresário tenha possibilidade, com juros mais decentes, de ter o seu aporte de recursos.

Então eu faço esta ponderação, Sr. Presidente: que se pudesse incluir, de forma não sei, eu quero respeitar todo o regimento, mas é uma pauta unânime do Senado Federal, da Câmara. Todos os Senadores não vão se furtar, em momento nenhum, de estar ao lado, de proteger e de ajudar para que o microempresário continue vivo, respirando, aguentando o emprego no Brasil para que a crise não se agravie ainda mais.

Essa é a ponderação que faço, de forma muito respeitosa, para os Srs. Senadores e para o nobre Relator, Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu gostaria de contribuir, na linha de argumentação que foi exposta, em primeiro lugar, pelo Relator, a quem eu quero cumprimentar pela lucidez, serenidade com que ele se houve. São 41 pedidos, é uma peneira. Então, nós temos que, primeiro, priorizar e depois ver o que...

O tema genérico do microempreendimento, microempreendedor, empreendedor individual, rural ou urbano, é um tema recorrente, Sr. Presidente, na minha vida, como prioridade que remonta a 1983. Como Governador, eu promovi o primeiro estatuto de microempresa do Brasil. Criamos as primeiras linhas de crédito. Na época, os bancos estaduais tinham uma diretoria de pequenos negócios. O lema do meu Governo era: "A vez do pequeno". Esgotamos uma série de mecanismos, e isso prosperou. Quando voltei





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Governo, em 1999, nós criamos em Santa Catarina 18 organizações civis de microcrédito que ainda hoje sobrevivem. Primeiro, elas eram clandestinas, eram tratadas pelo Banco Central como foras da lei. Hoje, elas estão celebrando 20 anos de existência.

De vez em quando faço prefácio para um livro. Agora fiz para o Alto Uruguai Catarinense, organização autônoma, uma agência local, só que o dinheiro inicial foi do Governo, assim como foi o caminho da Sociedade de Garantia Solidária, cuja lei já aprovamos, e o Pronampe, realmente indiscutível, iniciativa do Senador Jorginho Mello que todos nós aprovamos.

E lá na Comissão da Covid o que mais fizemos foi botar dinheiro da caixa d'água – vocês se lembram dessa expressão? A caixa d'água da liquidez tinha um trilhão, mas para chegar ao pequeno... Isso mostra o caráter do sistema financeiro. Os bancos emprestaram 1.1 do que o Governo garantia, ou seja, nada. Deu para entender? Nós botamos 42 bilhões de garantia, eles emprestaram 42,8, vamos dizer, em números arredondados. Ou seja, o sistema financeiro é arredio, ele não tem DNA para conversar com quem não tem garantia.

Muhammad Yunus, Senador Otto Alencar, um banqueiro, ganhou o Prêmio Nobel não da economia; ganhou o Prêmio Nobel da Paz com o banco dos pobres, cuja característica essencial era emprestar para quem não tem garantia, porque quem tem garantia não precisa de nós – ou precisa? Quem tem garantia pega dinheiro com Rothschild.

Então, se me perguntarem qual é a prioridade do Brasil, é criar instrumentos para ajudar a micro e pequena empresa. Agora, eu acho que isso nós podemos fazer de uma maneira inteligente, criando uma ação ou aproveitando ação que signifique irrigar. O princípio é o mesmo da caixa d'água: tirar.

Então, o texto da primeira emenda, que foi aqui lido, é muito restrito. E o que nós precisamos é, primeiro... Aí faço uma pequena retificação ao que disse o Senador Jorginho Mello: o Pronampe não está perenizado ainda. Ele pode ser perenizado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agora, Senador, a Lei 5.575, que já está tramitando, dá essa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, a Lei 4.139, que nós aprovamos na Comissão da Covid, projeto de autoria do Senador Confúcio Moura, do Senador Esperidião Amin e da Senadora Kátia Abreu, torna perene. Só que isso está na Câmara, abri agora o portal. Começou a tramitar agora. O mesmo aconteceu com aquela última trancha do Pronampe que amarraram na Câmara. Ficou 29 dias. Só pôde ser emprestado depois do dia de Natal.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Os bancos tiveram seis horas, Senador Esperidião, para emprestar 5,5 bilhões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas emprestaram o que o Governo garantiu.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro! Nem um pila deles.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eles emprestaram porque não tinham risco nenhum, ou seja, repetiu-se a operação que eu já tinha desenhado.

Nós temos que perenizar o Pronampe. Ele, neste momento, como todas as ações que foram criadas no período de emergência, está no limbo, como está o auxílio emergencial. Foi um erro do Congresso também. A pandemia não terminou. Quer dizer, o sujeito que pegou o dinheiro no dia 31 de dezembro teve sorte; quem procurou no dia 2 tem que esperar; e hoje, tem que esperar. Então, não adianta nós botarmos 4,8 ou cinco ou dez sem primeiro perenizar o altamente meritório Pronampe, mas ele não está perenizado, ele está no limbo. Tem a 5.570, tem a 4.139, que analisei agora, começou a andar na Câmara, mas não foi aprovada ainda, então nós não podemos cobrar a sanção do Presidente.

Então, o que eu sugiro é que nós... Qual é a minha prioridade? É micro e pequena empresa – duque na mesma linha. A forma de fazê-lo... Agora, não é justo que nós, por sermos prioridade, tomemos duas vagas. É uma questão de redação. É isso que eu defendo.

Quanto à questão da Fundação Getúlio Vargas, eu sou apenas o portador. Isso foi uma conquista do Senador Francisco Dornelles, que é o patrono da Fundação Getúlio Vargas.

O senhor falou do Senador Anastasia; ele é tão súdito quanto V. Exa. de uma instituição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quando nós precisarmos aqui discutir um assunto de Administração Pública... Vamos ser bem claros: a única fundação criada pelo Governo... As outras não foram criadas pelo Governo, são criadas geralmente pelas suas universidades. Essa, não; essa é uma paraestatal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E se o senhor precisar amanhã, como Ministro, como Governador, contratar uma fundação que ninguém vai questionar, o senhor vai contratar qual?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Fundação Getúlio Vargas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então é isso que eu defendo, não quero tirar a vaga de ninguém. Eu quero seguir o relatório do Senador Vanderlan e dizer: pessoal, reúna aí a tribo e vamos escrever a prioridade do Pronampe com cinco, dez, vinte ou trinta linhas, e eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinarei. E para tudo mais que for de apoio à micro e pequena empresa, eu abro mão até do meu paletó. Porque eu seria incoerente com a minha história se não fizesse isso.

Agora, será que eu preciso tirar o paletó para atender essa prioridade, seja da forma como o Senador Jorginho quer, seja como querem os demais subscritores? Eu voto com eles! Se tiver de tirar alguém, se isso for inevitável, eu voto para tirar alguém, voto a favor da micro e pequena empresa. Agora, eu acho que há formas mais inteligentes de fazê-lo.

É esse o apelo que eu faço. Peço desculpas se eu me alonguei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu concordo com os argumentos de V. Exa. É indiscutível a emenda da Fundação Getúlio Vargas.

Passarei a palavra ao Senador Vanderlan. Ele acolheu quatro emendas. O Senador Jorginho é um grande defensor do Pronampe e criador desse programa superimportante para o País.

Ninguém tem dúvida desse mérito de V. Exa. Eu o conheço e admiro. V. Exa. levantou uma bandeira em um momento duro e crítico da vida nacional.

O Senador Esperidião Amin colocou essa posição, infelizmente, do sistema bancário no Brasil. Essa é uma grande realidade, que, inclusive, dificulta o desenvolvimento econômico do nosso País.

Eu passaria a palavra ao Senador Vanderlan.

Essa emenda da Fundação Getúlio Vargas, inclusive, foi avalizada pelo Anastasia. De minha parte, eu também recebi um telefonema do Senador Dornelles. E vejo nele um exemplo de um brasileiro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu preciso de sócio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... que trabalha, que está ligado às coisas do Brasil, que espera ainda ver este País alavancar o seu desenvolvimento econômico e social.

Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator.) – Eu quero aqui, Senador Jorginho, reconhecer a admiração que nós temos por essa defesa do senhor e de todos nós.

Eu já tinha ouvido o Esperidião Amin dizer desse relato tão impressionante, que remonta a mais de 20 anos atrás, com relação à pequena e microempresa.

O fato novo que eu vejo aqui, Sr. Presidente, relatado pelo Senador Jorginho – nós adotamos um critério por número de Senadores que apresentaram praticamente a mesma emenda –, é que ele tem o apoio da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu a integro também.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator.) – E eu também! Todos nós a integramos. Creio que até o nosso Presidente aqui também a integra.

Eu poderia aqui, Sr. Presidente, sugerir e acatar a letra "b": "b) No âmbito do Ministério da Economia, a Emenda nº 25, no valor de R\$100.000.000, para a ação '210E – Promoção do Desenvolvimento Industrial', com indicações dos Senadores Jorge Kajuru, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus e Vanderlan Cardoso [...]" . Aqui estão os três Senadores de Goiás mais o Mecias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O Mecias está na nossa vida, não é?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator.) – É.

E creio que, se for feita uma votação aqui com a concordância dos demais, não vamos ter problema nem com o Luiz do Carmo, nem com o Kajuru, nem com o Mecias de Jesus, se for o caso de acatar essa emenda no valor de R\$4,2 bilhões – eu não sei o valor. São R\$800 milhões? São R\$4,8 bilhões, não é?

Eu acataria a emenda do Senador, havendo essa concordância dos demais pares, deixando a letra "a", as Emendas 2, 5, 9, 18, 19, 21 e 22, que são de 13 Senadores, 37 e 39; a "c" e a "d", muito bem relatada aqui, falada e defendida. Aliás, são oito Senadores que defenderam a questão da Getúlio Vargas, e a gente sempre recorre mesmo à Fundação Getúlio Vargas. Nós precisamos dar esse suporte. Então, acataria e faria dessa forma, essa permuta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Eu acho que são procedentes os argumentos do Senador Jorginho e de V. Exa. também, pela abrangência da emenda dele, de R\$4 bilhões, que atende um setor também mais ou menos igual a esse de R\$100 milhões do desenvolvimento industrial. Isso pode ser substituído perfeitamente.

Portanto, V. Exa., então, substitui a "b" pela emenda colocada pelo Senador Jorginho Mello, mantendo as outras?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator.) – Isso.

Eu creio, Sr. Presidente, como eu disse, que os Senadores Jorge Kajuru, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus e eu – também falo por mim – nos sentimos bem mais contemplados com a emenda do Senador Jorginho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

Concordo com V. Exa. e coloco em discussão. Aliás, está encerrada a discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório do nobre Senador Vanderlan Cardoso permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Apesar do califa, é uma solução salomônica.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Sem dúvida nenhuma.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quero agradecer, Sr. Presidente, a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Aprovado o relatório do Senador Vanderlan Cardoso.

Aqui consta na mesa um projeto... Antes de encerrar, há sobre a mesa um projeto do Senador José Serra. O Projeto nº 4.698, de 2019, que institui o Programa Criança com Futuro. Nós não temos quórum para deliberação. Eu vou designar o Senador Alessandro Vieira para que seja o Relator. Eu proponho que seja lido em outra oportunidade, até porque nós temos aqui quatro, cinco Senadores; teremos um quórum maior para que os Senadores possam tomar conhecimento do projeto, para discutirmos e deliberarmos sobre ele.

V. Exa. concorda, Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Concordo. Claro!

E aproveito, Sr. Presidente, apenas para parabenizar novamente o trabalho do Relator Vanderlan, o esforço do Jorginho Mello, porque o Brasil ainda não conseguiu entender o tamanho do impacto que essa criatura vem causando no combate à pandemia. É um negócio fantástico, Jorginho. Eu fico sempre impressionado com o seu esforço e a qualidade da argumentação.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu queria cumprimentar V. Exa., agradecer a acolhida. E agradecer, de forma especial, ao Senador Vanderlan, pela grandeza dele, pelo reconhecimento da importância, somando com a argumentação do Senador Esperidião Amin, que foi Governador do meu Estado, foi um homem que marcou a defesa dos pequenos. O pequeno patrão tinha uma linha de crédito no banco do Estado para atendê-lo na época, foi um sucesso – isso foi no Governo dele –, enfim, tantas ações foram feitas em favor dos pequenos. Então, aqui eu me sinto muito feliz e contemplado por ter recebido o apoio dele, o apoio do Senador Vanderlan, acolhendo, sem desmerecer nenhum Senador – pelo amor de Deus! –, nenhuma proposição, mas essa é uma proposição



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para salvarmos o micro e pequeno empresário, que é quem aguenta o emprego no Brasil e, nesta pandemia, tem demonstrado que luta com todas as suas forças para prevalecer.

Muito obrigado pela qualidade do relatório, Senador Vanderlan. Muito obrigado pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Jorginho Mello, ao Senador Vanderlan.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco para aprovação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1^a REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

ÀS DEZ HORAS E TRINTA E QUATRO MINUTOS DO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, NO ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, SOB A PRESIDÊNCIA DA SENADORA SIMONE TEBET, REÚNE-SE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA COM A PRESENÇA DOS SENADORES FERNANDO BEZERRA COELHO, MECIAS DE JESUS, ESPERIDIÃO AMIN, CIRO NOGUEIRA, EDUARDO GOMES, VENEZIANO VITAL DO RÉGO, PLÍNIO VALÉRIO, TASSO JEREISSATI, MARCOS DO VAL, LASIER MARTINS, SORAYA THRONICKE, EDUARDO GIRÃO, ALVARO DIAS, MAJOR OLÍMPIO, ANTONIO ANASTASIA, LUCAS BARRETO, OMAR AZIZ, OTTO ALENCAR, CARLOS VIANA, VANDERLAN CARDOSO, DAVI ALCOLUMBRE, MARCOS ROGÉRIO, JORGINHO MELLO, PAULO PAIM, HUMBERTO COSTA, JAQUES WAGNER, ALESSANDRO VIEIRA, WEVERTON, FABIANO CONTARATO, JORGE KAJURU, NELSINHO TRAD, PAULO ROCHA E IZALCI LUCAS, E AINDA DO SENADOR NÃO MEMBRO ANGELO CORONEL. DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENADORES EDUARDO BRAGA, RENAN CALHEIROS, ROSE DE FREITAS, ORIOVISTO GUIMARÃES, TELMÁRIO MOTA E ROGÉRIO CARVALHO. HAVENDO NÚMERO REGIMENTAL, A REUNIÃO É ABERTA. A PRESIDÊNCIA SUBMETE À COMISSÃO A DISPENSA DA LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, QUE É APROVADA. PASSA-SE À APRECIAÇÃO DA PAUTA: INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO. FINALIDADE: INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA PARA O BIÊNIO 2021/2022. RESULTADO: INSTALADA A COMISSÃO E ELEITOS, POR ACLAMAÇÃO, O SENADOR DAVI ALCOLUMBRE, PRESIDENTE E O SENADOR ANTONIO ANASTASIA, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA PARA O BIÊNIO 2021/2022. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ENCERRA-SE A REUNIÃO ÀS ONZE HORAS E CINQUENTA E TRÊS MINUTOS. APÓS APROVAÇÃO, A PRESENTE ATA SERÁ ASSINADA PELA SENHORA PRESIDENTE E PUBLICADA NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, JUNTAMENTE COM A ÍNTegra DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS.

SENADORA SIMONE TEBET

PRESIDENTE EVENTUAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação dos demais Sras. e Srs. Senadores pelo sistema de videoconferência. O acesso à sala de reunião, infelizmente, está restrito às Sras. e Srs. Senadores e aos servidores da Secretaria desta Comissão, no estrito cumprimento do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e demais atos normativos publicados pela Mesa Diretora.

Caso necessário, um assessor poderá adentrar a sala de reunião para atender demanda do respectivo Senador, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida. Peço, mais uma vez, desculpas por esse inconveniente às Sras. e Srs. Senadores

Tendo em vista a apresentação da indicação, pela Liderança do DEM, do Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre para a Presidência e, pela Liderança do PSD, do Exmo. Sr. Senador Antonio Anastasia para a Vice-Presidência, havendo uma única chapa, eu consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, por unanimidade, portanto, nós vamos aclamar já...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a objeção do Senador Kajuru...

Como houve a aprovação, eu vou já, uma vez aclamado, declarar eleitos os Senadores: o Presidente Davi Alcolumbre, atual, portanto, agora como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e, como Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Antonio Anastasia. (*Palmas.*)

Antes de convidá-los para ocuparem os seus espaços devidos, eu gostaria de ter a oportunidade, muito rapidamente, aqui, de poder fazer um breve relato do nosso trabalho à frente desta Comissão, porque, em função da pandemia, fomos premidos e impedidos pelas circunstâncias.

Sras. e Srs. Senadores, termina hoje, com o sentimento da mais profunda honra, o meu mandato como primeira mulher Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em quase 200 anos de história do Senado Federal. (*Palmas.*)

Tomara esse seja um prenúncio, Senador Esperidião Amin, de uma nova era, de uma era em que a justiça, a cidadania, a Constituição, a democracia e a política não sejam femininos apenas nos seus ritos gramaticais e possam ser também femininos no seu ser!

Embora seja assim, nesses dois anos, nunca conjugamos o verbo no singular, sempre houve uma conjugação no plural, não eu, mas nós: nós presidimos a Comissão mais importante do Congresso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional, nós discutimos, nós debatemos, nós rejeitamos os projetos que não eram importantes ou eram nocivos para o País e aprovamos, na maioria das vezes, por unanimidade, os projetos mais relevantes e urgentes para o interesse da população brasileira.

Nesse aspecto, eu preciso fazer um agradecimento especial a todas as Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão. Premida pelo tempo, eu peço a gentileza e a compreensão, mas gostaria de agradecer a todos em nome deste guardião, meu anjo da guarda, que foi meu Vice-Presidente Jorginho Mello. (*Palmas.*)

Jorginho Mello, na sua discrição, tem uma qualidade: eu não precisava telefonar, nem pedir, nem mandar WhatsApp; todas as vezes em que nós tínhamos questões polêmicas, sabatinas, momentos delicados, eu olhava para o meu lado esquerdo, e se fazia presente o meu Vice-Presidente. Então, se eu tive a oportunidade de ter assento nesta Comissão, ela teria assento, mas não teria guarida, se não fosse o apoio incondicional do Vice Jorginho Mello. E, com isso, eu aqui amplio esse agradecimento a todas as Sras. e Srs. Senadores.

Expresso a minha gratidão, a gratidão realmente do mais profundo do meu ser, a todos aqueles que dão sustentação ao nosso trabalho. Nós temos assento nesta cadeira, nós temos guarida através das senhoras e dos senhores, mas quem nos dá a melhor sustentação são os nossos colaboradores. Fiz questão aqui de nominar não só aqueles que estão no dia a dia, mas que, de alguma forma, direta ou indiretamente, trabalham nesta Comissão. Fica o meu agradecimento à Ana Cristina, Anderson, Bruno, Caroline, Edilson, Elissa, Elizabeth, Joelina, Leandro, Luiz Pedro, Mariana, Nivaldo, Roberta, Sônia e Tardelli. Como eu disse, não são todos membros efetivos, mas, de alguma forma, colaboraram. (*Palmas.*)

Conjugo aqui o melhor sentimento de união e de harmonia, porque foi a harmonia do trabalho deles que nos fez poder exercer um bom trabalho.

Agradeço imensamente à equipe do meu gabinete nas pessoas da Daiane e do Júnior.

E, de uma forma muito especial, agradeço ao Secretário desta Comissão, o nosso queridíssimo Ednaldo. (*Palmas.*)

Ednaldo tem duas qualidades muito raras nestes momentos de tempos estranhos, a fidelidade e a discrição, qualidades fundamentais para fazer funcionar a Comissão mais importante do Congresso Nacional.

Meu eterno agradecimento, Ednaldo, por me ensinar tanto!

Rapidamente, em menos de um minuto, faço aqui um relatório, apenas para dizer que foram 93 reuniões, nas quais discutimos questões como previdência, legislação de trânsito, fundos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionais, segurança pública, direitos da mulher, família e pessoas menos favorecidas. A CCJ não fugiu ao debate e cumpriu com as suas responsabilidades.

Distribuímos 1,2 mil matérias para a relatoria das Sras. e Srs. Senadores. Repito: 1,2 mil matérias! Foram 33 audiências públicas, com a presença de mais de 200 convidados. Realizamos mais de 40 sabatinas. Entre tantas, sabatinamos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal Militar, da PGR, além de Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Acreditem, Sras. e Srs. Senadores: os senhores analisaram quase 700 matérias, entre PLs, PECs, ofícios e mensagens, muitas em caráter terminativo nesta Comissão.

Infelizmente, o ano passado foi um ano atípico, no qual estas cadeiras ficaram vazias, mas eu vi os membros da CCJ atuando com voz e com relatorias no Plenário virtual do Senado Federal.

O ano de 2020 foi um ano de muitas perdas. Eu não poderia encerrar as minhas palavras sem fazer uma deferência especial a dois membros desta Comissão que já não estão mais presentes entre nós.

O Senador Arolde de Oliveira era sempre assíduo, presente membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa. (*Palmas.*)

E ainda me refiro àquele que me ensinou, que veio antes de mim, com quem aprendi muito, que foi meu Presidente nesta Comissão: nosso queridíssimo amigo, especial amigo, professor de todos nós, Senador José Maranhão. (*Palmas.*)

Que sejam, Presidente Davi Alcolumbre, novos tempos sob a sua presidência, pela sua experiência, ao lado deste nosso professor, o Senador Anastasia. V. Exa. há de brilhar!

Mas, mais do que brilhar individualmente, que todos nós possamos brilhar a favor do País, um País que precisa de vacina imediata, de auxílio emergencial, de reformas estruturantes. Tudo isso passa por esta Comissão, que é o coração ou – por que não dizer? – o pulmão do Senado Federal.

Então, sejam bem-vindos, Presidente Davi Alcolumbre e Vice Anastasia! Assumam os devidos espaços de direito.

E vamos ao trabalho porque o tempo urge!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Eu indago, antes de passar a Presidência – parece que haviam levantado a mão, desculpem-me –, se alguém quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É que levantaram a mão. Peço só um minuto.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só queria fazer minhas as palavras que todos nós já lhe dirigimos pessoalmente pelo magnífico trabalho desenvolvido ao lado do meu coestaduano Jorginho Mello e desejar ao Senador Davi Alcolumbre e ao Senador Anastasia que façam a Comissão de Constituição e Justiça funcionar, conforme temos solicitado, com reuniões semanais, sob pena de a Casa aprovar açodadamente matérias relevantes e de constitucionalidade e juridicidade discutíveis. Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Se me permitir, como mais assíduo e pontual Senador, eu agradeço a V. Exa., Senador Jorge Kajuru, que era o primeiro a chegar, o primeiro a se inscrever, sempre atuante, mesmo apesar de todas as dificuldades, pelo companheirismo e pela amizade. Minha gratidão, Kajuru. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Bom dia a todos os Senadores e Senadoras que se fazem presentes, também aos Senadores e Senadoras que nos acompanham no modelo semipresencial de atuação parlamentar na reunião de hoje da Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República.

Eu queria cumprimentar também todos os colaboradores e servidores do Senado da República em nome do Ednaldo e, em nome do Ednaldo, cumprimentar todos aqueles que exercem as suas atividades aqui na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, nos ajudando, nos orientando e ajudando de fato na atuação parlamentar de cada Senador, de cada Senadora de todos os 26 Estados e do Distrito Federal aqui, nesta Casa.

Em nome do Doutor Danilo, Consultor-Geral do Senado da República, quero abraçar essa equipe de consultores altamente qualificados, que nos ajudam todos os dias nessa missão de exercer o mandato parlamentar.

Gostaria de cumprimentar, de maneira muito especial, o Senador Jorginho Mello, Vice-Presidente desta Comissão, e a Senadora Simone Tebet, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que conduziram, com muita dificuldade, nesses últimos dois anos, esta comissão tão importante para o Parlamento brasileiro e para o Congresso Nacional.

Nós acompanhamos a distância a atuação de V. Exas. à frente desta Comissão, cumprindo outra missão à frente da Presidência do Senado Federal, e, sem dúvida nenhuma, Senadora Simone, Senador Jorginho, V. Exas. empreenderam o espírito de colaboração nesta Comissão importante, que é, sem dúvida nenhuma, a Comissão mais importante, não desmerecendo jamais as outras Comissões, mas, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fato, examinar a constitucionalidade das matérias em tramitação no Senado Federal, mesmo elas tendo passado por uma, duas ou três Comissões antes de chegar a esta Comissão, é concretamente a consolidação do processo legislativo.

Eu quero fazer esse registro e dizer que, da mesma maneira colaborativa que V. Exa., Senadora Simone, e o Senador Jorginho empreenderam nesses últimos dois anos, identificando aqueles Senadores da República que são afeitos aos projetos em tramitação que chegam a esta Comissão, indicando os Senadores da CCJ para relatar matérias importantes, tomando como critério também os blocos, as lideranças partidárias, a proporcionalidade, com esse modelo empreendido, eu quero assumir esta missão e este compromisso com todos os membros desta Comissão, sejam eles titulares ou suplentes: nós, tanto eu quanto o Senador Antonio Anastasia, Vice-Presidente, daremos o mesmo tratamento, porque é fundamental compreender que a participação dos Senadores nesta Comissão, na sua titularidade ou na suplência, é uma indicação partidária e, sem dúvida nenhuma, pela importância desta Comissão, a gente precisa compreender esse espírito que vocês empreenderam aqui.

Então, queria, nessas palavras de agradecimento a V. Exa., Senadora Simone, e ao Senador Jorginho pela condução, me comprometer, Senador Ciro, Senador Marcos do Val, Senador Fernando, Senador Otto, todos que estão aqui, a tratar a condução das distribuições das matérias importantes e relevantes para o País com esse espírito e com esse olhar. E cumprimentar V. Exa. pelo discurso, pelo pronunciamento e pela atuação parlamentar da Comissão de Constituição e Justiça. No relatório que foi apresentado por V. Exas., o balanço das atividades, fica nítido o trabalho executado pela CCJ do Senado Federal. Parabéns, Senadora Simone, nessa nova missão, e Senador Jorginho, de estar conosco construindo a agenda do Brasil, partindo do Senado Federal, do mandato de Senadora e de Senador da República que o povo dos Estados de V. Exas. outorgou a vocês.

Quero agradecer ao Senador Vice-Presidente eleito nesta eleição aqui na CCJ, com quem tive a honra de conviver, nos últimos dois anos, à frente da Presidência do Congresso Nacional, também como meu Vice-Presidente, Senador Marcos.

E quero dizer a V. Exa., Senador Antonio Anastasia, do carinho, do apreço e da admiração que tenho por V. Exa. V. Exa. nunca faltou ao Brasil e ao Senado da República nos momentos mais difíceis da nossa história. E eu, em especial, Senador Anastasia, no momento em que fui acometido pelo coronavírus, quero registrar, novamente, publicamente, a condução brilhante de V. Exa. naquele período em que estive afastado, por motivo de doença, das minhas atribuições, da Presidência do Senado Federal. V. Exa., sempre com muita elegância, mas com muita responsabilidade, conduziu os destinos da nossa Casa naquele período em que estive afastado.

Tenha certeza V. Exa. de que é uma honra e um privilégio tê-lo nesta Comissão ao meu lado novamente. Saiba, Senador Anastasia, que irei dividir com V. Exa. toda a condução desta Comissão. Pela experiência, pela sua história, pelo seu legado construído, por ser o nosso professor, com certeza





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absoluta V. Exa. será o orientador desta Presidência como Vice-Presidente e capitaneará, em muitos momentos, a condução desta Comissão importante do Senado Federal.

Então, faço esse registro público também em agradecimento ao PSD, o partido de V. Exa., que fez a indicação por aclamação da Bancada do PSD, em nome do Senador Líder Otto Alencar e do Senador Viana, que é do seu Estado. Então, agradeço também ao PSD pela indicação do Senador Antonio Anastasia para me ajudar nessa construção.

Teremos um ano ainda muito difícil. Temos muito a fazer pelo Brasil e, sem dúvida nenhuma, a nossa missão à frente desta Comissão, como Senadores da República, será fundamental.

Queria agradecer ao Líder do meu partido, Senador Marcos Rogério, que, como Líder da minha bancada, fez a minha indicação para participar desta Comissão e, ao tempo, ser indicado pela Bancada do Democratas para presidir a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Muito obrigado, Senador Marcos, pela indicação, muito obrigado a todos os membros da nossa bancada federal no Senado da República.

De fato eu quero trabalhar para orgulhar o Brasil e defender os Estados da Federação. E um agradecimento muito especial ao meu Amapá, que me trouxe até esta Casa.

Quero agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco. O nosso Presidente Rodrigo Pacheco também, que teve uma atuação muito respeitada nesta Comissão, sai, com o apoio de V. Exas., da Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República para a Presidência do Senado Federal.

Sem dúvida nenhuma, a atuação do Presidente Rodrigo Pacheco aqui nesta Comissão foi a possibilidade para o Senador recém-eleito do Estado de Minas Gerais se destacar no cenário nacional com as suas posições firmes, com o seu conhecimento acadêmico aguçado e com o nosso respeito.

Então, queria agradecer ao Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco, que tem orgulhado todos nós nesse curto período à frente da Presidência do Senado Federal, que tem o nosso respeito e a nossa admiração por ser um membro da nossa bancada, mas, naturalmente, como Presidente do Congresso Nacional, ele passa a ser um Presidente de todos os 81 Senadores.

Quero dizer ao Presidente Rodrigo Pacheco que pode contar com a minha total lealdade e do meu Vice-Presidente para construirmos a pauta da Comissão, a pauta do Brasil, porque a pauta da Comissão de Constituição e Justiça é a pauta do Brasil, e que nós estaremos aqui totalmente alinhados com esse propósito.

E quero fazer uma referência muito especial. Quero dizer, Senador Girão, Senador Lasier, Senador Amin, que nós respeitaremos integralmente as posições divergentes e tentaremos, da melhor maneira possível, sempre construir os consensos, porque o Brasil precisa e espera isso da gente. Então, quero também dizer àqueles que divirjam, por um motivo ou outro, seja partidário, seja pessoal, que terão da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

parte da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça o respeito por conta da legitimidade do mandato. E eu queria pedir isso a todos os Senadores e a todas as Senadoras, da CCJ de maneira muito especial, mas a todos que compõem esta Casa. É natural que a gente possa divergir, é natural que a gente possa ter pensamentos opostos, mas que a gente tente manter o equilíbrio e a serenidade na nossa atuação parlamentar, porque todos aqui têm a legitimidade do voto, todos aqui têm a autoridade da palavra, e o espírito da boa convivência. O homem público, o cidadão que coloca o seu nome à disposição e tem um mandato outorgado pelo povo, que em cada um dos seus Estados foi destacado para estar aqui com voto popular, com a legitimidade do voto popular, com a democracia e a soberania do voto popular, tem o direito, sim, de se posicionar favorável ou contrariamente a determinadas matérias em tramitação na hora da sua discussão e na hora da sua votação.

Eu queria apelar, como ex-Presidente desta Casa, com a situação que nós estamos passando no País, dependendo dessa pacificação, dessa harmonia, dessa união dos atores políticos que têm responsabilidade porque têm um mandato popular e precisam representar aqueles milhares ou milhões que lhes confiaram o voto, para que a gente possa, cada um de nós aqui nesta Casa – e esta mensagem é para concluir –, que a gente possa, cada um de nós, respeitar a legitimidade do mandato do outro, respeitar a posição daquele que é contrário, mas que a gente tente, dentro do limite, do máximo possível – é o que eu tento fazer –, respeitar, posicionar-se sem agredir e sem ofender um colega, porque todos nós somos iguais, independentemente do Estado e independentemente do partido político.

Com essas palavras, Presidente Antonio Anastasia, Senador Fabiano, Senador Izalci, Senador Weverton, Senador Marcos do Val, Senador Omar Aziz, Senador Carlos Viana, Senador Esperidião Amin, Senador Lasier Martins, Senador Jorge Kajuru, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Jorginho Mello e Senador Fernando, é com essas palavras que eu queria concluir a minha manifestação em agradecimento à possibilidade de cumprir mais esta missão em nome do Senado da República, Casa de que tenho orgulho de fazer parte. Tenho certeza... Dentre 215 milhões de brasileiros, nós somos 81; 81 abençoados por estarmos aqui podendo mudar a vida desses mesmos 215 milhões de pessoas que vivem no nosso País. E sem dúvida nenhuma a legitimidade do voto é igual para todos nós.

Então eu peço essa reflexão, eu peço essa ponderação e chego a esta Comissão com a humildade que sempre tive com todos os colegas Senadores e Senadoras. Ninguém é melhor do que ninguém. A gente pode divergir, mas a gente não pode se agredir. Então, eu peço... Sei que muitos debates nesta Comissão serão travados, mas eu peço que a gente possa, dentro do razoável, respeitando a posição contrária... Que bom que temos posição contrária e temos a oportunidade de colocá-las, ainda bem que vivemos numa democracia, mas que a gente possa, o máximo possível, Senadora Presidente Simone, respeitar a posição contrária sem ofender, sem agredir, porque todos temos a mesma legitimidade e todos somos iguais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras. (*Palmas.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria cumprimentar V. Exa. e o Senador Anastasia e fazer aqui o reconhecimento e o cumprimento ao trabalho da Presidente Simone. Ela nos entregou a prestação de contas desta Comissão no relatório de atividades do último biênio. Quero dizer, Senadora Simone, que essa soma de esforços se deu justamente por essa capacidade de diálogo, inclusive com os antagônicos.

Então, eu peço que V. Exa., Presidente Davi, e toda esta Comissão possamos ter esse espírito de, independentemente de posições ideológicas, sempre termos essa capacidade de continuar dialogando, legislando, decidindo, deliberando a favor do Brasil. Mesmo com todas essas leis, mesmo com todo o protagonismo que esta Comissão e esta Casa tiveram durante a pandemia, os senhores todos aqui, mais do que ninguém, no perfil muito novo que o Senado tem de visitar as bases e conversar, sabem da angústia do povo brasileiro.

Hoje, o Senador Anastasia chega a Minas e ele vê a angústia, assim como eu vejo no Maranhão e em todos os Estados, como Ceará e Amapá, a angústia do cidadão, que está vendo o preço da gasolina absurdo, está vendo o preço do gás absurdo, está vendo a condição e a qualidade de vida ficando mais difíceis para o pequeno. É preciso, mais do que nunca, que a boa política possa continuar trabalhando e esteja unida para que, junto com todas as instituições do Brasil, a gente possa colocar as coisas no devido lugar e andar.

Então eu desejo boa sorte, ao tempo em que eu parabenizo a nova Presidência da CCJ, o Senador Davi Alcolumbre, e o nosso Vice-Presidente, nosso querido professor Antonio Anastasia.

Obrigado, Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Já inscrevi V. Exa. aqui.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nobre Senador Davi Alcolumbre, Sr. Vice-Presidente, nosso sempre professor Antonio Anastasia, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a fala neste momento para fazer dois registros. Primeiro, um registro...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de felicitações e êxito a V. Exa. pela eleição à frente desta Comissão, bem como ao Senador Anastasia, e também de reconhecimento à Senadora Simone Tebet por sua presidência, uma Presidente que deixou sua marca à frente desta Comissão num momento desafiador para todos nós, um momento em que o Brasil atravessa uma fase difícil – agora, mas também antes da pandemia, porque era um momento de transição da política. E ela soube conduzir os trabalhos da CCJ com a cautela que a CCJ deve ter no cumprimento do dever constitucional, sobretudo como uma Comissão de filtro importante, porque o processo legislativo, sobretudo, se confirma pela participação efetiva da Comissão de Constituição e Justiça. Sem a voz, sem a participação da CCJ, não há processo legislativo. Ela é fundamental.

Então, a Presidente Simone teve essa capacidade – ao lado do Senador Jorginho Mello, a quem cumprimento – de conduzir os trabalhos da Comissão, bem como com a colaboração de todos os Senadores.

Neste momento, faço votos de que que V. Exa. – embora o momento seja excepcional, em que estamos ainda, em grande medida, no sistema remoto de deliberações – possa cumprir a missão como Presidente da CCJ de conduzir os trabalhos, garantindo o bom debate, garantindo o processo de verificação dos pressupostos de validade do processo legislativo, do devido processo legislativo. Controle de constitucionalidade, de legalidade, de juridicidade e de técnica legislativa são garantias da boa legística. Sem isso peca-se muito, produzem-se normas que às vezes não têm a sua eficácia plena ou têm sua eficácia plena questionada porque não houve o devido processo legislativo, a devida cautela no momento da tramitação da norma.

Então, o papel da CCJ é um papel de relevo, é um papel de destaque. E V. Exa. hoje, à frente desta Comissão, será, sem sombra de dúvidas, um garantidor desse papel fundamental.

Faço essa ponderação, e já tivemos oportunidade outrora de falar sobre isso. Até o Senador Amin, quando da eleição do Presidente Rodrigo Pacheco, sublinhou esse desejo, que é de todos nós também, de que, embora estejamos num momento excepcional, que nós tenhamos condições de fazer funcionar, ainda que não para todas as matérias, mas para matérias que sejam importantes, relevantes para o País; que a CCJ possa funcionar num sistema híbrido de participação presencial e remoto, mas cumprindo seu mister, cumprindo seu papel como esse filtro de maior importância no processo legislativo.

Então, cumprimento V. Exa., cumprimento o Professor Anastasia. Acho que essa Mesa diretiva não poderia estar mais bem-composta neste momento.

V. Exa., pelo histórico que tem nesta Casa, pela participação que teve, o Senado Federal conheceu o jeito Davi de presidir esta Casa. Obviamente que erros podem ter acontecido, e todos nós somos humanos, podemos errar, mas de uma coisa eu tenho certeza: o Senado quer, a partir de agora, avançar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez mais. Esse novo estilo, esse novo jeito, respeitando os colegas, respeitando as prerrogativas de cada um, dando voz e altivez a cada representação, independentemente de ser do maior Estado ou do menor Estado da Federação, todos sendo tratados e igualmente respeitados; foi isso que nós vimos na gestão de V. Exa.

Doravante temos que aprofundar justamente essa modelagem. Nenhum outro modelo diferente desse, que aprofunde essa percepção, acho, caberá ou terá espaço no Senado Federal doravante. Então, cumprimento V. Exa.

E o Senador Anastasia, com sua maestria de sempre, com sua habilidade de sempre, além do seu conhecimento profundo, compor essa Mesa traz para todos nós a sensação de que estaremos, seguramente, no rumo certo com os trabalhos da CCJ.

Parabéns a V. Exas. pela eleição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu fiz uma ordem de inscrição aqui – é só para fazer a leitura, para ficar registrado. Os próximos: Senador Esperidião Amin, Senador Kajuru, Senador Viana e Senador Contarato.

Antes de passar para o Senador Amin, eu queria registrar para os Senadores e agradecer a presença do Deputado Federal pelo meu Estado, o Estado do Amapá, do PSDB, Deputado Luiz Carlos, que nos acompanhou durante esta reunião da CCJ, veio nos prestigiar.

Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos, pela presença de V. Exa.

Também queria registrar a presença do atualmente Prefeito do Município de Santana, no Estado do Amapá, mas membro desta Casa. O Senador Sebastião Bala Rocha participou de muitos debates nesta Comissão e, hoje, como Prefeito de Santana, estando aqui em Brasília, veio nos prestigiar e matar a saudade do Senado da República, da sua Casa.

Seja sempre muito bem-vindo, Bala, você que é um Parlamentar atuante, hoje no Poder Executivo, como Prefeito da segunda maior cidade do meu Estado, o Estado do Amapá. Quero fazer este registro e agradecer a sua presença nesta eleição aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Ela é muito significativa para mim, pessoalmente, porque V. Exa. representa aqui todos os Prefeitos do meu Estado, o Estado do Amapá. Prefeito de Santana, ex-Senador, ex-Deputado Federal, ex-Deputado Estadual, médico, Sebastião Bala Rocha, muito obrigado pela presença de V. Exa.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou começar pela sua parte final. Eu queria passar um abraço muito afetuoso ao



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sebastião Rocha, que foi colega do meu tio aqui no Senado – eu jamais direi que foi meu colega, eu não tenho idade para isso! Mas quero saudá-lo com o mesmo carinho...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Qualquer semelhança entre V. Exa. e o seu tio é mera coincidência!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele está cada vez mais parecido comigo!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois é!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, com essas palavras, Sr. Presidente... Eu já saudei V. Exa., já saudei o querido amigo Antonio Anastasia, já cumprimentei a Senadora Simone e o Senador Jorginho. Portanto, já cumpri os deveres protocolares.

Eu apenas queria reforçar o que falei, e foi lembrado agora pelo Senador Marcos Rogério, ao Presidente então recém-eleito Rodrigo Pacheco e a V. Exa. sobre o funcionamento da Casa. Sem olhar para trás... Odorico Paraguaçu nos ensinou que "prafrentemente" é que é importante, e é o que nós podemos consertar; o resto nós só podemos reescrever – e, o que é pior, temos que ler depois, não é, Senador Anastasia?

Não dá certo a profusão de projetos que são apresentados de supetão, sem a participação das Comissões permanentes. Pelo menos uma vez por mês, no mínimo, elas têm que funcionar. E a de Justiça, se não funcionar uma vez por semana, aí nós estaremos numa conduta dolosa. Isso vale para o Presidente Rodrigo Pacheco também.

Vamos pegar um exemplo: o projeto de lei da Pfizer. É a mesma coisa que na alfaiataria. Eu quero fazer um terno para mim, com o meu manequim. Nós vamos votá-lo no Plenário sem analisar, na Comissão permanente, as consequências, a sua juridicidade e outros aspectos, no momento tangidos pela pandemia. É um projeto típico para ir para o Plenário, porque tem tudo a ver com o Ato nº 6 – ou nº 7?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Nº 7.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E com o decreto da pandemia, que já se extinguiu.

O decreto que permitia o funcionamento da Comissão de acompanhamento da Covid, o nosso ato que a criou, foi extinto. Todos os atos relacionados à calamidade não têm o suporte de um ato do Governo. Não têm. Têm suporte na emenda constitucional – relatada, inclusive, pelo nosso querido Senador Anastasia. Isso só contribuiu para encerrar o auxílio emergencial. A única consequência prática deste ato foi parar o pagamento do auxílio emergencial, qualquer que seja o seu valor. Não vou discutir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o valor, vou discutir a frase do Ministro Paulo Guedes: trata-se de uma aterrissagem, e não de uma queda por estolagem, que é quando falta velocidade.

E, nesse sentido, nós vamos votar também a PEC nº 186, cujo relatório, da autoria do meu querido amigo Marcio Bittar, coloca, como contrapartida para reativarmos o auxílio emergencial, coisas muito grandes e muito sérias.

Não vou discutir o mérito disso. Só quero me valer desse grande prefácio, longo, para lhe pedir, em público, para que fique registrado nos *Anais* que o senhor dê oportunidade para que o Senador Anastasia, que foi designado pela Senadora Simone Tebet, ponha para andar o Projeto de Lei Complementar nº 41, que eu reapresentei em 2019 e foi acordado com o Governo. Ele não corta incentivo fiscal nenhum – o Senador Anastasia está tomando conhecimento –, ele avalia o custo e o benefício. Desde 1991 que eu apresento esse projeto. Essa é a terceira versão. São 500 bilhões por ano que os Governos Federal, estaduais e municipais deixam de arrecadar ou subsidiam – são várias formas de incentivo – sem que se saiba o que que eu, cidadão, ganho ou perco, pura e simplesmente; sem avaliar a competitividade, se o setor beneficiado com isso ganhou competitividade; se algum emprego foi mantido ou gerado; e se o consumidor ganhou alguma coisa com isso. Nós temos exemplos mais recentes de isenção: dar isenção para a linha branca. E o preço no comércio não muda.

A economia é muito complexa. Então, avaliar o custo-benefício é uma coisa humilde: eu não sei, você não sabe; vamos avaliar.

Então, quero me congratular com a Senadora Simone, que designou o Senador Antonio Anastasia. Sei que ele não conhece ainda os detalhes, mas conhece a amplitude. Num país quebrado, como diz o Presidente, eu brigo por migalha, quero tomar o dinheiro de alguém – é natural, é humano – e não cuido de 500 bilhões que escorrem. A caixa d'água está aberta, mas isso eu não vou consertar; eu quero é cuidar dos pingos que estão caindo ou que estão entrando lá.

Então, é esse o pedido que eu faço "parafrentemente". Diferenças, queixas, reclamações, não vou fazer uso disso.

Vou dizer-lhe, para concluir, depois que eu lhe mostrei essa história estranha da serpente no muro das lamentações, e já mandei para o Senador Anastasia a origem: vamos esquecer os temores, as aflições. Eles são muitos, tanto umas quanto outros. E acho que nós podemos dar uma grande contribuição.

É uma pena, finalmente, que o Governo não tenha priorizado uma coisa como esta: avaliar custo-benefício do seu maior dispêndio anual voluntário. Esse não é obrigatório; esse foi criado e pode ser descreiado, pode ser retificado, pode ser ampliado ou reduzido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é o apelo que eu faço: que o senhor valorize, através do Senador Anastasia, a apreciação desse projeto de lei complementar, fazendo audiências públicas. Nós não podemos ficar sem avaliar. Era isso que queria lhe pedir "parafrentemente".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Amin.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Presidente Davi Alcolumbre, primeiro, com a permissão dos colegas: para mim, o reconhecimento à gestão de Simone Tebet junto à Presidência desta CCJ foi muito pequeno até agora. Ele tem que ser muito maior. Ela fez história nos dois anos em que esteve aqui. Dificilmente teremos uma outra gestão tão ética, tão justa, tão leal, tão preparada como a de Simone Tebet, ao lado do seu Vice Jorginho Mello. Então, essa é a minha primeira palavra ao Brasil, para que não o Mato Grosso do Sul, mas o Brasil saiba reconhecer que nós temos aqui em nosso meio uma mulher com essas qualidades raríssimas.

Dirijo-me ao novo Vice-Presidente da CCJ, Antonio Anastasia, dizendo, de forma rápida, o seguinte: amigo Anastasia, quando é que o senhor se lembra de que eu fiz, como jornalista ou como homem público, uma só crítica ao senhor? Nunca. Aliás, fiz ao senhor, no programa de Marco Antonio Villa, um dos maiores elogios que todos deveriam fazer. O senhor é um homem público que mora no mesmo apartamento de Belo Horizonte até hoje, com aquele mesmo carrinho fubazento do senhor – desculpe a expressão, mas é o exemplo que o senhor tem. Então, que o senhor saiba separar aqui as minhas opiniões.

Em relação ao Presidente Davi Alcolumbre, é claro que, no pronunciamento dele, quase que eu usei o art. 14, porque o meu nome eu sabia que estava ali na sua cabeça. Era direta para mim, mas bem colocada – e eu não nego, eu não tenho compromisso com o erro: quando eu erro, eu volto atrás. A única vez em que eu passei da primeira página e cheguei a ofendê-lo, eu, no mesmo dia, lhe pedi desculpas em todas as minhas redes sociais – que são fracas: têm 6 milhões de seguidores. E em todos os programas em que eu dei entrevista, eu falei: "Errei".

Agora, Presidente, em todos os outros milhares de críticas que eu fiz ao senhor, eu não errei. Eu quero estar errado aqui agora e, estando, eu vou lhe pedir desculpas publicamente aqui e a todos os colegas que pensam diferente de mim. Para mim, a sua gestão aqui será desastrosa. A CCJ será um puxadinho do Palácio do Planalto, porque a sua ligação com o Presidente Jair Bolsonaro é umbilical, completamente, tanto que ele participou de toda a eleição aqui, e o senhor, junto com ele, colocou quem o senhor quis aqui na Presidência. E pronto, acabou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não consigo deixar de imaginar que esta CCJ vai ter um Presidente que não vai dizer só sim ao Presidente Bolsonaro, que vai ter coragem de dizer não a ele. Dizer isso eu não posso fazer, Presidente. Eu não posso acreditar, mas, se isso acontecer – eu repito –, eu vou reconhecer e vou reconhecer feliz, porque o bonito do homem é ele reconhecer os seus erros, e eu, na minha vida toda, reconheci, porque eu já errei muito e já acertei muito.

E concluo: nas minhas críticas ao senhor, eu tenho motivo, e esse motivo o senhor não tem como contestar, infelizmente. Sem falsa modéstia, eu sou o Senador aqui campeão de projetos e PECs, de proposições: quase 250 em dois anos. E o senhor sabe que eu trabalho, tanto que a Presidente Simone Tebet sempre falou que eu era o primeiro a chegar aqui e o último a sair. O senhor tem noção de que, durante todo o ano de pandemia, por birra minha – porque o senhor lembra Leonel Brizola num detalhe: o senhor guarda rancor no freezer –, o senhor, guardando o rancor de mim, nunca colocou um projeto meu para ser discutido, no ano da pandemia todinho? Este ano começa, e também a mesma coisa. Relatoria, eu apenas conquistei uma, com insistência minha ao seu Secretário Bandeira, que me parece tê-lo convencido, ou seja, uma relatoria para um Senador de dois anos, sendo que nós estamos vendo Senador suplente que chegou aqui há um mês, dois meses e já foi Relator quase dez vezes, já teve projeto discutido quase dez vezes. Isso para mim é rancor. Então, eu não parava de criticá-lo mesmo. Era no sistema bateu, levou; respeitosamente, mas criticava. Colocava da minha maneira o que eu pensava dos seus dois anos de gestão.

Eu espero que o senhor também reflita. Quando o senhor fala na palavra "humilde", eu não discordo dela. O senhor tem momentos de humildade em que nos faz reconhecer e dizer: "Olha, não é qualquer homem do meio público com esse gesto". Então, reconheça esse rancor comigo. Tire esse rancor do senhor comigo. E não tenha nenhuma dúvida: a gente poderá ter a melhor relação do mundo. Agora, eu sou assim. Comigo... Quem é rancoroso comigo eu trato do mesmo jeito. Mas boa sorte ao senhor, e tomara que o senhor cale a minha boca.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente da Comissão, Davi Alcolumbre; Vice-Presidente, meu companheiro de Estado e de quem sou grande admirador, Professor Antonio Anastasia; colegas todos presentes; quero saudar também os meus irmãos de Minas Gerais que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, que estão sempre atentos. Nós não temos muitas vezes ideia de como a transmissão para todo o Brasil, por rádio e por TV, é importante para que as pessoas possam acompanhar o que está acontecendo aqui.

Uma das grandes características, Sr. Presidente, da humanidade, de nós seres humanos, é a nossa capacidade de suplantar os momentos difíceis, as catástrofes, as calamidades. Grandes civilizações surgiram depois de grandes desafios. O que torna os povos diferentes não é a raça, a cor, a religião,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada. O que torna os povos diferentes é a capacidade, a coragem e a forma como eles enfrentam os erros, o passado e como eles constroem o futuro. Isso é o que marca as civilizações; aquelas que souberam vencer tempos difíceis, de grandes desafios, de grandes lutas e que se tornaram nações mais justas para o seu povo, dividindo todo esse esforço de uma forma correta.

Quando nós recomeçamos o trabalho, todos os anos, aqui no Parlamento, o nosso povo renova as esperanças de que seja um ano melhor. O nosso povo olha para nós Senadores, Parlamentares, com o olhar de quem quer um futuro melhor. Nós somos escolhidos para trabalhar e tornar o dia a dia das pessoas menos duro, porque nós sabemos que a vida é feita de dificuldades para todos nós. A vida não é feita somente de dias de sol; a vida é feita também de dias difíceis para todos. Quem na Terra, debaixo do Sol, nunca passou um momento difícil? Há quem esteja aqui sobre a Terra que hoje possa dizer que nunca passou, nunca errou, nunca teve um momento de se repensar? Assim também é o Parlamento; uma extensão de todo o povo brasileiro. Nós acertamos muito, erramos, mas temos a capacidade de entender que é no diálogo, que é no relacionamento sempre respeitoso e, principalmente, na misericórdia que nós construímos uma sociedade melhor. É assim que as coisas têm que funcionar.

Eu, no meu relacionamento de amizade com V. Exa., quero dizer do tanto que aprendi – e, tenho certeza, outros Senadores aprenderam – com a forma alta e principalmente sempre transparente com que o senhor enfrentou essas dificuldades todas nesses dois anos. Um jovem, uma pessoa que veio de um Estado como o Amapá, entre os últimos do nosso País, mas não dos menores; um Estado que tem provado claramente ser de uma gente corajosa e de uma gente disposta a fazer um Brasil melhor – são bandeirantes modernos desse tempo –; assim como Rondônia, Roraima, Estados que estão abrindo um novo tempo para o Brasil no desenvolvimento. E nós aqui no Parlamento somos um exemplo, um pedaço dessa sociedade brasileira. Aqui estão todos os brasileiros representados – todos, evangélicos, católicos, juristas, motoristas, pessoas que a vida toda tiveram condições de crescer pelo próprio esforço, outros pela atividade, mas nós somos o espelho da sociedade brasileira.

E o que o povo espera de nós, Sr. Presidente? O povo espera de nós justiça. Justiça nas leis. O povo espera de nós que tenhamos sempre o pensamento coletivo. Esta Comissão é a Comissão coração de toda a Constituição brasileira. Todas as mudanças de que o País precisa estão na Comissão de Constituição e Justiça. E é isso, eu tenho muita confiança em que os senhores exercerão daqui para a frente e trabalharão pensando sempre na justiça para todos os brasileiros.

Eu quero aqui ler dois versículos de que eu sempre gostei muito sobre a questão de como se deve trabalhar para o povo. E não é de hoje. Nós já temos aí 8 mil anos de uma experiência judaico-cristã que mostra claramente como a sociedade, quando é justa, é uma sociedade que se desenvolve. E justiça, muitas vezes, Presidente Davi e Vice-Presidente Senador Anastasia, não é dizer "sim" a todas as coisas. Justiça muitas vezes é olhar o interesse público acima dos interesses particulares e ter a coragem de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer "não" àquele que quer apenas vislumbrar as suas soluções sendo colocadas em prática. É preciso coragem para dizer "não".

Está aqui, e me permitem citar, em Provérbios, 31, versículo 8. Diz assim: "Abre a tua boca a favor do mudo, pela causa de todos que são designados à destruição". Um juiz, um Parlamentar, uma pessoa que representa o povo tem que abrir a boca para defender aqueles que muitas vezes são menosprezados ou estão condenados a não existirem ou serem esquecidos. O Parlamento tem que abrir a boca pelos brasileiros simples, que nos olham pela televisão, pela rádio, com a esperança de dias melhores neste País. "Abre a tua boca, julga retamente e faze justiça aos pobres e aos necessitados". Esta é a essência do nosso trabalho: fazer justiça aos pobres e aos necessitados, não somente pelo julgamento das leis, mas por colocarmos leis que sejam justas para o povo brasileiro. E esta Comissão, senhores, tem esta atribuição e esta responsabilidade de manter viva a esperança do povo brasileiro no Parlamento, de que, todas as vezes que nós iniciamos uma nova legislatura, um ano legislativo, aqui se possa fazer o que o País espera de nós: trabalhar com igualdade, propondo a todos que o Brasil precisa do nosso esforço e exige a nossa dedicação para que possamos construir uma sociedade melhor.

Os desafios são muitos, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, mas eu volto a dizer: o que diferencia os povos não são as dificuldades, mas a forma como eles enfrentam, aprendem e constroem um novo futuro. É isto que nós do Parlamento temos que levar aos brasileiros: a esperança e o trabalho por um futuro bem melhor. Que Deus os abençoe, que lhes dê sabedoria, que lhes dê sempre a tranquilidade de conduzir os rumos desta Casa, do Senado, pela CCJ, de uma maneira equilibrada, e que a gente possa dar à sociedade sempre dias melhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Agradeço ao Senador Carlos Viana pelas palavras de V. Exa.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu quero inicialmente agradecer todo o empenho, a seriedade e o comprometimento com esta Comissão de Constituição e Justiça à Senadora Simone Tebet e ao Senador Jorginho Mello.

Quero agradecer também aos meus colegas por oportunizarem debates de tamanha complexidade, que vão além – eu ouso dizer – do processo legislativo. Porque nem a Constituição Federal, Senador Anastasia, nem qualquer lei ordinária teria o seu real valor se ela não fosse sedimentada em cima de uma base ética, de uma base moral, de um comprometimento com aquilo que eu reputo muito maior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar o Senador Davi Alcolumbre pela eleição; também o Senador Anastasia, um querido, um amigo, uma pessoa com quem aprendo diuturnamente.

Quero deixar claro também que as pessoas têm que entender – e nós políticos temos que, mais do que ninguém, saber disso – que um dos princípios que regem a Administração Pública é a impessoalidade. Eu posso ter qualquer diferença com o Presidente da República, mas os senhores nunca – nunca! – me viram ofendendo o Presidente da República, porque a minha discussão é discussão de ideias, é daquilo que eu acho que não é compatível com a espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é a Constituição da República Federativa do Brasil, ou com os tratados e convenções internacionais, mas jamais eu levo para o lado pessoal.

Então, Senador Davi, eu não tenho procuração dos meus colegas Senadores e Senadoras, mas eu queria pedir perdão ao senhor pelas vezes em que o senhor foi ofendido publicamente por determinados Senadores. Nenhum de nós tem esse direito, nem o pior criminoso tem esse direito. É um princípio constitucional, está lá a presunção de inocência, a boa-fé, a presunção de legitimidade dos atos praticados pela Administração Pública. Quem sou eu para falar que o senhor agiu de forma equivocada? Não, eu vou discutir nos campos das ideias. E, se o senhor, na condução, fizer um comportamento com o qual não concordo, nós temos procedimentos legislativos para corrigir isso, porque nós vivemos numa democracia. Nem sempre o que eu almejo com um projeto de lei é o que a maioria aceita como razoável, crível, permitido, mas nós temos que respeitar as pessoas. Eu sempre tenho como hábito na minha vida, Senador Davi, me questionar: o que eu vou falar vai ser positivo para alguém? Eu vou ajudar alguém? Se for, eu vou falar; se não, eu vou me recolher na minha insignificância e vou trabalhar aquilo em mim da melhor forma possível. Porque eu sou católico, mas tenho uma frase que amo dizer: que a minha religião é o amor e o meu Deus é o outro.

Assim como o Carlos Viana citou um trecho bíblico, eu também aqui ouso dizer. São Paulo tem um trecho magnífico em que ele fala: "Eu não vivo, mas Cristo vive em mim". E eu acho que se todos nós, independentemente de religião porque o Estado é laico, começássemos a trabalhar isso... Ou seja, se eu, do momento em que acordo até o momento em que adormeço, olhar para o meu próximo e enxergar Cristo, conforme a concepção que tenho de Deus, eu vou exercer mais o amor, o respeito, a caridade, a compaixão, a humildade.

O senhor tem uma virtude que eu sempre enalteço: a humildade. Mas não é uma humildade da boca para fora, não é uma humildade que se confunde com submissão ou subserviência, é uma humildade de comportamento de vida, é uma humildade pela qual eu sempre tento me pautar, jamais buscando a perfeição, mas, sim, o aperfeiçoamento enquanto cidadão. Eu acredito que esse poder nos foi dado por Deus e ele será cobrado um dia. Eu acredito muito que, quando nós não estivermos mais aqui, Senador Anastasia, o meu Deus vai me cobrar: "Fabiano Contarato, o que você fez com os dons que eu te dei?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é essa redução da desigualdade... Nós estamos prestes a votar a PEC Emergencial, que está desmantelando a Defensoria Pública, instituição que mais defende os vulneráveis, para os quais temos que olhar; que está tirando as verbas da saúde e da educação que nós acabamos de aprovar no Fundeb. Não vamos permitir isso! Eu não conseguiria olhar para a população brasileira, em especial para o meu querido Estado do Espírito Santo, olhar nos olhos e falar que essa aprovação teve a minha digital. Não terá com esses retrocessos que aí estão.

É preciso, com diálogo, com aperfeiçoamento... E aí eu me coloco à disposição, com humildade também. Eu sou professor de Direito há 22 anos, leciono Direito Penal e Processo Penal, fui delegado por 27 anos, tenho sensibilidade. E aí eu faço um apelo: para as matérias para as quais eu puder, humildeamente, contribuir, não por vaidade... Volto a repetir: eu quero é contribuir para construir um projeto de governo que esteja além da sigla partidária, esteja além da Rede Sustentabilidade, além do DEM, além do PSD, do PMDB, não importa, porque nós temos como único objetivo construir um Brasil mais justo, fraterno e igualitário para, quem sabe um dia, todos sermos iguais perante a lei, todos termos acesso à saúde e à educação pública de qualidade e redução da carga tributária. Eu me coloco, mais uma vez, à disposição de V. Exas., Senador Anastasia, como Vice-Presidente, e Senador Davi, e mais uma vez eu quero falar da minha admiração, do meu comprometimento, do meu respeito e da minha gratidão pela forma como os senhores e todos os colegas me acolheram. Eu, que nunca exercei um mandato, fui muito bem recebido nesta Casa que representa todos os Estados da Federação.

Que Deus abençoe o senhor! Que Deus continue te abençoando! Tenha em mim um soldado que vai estar aqui aguerrido lutando para manter esta espinha dorsal que é a Constituição da República Federativa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato. Eu queria aproveitar a fala de V. Exa., antes de passar a palavra ao Senador Zequinha, último orador inscrito, para registrar e agradecer a V. Exa. – e, naturalmente, as palavras do Senador Marcos Rogério, meu Líder, e as palavras do Senador Carlos Viana – e dizer que, na condição de Senador da República e na missão de Presidente do Senado e Presidente hoje eleito por V. Exas., eu posso falar por mim, Senador Antonio Anastasia: eu tentei, nos últimos dois anos, pacificar, conciliar e ajudar o nosso País. E, de fato, concretamente, em alguns momentos dessa história, houve excessos. E eu tenho certeza absoluta e a maioria esmagadora do Senado Federal tem certeza absoluta de que eu relevei muitos ataques. Inúmeros deles talvez para fazer uma live ou fazer um Twitter para inclusive expor o Senado da República, uma Casa de quase 200 anos. O Senado Federal é uma Casa de poucos, como disse anteriormente: 81 em 215 milhões de brasileiros.

Infelizmente – e isto não quero que seja considerado jamais, Fabiano e Viana, um desabafo, porque não é da minha conduta fazer desabafo, mas é fazer uma constatação – alguns Senadores não têm a dimensão disso. Não quero nominá-los, porque, naturalmente, em algum momento eles





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responderão dentro do Regimento que nós temos, dentro da regra de boa convivência que a gente estabeleceu ao longo de anos do Senado Federal. Mas, de fato, algumas dessas agressões passaram do limite do decoro parlamentar. E não é por estar aqui, hoje, nesta condição de Presidente da CCJ, mas muito mais ainda como Presidente da CCJ, que quero resgatar as nossas regras convivência.

Infelizmente, na pandemia, a gente viveu momentos muito difíceis. E pessoalmente, Presidente Anastasia, eu tive que relevar muitos ataques, muitos deles injustificáveis, para manter o equilíbrio institucional, para manter a boa convivência desta Casa. E eu tenho certeza absoluta de que na história do nosso País, lá na frente, nós seremos reconhecidos pelo momento mais difícil por que a humanidade passou. E nós estávamos aqui, atentos, trabalhando e ajudando os brasileiros nos quatro cantos deste País gigante. E era tanta dificuldade, Senador Fabiano, que não cabia; a gente não tinha tempo de criar outros embates pessoais do Parlamento. E eu não iria, na Presidência do Senado Federal, na condição de magistrado, desvirtuar o foco do debate. De maneira nenhuma eu poderia... Eu iria me penitenciar se eu fizesse sair do foco da vida; da saúde; da defesa da economia, dos empregos, da manutenção da estabilidade democrática. Então, não tinha condição. Aliás, eu acho que eu não tinha tempo, Senador Viana, de me desviar dessa missão.

Como Presidente da CCJ, e digo isso com muita tranquilidade, nós vamos ter que, urgentemente, todos nós aqui nesta Casa – e agora sem estar na missão de Presidente do Senado Federal, mas como Presidente da CCJ eu o farei –, cobrar o cumprimento do Regimento do Senado, porque talvez tenhamos passado os momentos mais difíceis desse embate pela vida, pelo emprego das pessoas, que era e é nossa prioridade. Mas, concretamente, não é possível mais, não é admissível mais que alguns colegas Senadores da República agridan os outros colegas Senadores da República de forma que não condiz com esse voto e esse mandato de Senador da República.

Então, agora que nós vamos ter mais tempo, nesta nova missão, eu vou solicitar ao Presidente Rodrigo que, o mais rápido possível, a partir do momento que a gente conseguir vacinar o povo brasileiro, a gente possa restabelecer o decoro parlamentar nesta Casa. Porque foi necessária uma decisão da Suprema Corte do Brasil afastar um Congressista da sua atividade parlamentar, uma decisão do Judiciário – não quero entrar no mérito, mas foi uma decisão do Judiciário –, porque, infelizmente, os nossos órgãos de correição, que são legitimados pelo nosso Regimento, não puderam funcionar nesse período. Sem dúvida nenhuma, como Senador da República, terei mais tempo agora para tomar as providências contra aqueles que se excederam no limite, avançaram o sinal e saíram da discussão, do debate das ideias, o que é natural no Parlamento.

Portanto, quero, respondendo a V. Exa., porque durante dois anos não tive condição de fazer isso, e agora há uma chance de fazer isso, tratar isso com muita seriedade, pois não é plausível mais no Senado, com tantas atribuições, a gente ter colegas nossos que passam do limite todos os dias e se acham imunes a tudo. Há uma regra aqui, há o Regimento. E caberá ao órgão colegiado responsável por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa deliberação atuar nesses processos. Teremos, ao longo desses meses, agora, se Deus quiser, uma atuação importante na defesa da vida dos brasileiros, mas nós vamos ter que fazer isso urgentemente, antes que o Supremo Tribunal Federal tome uma decisão novamente, desta feita, contra esta Casa, contra aqueles que se excedem dos limites naturais das suas palavras, opiniões e votos.

Portanto, eu agradeço a manifestação de V. Exa., mas reitero que estava ocupado com muita coisa, cuidando do País. Agora eu vou cuidar um pouco da minha atividade parlamentar, do meu mandato. E quero registrar que espero que, dentro desse ambiente de convivência salutar, a gente possa fazer esse debate do que é crítica, do que é ofensa e do que é agressão. Então, muito obrigado pelas palavras de V. Exa.

Deixo esta manifestação antes de passar ao último Senador.

Antes de passar ao Senador Zequinha, queria agradecer a presença do Governador do meu Estado, Waldez Góes, que está aqui, Fabiano, Viana, Marcos, Zequinha, prestigiando a nossa reunião da CCJ, a eleição.

Quero agradecer, Governador Waldez, pela presença, dizer que nós estamos aqui atuantes ajudando o Brasil, ajudando o nosso Amapá e agradecer a presença de V. Exa., como Governador do meu Estado, em um momento importante para o Amapá, que elege novamente um filho seu Presidente de uma Comissão importantíssima como a CCJ, o que é também sinal de prestígio e de respeito à nossa missão como Senador da República.

Muito obrigado pela sua presença, Governador. Meu carinho, meu respeito e meu trabalho incondicional para o povo do Amapá e o povo brasileiro.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu pedi a palavra apenas para cumprimentá-lo.

Está começando uma nova missão e V. Exa. sabe do nosso apreço, respeito, estima, consideração pelo trabalho que fez à frente da Presidência do Senado e do Congresso Nacional.

Eu não sou do Amapá, mas sou vizinho. Eu estou aqui bem servido de amapaenses: Deputado Luiz Carlos, nosso governador Waldez Góes e meu sempre amigo – fomos parceiro de partido lá atrás, deputados federais juntos aqui – Sebastião Bala Rocha. Estou muito feliz por sua eleição na grande cidade de Santana.

Quero desejar ao Amapá, na sua pessoa, sucesso total e absoluto e dizer que o Estado do Pará continua parceiro.

Estamos aqui suplentes nesta Comissão, vamos participar dos debates.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho convicção absoluta de que a CCJ não poderia estar em mãos melhores – correto? –, ainda mais com o Vice que V. Exa. tem, que é o Professor Anastasia, que de todos nós aqui tem o respeito pela pessoa e pelo professor de Direito que é. Então, vamos juntos.

Quanto a essas coisas que as pessoas falam de nós, como o pessoal fala um pouco lá pelo Pará: essas pedras que nos jogam nós catamos e construímos um caminho pavimentado para seguir. Acho que todo mundo que fala mal de nós é porque gostaria de estar no nosso lugar. Não tenha dúvida disso, porque essas dores de cotovelo não passam nunca, isso é um problema crônico para o qual não descobriram remédio ainda.

Deus o abençoe, sucesso e que tenhamos um ano produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Zequinha.

Eu queria passar a palavra ao Presidente Antonio Anastasia, para que ele pudesse fazer a sua manifestação e ele mesmo encerrar esta reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Novamente, Senador Anastasia, quero pedir a V. Exa. os aconselhamentos pela sua história e dizer a V. Exa. que V. Exa. vai trabalhar muito. Cuide de todos nós aqui na CCJ que eu estarei aqui ao seu lado para ser orientado por V. Exa.

Passo a palavra a V. Exa. e aproveito para pedir a V. Exa. que V. Exa. encerre a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Presidente, Senador Davi Alcolumbre; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; eminentes Governador do Estado do Amapá, Waldez Góes, eminentes convidados.

Meu Presidente, minha palavra será rápida. Primeiro, de agradecimento aos pares pela nossa eleição, pela confiança uma vez mais, e de agradecimento a V. Exa., que me convidou para, juntamente com a indicação do meu partido, o PSD, compor consigo essa chapa para estarmos aqui na CCJ neste biênio que ora se inicia.

Permita-me também um registro muito especial de cumprimento à Senadora Simone Tebet e ao Senador Jorginho Mello pelo belíssimo desempenho que tiveram na CCJ, a despeito do momento grave de dificuldades operacionais, que foi no ano passado, da pandemia; e cumprimentar, na figura do querido Ednaldo, todo o nosso pessoal técnico de apoio aqui da CCJ.

Eu estou como membro titular desta Comissão já desde o início do meu mandato, já fui Vice-Presidente, e de fato é uma honra estar aqui ao seu lado. Eu acho que o Vice-Presidente tem que ser exatamente aquilo que a Senadora Simone disse do Senador Jorginho: discreto, leal, eficiente e à disposição para trabalharmos juntos. Assim o fui como seu Vice-Presidente na Mesa e espero sê-lo aqui



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

também, na CCJ, em um trabalho integrado, à sua disposição, sob seu comando e sua coordenação, juntamente com todos os nossos pares, para termos aqui neste núcleo duro do Congresso Nacional, do Senado, que é a nossa CCJ, os trabalhos mais profícuos.

Agradeço muito, portanto, essa oportunidade, e vamos trabalhar juntos.

Atendendo, na sua deferência, a sua determinação como Presidente, portanto, declaro, em seu nome, encerrada esta reunião.

Meus parabéns, Senador Davi, que fará aqui um comando tão brilhante como fez na Mesa Diretora!

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

ÀS QUINZE HORAS E VINTE E QUATRO MINUTOS DO DIA VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, NO ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENADOR DAVI ALCOLUMBRE, REÚNE-SE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA COM A PRESENÇA DOS SENADORES SIMONE TEBET, ROSE DE FREITAS, ESPERIDIÃO AMIN, EDUARDO GOMES, FLÁVIO BOLSONARO, PLÍNIO VALÉRIO, TASSO JEREISSATI, MARCOS DO VAL, LASIER MARTINS, ANTONIO ANASTASIA, LUCAS BARRETO, VANDERLAN CARDOSO, PAULO PAIM, ROGÉRIO CARVALHO, FERNANDO COLLOR, HUMBERTO COSTA, JAQUES WAGNER, FABIANO CONTARATO E NELSINHO TRAD (NÃO MEMBRO). DEIXAM DE COMPARCER OS SENADORES EDUARDO BRAGA, RENAN CALHEIROS, FERNANDO BEZERRA COELHO, MECIAS DE JESUS, CIRO NOGUEIRA, ORIOVISTO GUIMARÃES, EDUARDO GIRÃO, SORAYA THRONICKE, OMAR AZIZ, MARCOS ROGÉRIO, JORGINHO MELLO, TELMÁRIO MOTA, JORGE KAJURU E EVERTON. HAVENDO NÚMERO REGIMENTAL, A REUNIÃO É ABERTA. A PRESIDÊNCIA SUBMETE À COMISSÃO A DISPENSA DA LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, QUE É APROVADA. PASSA-SE À APRECIAÇÃO DA PAUTA: EMENDAS AO PLOA/2021. FINALIDADE: DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DAS EMENDAS DA CCJ AO PLOA/2021 (PLN 28/2020-CN), QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO 2021". RELATOR: SENADOR FABIANO CONTARATO. RESULTADO: APROVADAS AS EMENDAS NºS 1-CCJ A 4-CCJ, NOS TERMOS DO RELATÓRIO: EMENDA Nº 1-CCJ: UO: 30101; AÇÃO: 21BM - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE – NACIONAL; VALOR: 100.000.000. EMENDA Nº 2-CCJ: UO: 30107; AÇÃO: 154T – APRIMORAMENTO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – NACIONAL; VALOR: 100.000.000. EMENDA Nº 3-CCJ: UO: 30107; AÇÃO: 2723 – POLICIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, COMBATE À CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO – NACIONAL; VALOR: 100.000.000. EMENDA Nº 4-CCJ: UO: 30912; AÇÃO: 20IE – ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS – NACIONAL; VALOR: 100.000.000. VALOR TOTAL R\$ 400.000.000. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ENCERRA-SE A REUNIÃO ÀS DEZESSEIS HORAS E TREZE MINUTOS. AO FINAL DA REUNIÃO, A PRESENTE ATA FOI APROVADA PELO SENHOR PRESIDENTE E SERÁ PUBLICADA NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, JUNTAMENTE COM A ÍNTEGRA DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS.

SENADOR DAVI ALCOLUMBRE

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2^a Reunião, Extraordinária, semipresencial, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram.
(Pausa.)

Está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao PL nº 28, de 2020, do Congresso Nacional, Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2021, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, juntamente com a ata desta reunião.

Havendo número regimental, concedo a palavra ao Sr. Senador Fabiano Contarato, Relator das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021, para proferir o seu relatório.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato. (Pausa.)

Só um minuto, Senador Fabiano, que está sem som.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Como Relator. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é uma satisfação revê-los, mesmo que remotamente.

Inicialmente, quero agradecer a deferência de V. Exa., Senador Davi Alcolumbre, pela designação de tão importante etapa nesta Comissão de Constituição e Justiça, que mais uma vez demonstra a sensibilidade de V. Exa., principalmente porque muitas dessas emendas estão vinculadas ao combate da criminalidade, da corrupção, da violência. Obrigado mais uma vez, Senador Davi.

Quero estender o meu abraço fraterno a todos os Senadores e Senadoras para que a gente possa fazer essa leitura mais rápida, da forma mais didática possível, na certeza de que atenderemos dentro do que for possível.

Quero agradecer também, Senador Davi, a consultoria da Comissão de Constituição e Justiça, que em muito contribuiu e nos auxiliou na elaboração desse parecer.

Procedo à leitura.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31/08/2020, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021, Projeto de Lei nº 28/2020-CN – Ploa 2021, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. A CMO fixou o prazo de 10/02/2020 a 01/03/2020 para apresentação de emendas ao Ploa 2021.

A Resolução nº 1, de 2006 – CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das comissões permanentes a serem apresentadas ao Ploa.

As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e de até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidir por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe ressaltar que, segundo o art. 2º da Instrução Normativa CMO nº 1, de 2021, aplicam-se à apreciação do projeto de lei orçamentária para 2021 e das respectivas emendas as normas constantes do relatório do Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas aprovado na Reunião Ordinária de 08/10/2019, que firma diversas interpretações a respeito da admissibilidade das proposições. As disposições do referido relatório devem ser observadas, sob risco de as emendas apresentadas não terem seu mérito analisado por vício de admissão. Em especial, cabe destaque ao item do relatório que associa o caráter institucional das emendas à compatibilidade da ação proposta com as competências regimentais da Comissão Permanente.

Nesse contexto, esta Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Ploa 2021.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 48 sugestões de emendas, elaboradas pelas Senadoras Simone Tebet e Soraya Thronicke e pelos Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Jaques Wagner, Major Olímpio, Marcio Bittar, Mecias de Jesus, Paulo Paim e Veneziano Vital do Rêgo.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas ao abrigo das competências regimentais da Comissão. Essas indicações estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão.

É o relatório.

Análise.

Não foram apresentadas indicações de emendas ao texto, nem de emendas de remanejamento. O número de indicações de emendas de apropriação extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à CCJ. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN. Importa consignar que as indicações acolhidas atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manterem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é de que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão devem vislumbrar um plano nacional, não se limitando a uma região ou a uma localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, resolvemos selecionar, como critério primordial, as programações orçamentárias com maior número de indicações pelos Parlamentares, alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Assim, propomos emendas que destinem recursos às seguintes ações:

"21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional", que foi objeto de indicações pelos Senadores Davi Alcolumbre, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Marcio Bittar, Mecias de Jesus e Veneziano Vital do Rêgo e pelas Senadoras Simone Tebet e Soraya Thronicke, na forma da sugestão de número 46, com valor de R\$100 milhões; "154T – Aprimoramento e Manutenção da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal – Nacional", que foi objeto de indicações pelos Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcio Bittar e pela Senadora Simone Tebet, na forma da sugestão de número 01, com valor de R\$100 milhões;

“2723 – Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção – Nacional”, sugerida pelos Senadores Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e pela Senadora Simone Tebet, na forma da sugestão de número 35, com valor de R\$100 milhões;

“20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional”, sugerida pelos Senadores Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro e Márcio Bittar e pela Senadora Simone Tebet, na forma da sugestão de número 08, com valor de R\$100 milhões.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação do Ploa 2021, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, das seguintes emendas, conforme o seguinte quadro, que está aqui estabelecido, elencando os itens da leitura retromencionada.

Ressalte-se que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eu preciso fazer o registro de que a Senadora Rose de Freitas, ainda há pouco, havia pedido a inclusão de uma emenda de ofício no relatório das emendas, relacionada ao combate à violência contra a mulher.

Embora extremamente meritória a proposta, eu entendo que estaria contemplada no desenvolvimento de políticas de segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade, que abrangeia tudo isso.

Então, eu parabenizo a Senadora Rose de Freitas pela sensibilidade com relação à pauta da violência contra a mulher; porém, como eu tenho uma limitação de quatro emendas, entendo que ela já teria sido contemplada por essa emenda do desenvolvimento de políticas públicas de segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade como um todo.

É esse o parecer, Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo a V. Exa. por essa designação, pela qual me sinto honrado. Quero ainda esclarecer aos colegas que, dentro daquilo que foi possível, com o auxílio técnico da Consultoria do Senado, eu tentei contemplar a todos da forma mais democrática e da forma mais sensível, atentando principalmente para a minha experiência profissional de mais de 27 anos como Delegado de Polícia na área de segurança pública.

É este o parecer.

Espero ter contribuído com a Presidência de V. Exa., Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Eu queria registrar que 17 Senadores marcaram presença nesta reunião da CCJ de hoje para a votação das emendas desta Comissão ao Orçamento da União; registrar as presenças do Senador Rogério Carvalho, membro da Mesa Diretora do Senado Federal, que nos acompanha e está nos secretariando aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer à Consultoria, aos colaboradores e servidores desta Casa, em especial aos da Comissão de Constituição e Justiça, que nos ajudaram, juntamente com os Consultores do Senado, a auxiliar o Senador Fabiano Contarato com relação à apresentação do seu relatório.

Quero agradecer também a presença do Deputado Mauro Benevides, Deputado pelo Estado do Ceará, que nos prestigia aqui na Comissão de Constituição e Justiça para votação das emendas.

Quero registrar também, Senador Fabiano Contarato, e cumprimentar V. Exa., porque nós tivemos a participação em emendas apresentadas por 15 Senadores e esses 15 Parlamentares que apresentaram as emendas dentro do prazo estabelecido pela Instrução Normativa nº 14 e pelo Ato Conjunto nº 2 das Mesas da Câmara e do Senado Federal, num total de 48 emendas. E, de fato, é um trabalho muito difícil tentar conciliar, construir um consenso, já que a gente só tem quatro emendas para serem apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Mas eu queria registrar, Senador Fabiano – e esse é o cumprimento que faço a V. Exa. –, porque V. Exa., no seu relatório, de maneira muito colaborativa e prestigiando os Parlamentares, V. Exa. adotou um critério de proporcionalidade.

Eu consultei a Secretaria da Comissão, ouvi os consultores do Senado, e V. Exa. desde o primeiro momento, quando foi designado Relator da Comissão, tentou da melhor maneira possível conciliar as emendas, e tanto o fez que a Emenda nº 1, no relatório de V. Exa., contempla 10 sugestões; a Emenda nº 2 contempla oito sugestões; a Emenda nº 3 contempla cinco sugestões e a Emenda nº 4 contempla cinco sugestões.

E eu, sem dúvida nenhuma, sei que V. Exa. fez isso para tentar contemplar um número maior de pleitos apresentados aqui na Comissão. Se nós analisarmos, das 48 emendas apresentadas, V. Exa. priorizou as que atendiam a maioria das solicitações: atendeu a 28 com as quatro emendas.

Então, esse trabalho mostra a sensibilidade de V. Exa. e a vontade de atender o maior número de Parlamentares possível. Eu precisava registrar isso e cumprimentar V. Exa.

Nós temos uma lista de oradores inscritos. Antes de colocarmos em votação, eu vou passar à lista de oradores inscritos para discussão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim; em seguida, à Senadora Rose de Freitas e, como terceira Senadora inscrita, à Senadora Presidente Simone Tebet.

Senador Paulo Paim, V. Exa. tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, Senador Davi Alcolumbre, e nosso Vice-Presidente, Senador Antonio Anastasia, meus cumprimentos também ao meu amigo e Relator, estimado Senador Fabiano Contarato, que fez, pelo que vi, um relatório preciso e com alto rigor técnico.

Apresentei diversas emendas a esta Comissão, sugestões que vão na linha de promover recursos na promoção dos direitos dos povos indígenas, segurança pública, combate à corrupção, combate ao crime organizado e à violência.

Quero dizer, Contarato, que eu me sinto totalmente contemplado com a emenda indicada pelo Relator para o desenvolvimento de política de segurança, política de ação 21BM.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, nessa minha primeira participação após a sua eleição como Presidente desta Comissão, eu queria dizer que acredito que teremos bons debates e a aprovação de matérias importantes em diversas áreas, como fizemos com a sua participação e a sua indicação na aprovação da Convenção Interamericana contra o Racismo, para a qual V. Exa. me designou como Relator no ano passado e a qual o Presidente Rodrigo Pacheco pautou na primeira semana dos trabalhos deste Congresso, deste Senado, e a matéria foi aprovada.

V. Exa. tem em sua companhia, como Vice-Presidente, o Senador Anastasia, que engrandece o Senado Federal e assim será com esta Comissão.

Ainda no ano passado, lembro que ele pautou o 787, de minha autoria, que agrava a pena dos crimes de racismo. E esta Comissão há de debater muito o combate ao racismo estrutural, à homofobia, à intolerância e à xenofobia. Lembro-me de que deste projeto o Relator foi o atual Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco.

Enfim, Presidente, nesta importante Comissão, teremos a oportunidade de aprofundar o debate sobre importantes temas, como segurança pública, normas que envolvem a linha de interesse de todo o povo brasileiro, como Direito Civil, Processo Penal, maior idade penal, previdência social, e, com certeza, combater o racismo e todas as discriminações.

Sob a sua Presidência, haveremos de encontrar os caminhos para fortalecer a democracia e diminuir o sofrimento da nossa gente, principalmente em épocas tão tristes e tão sofridas, como agora no enfrentamento ao Covid-19.

Obrigado, Presidente.

Vida longa a esta Comissão!

Vida longa ao Senado!

Vida longa à democracia e às políticas humanitárias!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pelas palavras elogiosas de V. Exa. Eu divido todas elas com o Congresso Nacional, com o Senado Federal, com todos os atores que nos ajudaram a construir e a melhorar o entendimento do papel de um Parlamentar diante da sociedade, tendo serenidade e tranquilidade para resolver as questões nacionais.

Muito obrigado pelo carinho. Tenho certeza de que V. Exa. engrandece esta Casa e é um orientador de todos nós.

Eu vejo também na reunião, participando dela – e quero fazer o registro –, o Senador Lucas Barreto, que está participando da reunião da Comissão de Constituição e Justiça como seu membro titular, prestigiando a votação das emendas ao Orçamento.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para discutir. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, meus colegas Senadores presentes a esta reunião, eu gostaria primeiro de esclarecer uma dúvida com o Relator das emendas: se, por acaso, chegou em tempo a emenda que apresentei – e que todo ano apresento – de combate à violência contra a mulher.

É exatamente porque nós não temos recurso de natureza nenhuma e é uma dificuldade para que a gente possa terminar a construção e o aparelhamento das Casas da Mulher Brasileira, dos centros de atendimento às mulheres, dos núcleos de atendimento às mulheres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre faltam recursos, inclusive para as medidas de proteção, que V. Exa. conhece, e houve uma enorme dificuldade em implementar não só no nosso Estado, mas no País.

Então, como eu não ouvi, pois no fim parecem ter dito que estaria enquadrado em uma das quatro emendas aprovadas, eu não tive certeza. Se V. Exa. pudesse me esclarecer...

E também quero aproveitar aqui e saudar o Presidente Davi. Acostumamo-nos tanto com ele presidindo a sessão e agora o teremos na CCJ, que é a Comissão mais importante da Casa e é onde travamos – e o Senador Paim sabe disso, o Senador Contarato – grandes batalhas. As grandes batalhas desta Casa são travadas nesta Comissão, que foi tão bem presidida, nos últimos anos, pela Senadora Simone Tebet, parceira da luta das mulheres.

Eu queria esse esclarecimento, porque me informou a assessoria que a minha emenda teria chegado fora do tempo. E quero até fazer uma colocação sobre isso: não foram todos os gabinetes que tiveram o aviso em tempo, os prazos, para fazer emendas nas comissões. Se pudesse me esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Fabiano, porque eu estou consultando a Secretaria, Senadora Rose. Eu estou com todas as informações.

Quanto ao prazo, diante do Ato nº 14, da instrução normativa, nós abrimos as inscrições das emendas ontem, às 8h da manhã, e encerramos às 18h de ontem, porque nós só tínhamos o dia de hoje para fazermos a deliberação, a aprovação e votarmos a ata para encaminhar para a Comissão de Orçamento, já que o prazo termina segunda-feira.

O Dr. Ednaldo, Secretário da Mesa, me entrega um documento – que está no sistema – comprovando que a emenda de V. Exa. entrou hoje, às 15h01m48, aqui no sistema da CCJ, no sistema que a Comissão de Orçamento disponibilizou para o Senado Federal. E ontem nós temos o informe da Secretaria, que está anunciado no sistema, de que todos os gabinetes, os 81 gabinetes, foram informados do prazo.

Então, de fato, a emenda de V. Exa., infelizmente, foi contabilizada, inscrita, fora do prazo.

Acho que, por isso também, o Senador Fabiano não conseguiu acatar nem entrar no relatório, mas, pelo que o Senador Fabiano falou – eu também não entendi –, que é o esclarecimento de V. Exa., uma das quatro emendas que contempla 28 solicitações dos Senadores contempla em parte a solicitação de V. Exa.

Eu acho que era bom o Senador Fabiano fazer esse relato de qual das quatro contempla, em parte, o pleito da Senadora Rose em relação à violência da mulher.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Como Relator. *Por videoconferência*) – Perfeitamente, Senadora Rose, eu acho extremamente meritória, eu confesso que eu também senti falta disso, de posteriormente ter visto uma proposição específica para violência doméstica e familiar, mas ela foi apresentada poucos minutos antes de iniciar esta reunião.

Acho extremamente meritória, como falei, acho que deve apresentar o Relator setorial, o Deputado Nilto Tatto, porque eu acho que isso é uma forma de abranger.

Eu entendo, particularmente, que ela estaria sendo já abraçada, quando se fala – e que foram objetos de inúmeros Parlamentares, inúmeros Senadores – do desenvolvimento de políticas de segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade como um gênero, e,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro desse gênero, você pode ter uma espécie específica para a violência doméstica e familiar.

Lamentavelmente eu fiz diante daquelas proposições que chegaram tempestivamente para mim. Foi nesse sentido que eu relatei. Sugiro, mais uma vez, que, pela importância, a emenda de V. Exa., pela natureza, pode sim ser apresentada ao Relator setorial, ao Deputado Nilto Tatto.

São esses os esclarecimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra à Senadora Rose.

Mas eu entendi, é a Sugestão de nº 46, que é na dotação 21BM, sobre o desenvolvimento de política de segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade nacional. Então, essa emenda, que foi sugerida por dez Parlamentares – foram acatadas dez emendas –, é a que, com certeza, poderá encampar também a emenda específica de combate à violência contra a mulher.

Está sem som. (Pausa.)

Está sem som. (Pausa.)

Senadora Rose, está... Agora, agora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para discutir. Por videoconferência.) – Presidente, quero agradecer.

O nosso corredor lá do Senado está interditado por conta do número exacerbado de coronavírus que acometeu vários gabinetes. Minha assessoria estava informando que eles tiveram dificuldades e hoje é que eles conseguiram entrar no gabinete e, assim mesmo, com muita restrição. Não estão dando acesso ao gabinete. Então, peço desculpas.

Inclusive, senti muita falta disso porque, na hora de implementar as políticas de proteção à mulher, de combate à violência e de proteção à mulher, infelizmente nós acabamos não tendo recursos de natureza nenhuma. Agradeço ao Contarato a sensibilidade, a V. Exa. também. Peço desculpas a todos aí pelo erro cometido por nosso gabinete.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senadora Rose, pela participação de V. Exa., também, na votação das emendas.

Concedo a palavra à Senadora e Presidente Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discutir. Por videoconferência.) – Obrigada, Sr. Presidente. Desculpe-me, estou sem vídeo porque estou em trânsito.

Gostaria de saber se a Senadora Rose ainda se faz presente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Por videoconferência.) – Eu gostaria de fazer uma sugestão que, eu acho, pode ser resolvida, até porque é uma questão que também me preocupa.

Eu pensei duas vezes se eu faria uma específica ou não, também na linha de entendimento de que essa emenda que apresentei, que foi acatada pelo Senador Fabiano Contarato, abrigaria a questão do enfrentamento e do combate à violência contra a mulher, especialmente a emenda que trata do desenvolvimento de políticas de segurança pública,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenção e enfrentamento à criminalidade. Então, uma vez abrigada, eu acabei não apresentando uma específica. Mas acho que a Senadora Rose de Freitas, como sempre muito atenta, zelosa, sempre falando por todos nós, nossa procuradora, tem razão.

Se o Senador Fabiano Contarato permitir, poderíamos fazer um adendo no acatamento que ele fez a essa emenda – acho que foi a emenda que teve o maior número, inclusive, de proposições ou de Senadores que propuseram. Não sei qual é o código dessa emenda e o programa, mas é especificamente relacionada à prevenção e ao enfrentamento da criminalidade. Que ele pudesse fazer uma vírgula aí e colocar "enfrentamento à criminalidade, especialmente com recursos também alocados ao combate e enfrentamento à violência contra mulher". Talvez, deixando no texto do relatório, nos garantiria, efetivamente, aquilo que já está garantido pela lei, para deixar muito clara a preocupação das Senadoras e dos Senadores da CCJ em relação a esse tema, que é caro para todos nós. Acho que, com isso, poderíamos atender não só à Senadora Rose, mas aos 27 Senadores da CCJ.

No mais, Sr. Presidente, parabenizo V. Exa. pela escolha do Relator. Não poderíamos estar em melhores mãos. O Relator foi brilhante no critério de justiça que adotou, optando por adotar emendas que tivessem o maior número de acatamento.

E aí fica aqui, até, um pedido: se nós pudéssemos, quem sabe, fazer um teste nesse mês de março, Presidente – porque é um mês, ainda, em que nós vamos trabalhar muito no semipresencial e nós estamos diante da urgência de aprovar projetos importantes, relevantes para o País por conta do coronavírus –, se nós pudéssemos, uma vez que os relatórios são entregues com pelo menos 24 horas, fazer um teste este ano. Houve uma reclamação, quando eu presidia a CCJ, de que os relatórios eram muito longos e muitas vezes nós não conseguíamos, numa pauta de 20, 30 projetos pautados: avançávamos em cinco, em oito, em dez, e não conseguíamos avançar nos demais. Quem sabe, a exemplo do relatório do Senador Fabiano Contarato, nesse mês de março, se nós pudéssemos estipular, mais ou menos, um tempo, não mais que dez minutos, enfim, para que pudéssemos ler um resumo ou uma minuta dos relatórios, para que pudéssemos ter mais tempo para o debate desses relatórios dos projetos e suas aprovações.

É apenas uma sugestão que deixo e que V. Exa. poderia debater, levar para os colegas na próxima reunião ordinária que tivermos, obviamente ouvindo o que for da vontade da maioria.

Então, fica esse o pleito que faço ao Senador Contarato – se é que é possível, ouvindo a Consultoria –, parabenizando, mais uma vez, V. Exa. e parabenizando o Senador Contarato pelo relatório sucinto, mas, acima de tudo, justo com os 27 Senadores desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Simone, o Senador Fabiano pede a palavra, mas eu peguei aqui. A Secretaria da Comissão me entrega.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senadora Simone... (*Falha no áudio.*)

Muito obrigado, Senadora Simone Tebet, pela sensibilidade, que veio só ratificar a preocupação da Senadora Rose, mas eu, não querendo desmerecer, acho que essa matéria, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, já está pacificada, porque a descrição da rubrica, a base legal de todo esse embasamento dessa rubrica desenvolvimento de políticas de segurança pública,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenção e enfrentamento abre, Senadora Rose, com a Lei Maria da Penha. Então, fala aqui: base legal, Lei 11.340, que é a Lei Maria da Penha, então ela já está contemplada. Então, eu acho que é desnecessário fazer uma ressalva dentro de um tópico que já é o gênero no assunto de combate à criminalidade e prevenção de toda forma de violência, porque, na descrição da emenda, ele vem, abaixo, com a base legal, tendo, como abre alas, não a lei dos crimes hediondos, não qualquer outro crime, mas a Lei Maria da Penha, razão pela qual eu acho que já está pacificado e sedimentado, bem como satisfeita a preocupação das Senadoras no que tange à violência contra a mulher.

Esta é a minha manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito boa, Senador Fabiano, a lembrança de V. Exa.

O mesmo documento que a sua assessoria traz ao seu conhecimento, a nossa assessoria também o fez. A primeira lei, como base legal para essa ação programática dentro do Orçamento, é a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha. Ou seja, dentro do portfólio de abrangência dessa dotação, a primeira legislação a que se faz referência é a Lei Maria da Penha.

Parabéns!

V. Exa. está sem som. (Pausa.)

Tem que desativar o "mudo" lá. (Pausa.)

Eu não sei se V. Exas. acompanharam, mas o que o Senador Fabiano Contarato, Relator, anunciou – e vou repetir rapidamente – é que, dentro da base legal dessa dotação "21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional", a primeira lei a que se faz referência é a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha.

Assim, eu acho que estão sanadas as expectativas, contemplando-se perfeitamente a sugestão da Senadora Rose.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fiz questão de vir aqui hoje à reunião da CCJ, primeiramente, para cumprimentar V. Exa., que exerceu de forma muito competente a Presidência do Senado Federal; e agradecer, em nome do povo do Estado de Sergipe, todo o apoio que V. Exa., na Presidência do Senado Federal, deu ao nosso Estado, ao nosso povo quando transformou o Senado da República, de fato, em uma Casa que representa os interesses dos Estados, colocando-se à disposição para resolver problemas de vários Estados da Federação.

E vejo que, além de tudo isso, V. Exa., com muita maestria, conseguiu conduzir um processo sucessório que manteve, de certa forma, o Senado pacificado, o Senado com todos os partidos integrados e fazendo parte da Direção da Casa e respeitando as suas representações nos distintos espaços do Senado Federal, como deve ser um Parlamento moderno, um Parlamento que representa proporcionalmente os diversos segmentos e, no caso do Senado, os diversos Estados e os diversos partidos.

Portanto, eu fiz questão de estar aqui hoje, nesta reunião semipresencial, para falar pessoalmente a V. Exa., agradecer pelo seu excelente exercício do mandato de Presidente. E





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui na CCJ, eu tenho certeza, grandes temas e grandes debates voltarão a acontecer sob sua Presidência.

O Brasil, que viveu e vive uma pandemia, teve a sua sensibilidade e a sensibilidade de todos os Parlamentares aqui do Senado. E a gente pode falar porque é a nossa Casa, que é a Casa da Federação, como V. Exa. costumava dizer. Houve a sensibilidade de se despir das bandeiras partidárias, de se despir do extremismo ideológico e conseguir, sob sua liderança, aprovar projetos que geraram bem-estar, ainda que em uma situação de pandemia, para a população; resolver o fluxo de caixa de Estados e Municípios; ajudar o setor empresarial a sobreviver e a manter milhões de empresas abertas e milhões de empregos de brasileiros e brasileiras.

Portanto, Sr. Presidente, é com muita satisfação que eu venho aqui, na tarde de hoje, fazer esse registro, porque às vezes o óbvio, às vezes as relações afetivas que a gente constrói aqui parecem suficientes, mas esta é uma Casa que registra tudo que é feito e fica na história.

Então, é importante que esses registros sobre o papel de cada agente público, de cada Senador, do conjunto de Senadores, de uma Casa com a importância que tem o Senado da República, que essas manifestações sejam feitas para que fiquem registradas para a história do País.

Se Ruy Barbosa fosse vivo e olhasse para esta Casa nesse ano de 2020, que já se encerrou, teria muita satisfação – eu não diria orgulho –, teria muita satisfação de ver pessoas mais jovens, pessoas com mais idade, pessoas com posições até extremas conjuminando todos os esforços para atender o Brasil e os brasileiros em um momento de dor, de perda, de insegurança.

Além disso, Sr. Presidente, há também um questão que também precisa ser registrada: 2020 foi um ano em que passamos por vários momentos de instabilidade, vários momentos de comunicação institucional, de crises ou início de crises institucionais e V. Exa., com seu jeito afável, carinhoso mas firme, conseguiu evitar rupturas danosas à democracia, à sociedade brasileira e, porque não dizer, àqueles que nem estão atentos ao dia a dia da política. V. Exa. conseguiu evitar.

Por isso, é com muita honestidade, com muita convicção que eu venho aqui para parabenizá-lo e agradecer, em nome do povo do meu Estado que me colocou aqui, pelo papel que cumpriu, ao longo do ano de 2020, à frente desta Casa Parlamentar, que é uma das mais relevantes e importantes instituições... Uma das mais relevantes, importantes e antigas instituições do Brasil.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Rogério, pelas palavras de V. Exa. Eu agradeço. Já o fiz várias vezes, mas divido com V. Exa., que também foi um daqueles que, nos momentos difíceis, esteve ao nosso lado para ajudar o Brasil, ajudar os brasileiros, para a gente poder ser ponte, ser o algodão entre os cristais, sempre respeitando as divergências e tentando sempre construir os consensos a favor dos brasileiros.

Então, eu reconheço também em V. Exa. um daqueles Líderes políticos que quer construir, que quer pacificar, que quer fazer dar certo. E é muito importante nos dias de hoje





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos Líderes políticos que possam, em momentos de muita dificuldade, em momento de muita tensão, ser daqueles que buscam a serenidade, água na fervura, paciência e pensem, assim como eu, no País. E com tantas dificuldades, em um momento tão difícil, a gente conseguiu fazer essa travessia com muita responsabilidade a favor dos brasileiros.

Muito obrigado pelas palavras de V. Exa.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Vanderlan. (Pausa.)

Consulto a Secretaria-Geral da Mesa da CCJ se temos ainda Senadores inscritos. (Pausa.)

Não temos mais Senadores inscritos.

Vou chamar novamente. Não sei se estão.

Senador Esperidião Amin e Senador Vanderlan Cardoso. (Pausa.)

Não, não há mais Senadores inscritos.

Cumprimentando o Senador Fabiano Contarato, vamos colocar em discussão o seu relatório.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, o Senador Vanderlan conseguiu a conexão.

Concedo a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso. (Pausa.)

Senador Vanderlan, tem que ativar o seu som, pois não está saindo aqui.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Por videoconferência.) – Está ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Agora perfeitamente.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem. Por videoconferência.) – Cumprimento o Senhor pela Presidência da CCJ, e o Anastasia. Cumprimento o Paulo Paim, que está aí com esse semblante sempre alegre; o Fabiano Contarato, o nosso Relator; a Rose e todos os Senadores e Senadoras.

Sr. Relator, Fabiano, assim como ocorreu com a Senadora Rose de Freitas, eu comunico ao senhor que submeti formalmente três emendas à CCJ e que duas delas estão contempladas no Relatório da Comissão. Devido a um erro técnico, parece-me que foi pela formalização da minha titularidade na CCJ, elas não constaram na listagem de propostas da Comissão.

Eu queria solicitar, Sr. Relator, amigo Fabiano, que elas constem da ata da reunião a ser encaminhada para a Comissão Mista de Orçamento. Queria pedir ao senhor que considerasse. Acho que houve um erro com relação à minha titularidade.

Esse é o pedido que tenho a fazer ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Vanderlan, de fato, não cabe ao Relator da matéria encaminhar manifestação de sugestão de emenda para a Comissão se ela tiver sido apresentada fora do prazo. Da mesma forma que foi apresentada a emenda, infelizmente, da Senadora Rose, já justificada pela questão da assessoria, a de V. Exa. também foi apresentada no dia de hoje, às 13h32min47, pelo sistema disponibilizado da Comissão de Orçamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não há como o Relator da matéria incluir como uma proposta, porque o prazo se encerrou ontem, às 18h. (*Fora do microfone.*)

Está sem som, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, o que aconteceu é que já foram contempladas duas das nossas emendas. Elas foram contempladas. E houve um erro técnico na informação da minha titularidade na Comissão. Houve um atraso. E isso foi feito.

Então, essas duas que foram contempladas foram apresentadas em tempo hábil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – As que foram apresentadas em tempo hábil foram acatadas pelo Relator.

Infelizmente, Senador Vanderlan, não há como constar, porque o prazo de apresentação está como 13h32 e porque Senador titular ou Senador suplente também podem apresentar no prazo, que era o dia de ontem, das 8h às 18h.

Não havendo mais Senadores inscritos para discutir a matéria, nós vamos encerrar a discussão da matéria.

Vamos colocar em votação as emendas e o relatório apresentado pelo Relator, Senador Fabiano Contarato.

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas estão aprovadas.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de encerrar a reunião da CCJ, gostaria de, novamente, agradecer a participação de 17 Senadores que participaram da nossa reunião de hoje, para votação das emendas desta Comissão.

De fato, em nome do Senador Paulo Paim, da Senadora Rose, do Senador Lucas Barreto, do Senador Esperidião Amin, do Senador Rogério Carvalho e do Senador Marcos do Val, que nos acompanharam nesta reunião, eu quero cumprimentar o Senador Fabiano Contarato pelo brilhante relatório apresentado.

Quero dizer a V. Exa. que a sensibilidade de V. Exa. nos ajuda a construir um grande Senado da República e nos ajudará na condução desta Comissão. V. Exa. construiu um relatório conciso, que, de fato, atendeu a maioria das emendas e cumpriu com o que preceitua o Regimento Interno desta Comissão: emendas importantes em áreas importantes da segurança pública, protegendo, com certeza, com esses recursos. A partir deste ano, mais recursos serão disponibilizados nos Estados brasileiros e no Governo Federal, através do Senado da República e da Comissão de Constituição e Justiça.

Vou conceder a palavra – e vou encerrar a sessão – ao Relator, Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para acalentar o coração dessas Senadoras que eu tanto amo: além de a base legal falar da Lei Maria da Penha, em seguida fala no feminicídio. Então, acabam mais do que contemplados a prevenção e o combate a esses famigerados comportamentos que são a violência doméstica e familiar.

Quero agradecer a sensibilidade, mais uma vez, a V. Exa., pela designação que me foi dada, confiada, e aos colegas, pela compreensão daquilo que eu pude atender, dentro desse processo democrático.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe. Pode contar sempre comigo como um soldado fiel na defesa de uma Comissão de Constituição e Justiça atuante e proativa em defesa da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Fabiano. Muito obrigado a todos os Senadores. Muito obrigado à equipe técnica da Comissão e do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 13 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Nilda Gondim, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Plínio Valério, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues e Jaques Wagner, e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas e Jarbas Vasconcelos. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, bem como da presente reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das emendas da CRE ao PLOA 2021.**

Finalidade: Reunião destinada à deliberação das Emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020 (LOA 2021), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021". Relator das emendas na CRE: Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado o Relatório apresentado pelo Relator, Senador Renan Calheiros, ao Projeto de Lei nº 28/2020-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021". **Emendas aprovadas ao PLOA 2021:** **Emendas de apropriação:** Emenda nº 1: 60020001 – U.O. 52.111 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - nacional, valor R\$ 700.000.000,00; Emenda nº 2: 60020002 - U.O. 52.121 – Implantação do Sistema de Aviação do Exército - nacional, valor R\$ 121.000.000,00; Emenda nº 3: 60020003 – U.O. 52.131 – Aprestamento das Forças - nacional, valor R\$ 400.000.000,00; Emenda nº 4: 60020004 – U.O. 35.101 – Relações e Negociações Bilaterais - exterior, valor R\$ 50.000.000,00. **Emenda de remanejamento:** Emenda nº 5: 60020005 – U.O. 52.101 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte - implementação de infraestrutura básica nos municípios da região do Calha Norte - nacional, valor de R\$ 200.000.000,00. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, bem como da presente ata, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/02/26>

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Pauta.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas ao Projeto de Lei nº 28, de 2020, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021 (Ploa) perante esta Comissão. O Relator é o Senador Renan Calheiros.

Observações: em 24/02/2021, a Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional divulgou comunicado sobre o prazo de apresentação de emendas neste Colegiado. Rememoramos que a abertura do prazo para recebimento das emendas nesta Comissão aconteceu no dia 23 de fevereiro de 2021, e o encerramento ocorreu no dia 25 de fevereiro de 2021, às 18h.

Foram apresentadas 109 emendas ao Projeto de lei Orçamentária Anual (Ploa) 2021 pelas Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão. Agradecemos a profícua contribuição dos membros desta Comissão pelo empenho na elaboração de relevantes propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) 2021.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin. Antes de passar a palavra ao Relator, o Senador Renan Calheiros, para proferir o seu relatório, passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Bom dia, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu já li o relatório, mas quero cumprimentar a senhora por presidir a primeira reunião ordinária; e quero cumprimentar todos os nossos demais participantes.

Mas eu gostaria de me considerar inscrito para comentar o relatório – e já vou avisando que é para aplaudir. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Claro que sim! Com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – O Senador Renan Calheiros apresenta o seu relatório, e eu queria estar inscrito para comentar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k. Obrigada, Senador.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros para proferir o seu relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Da Comissão de Relações Exteriores... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O Senador Renan está tendo problemas na conexão, mas deve rapidamente superar. (*Pausa.*)

Retomando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Por videoconferência.*) – Retomando.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 028, de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.

Autor: Comissão de Relações Exteriores.

Relatório.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 28/2020-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021 (Projeto de Lei Orçamentária Anual – Ploa 2021).



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 44, §1º, da Resolução nº 1/2006-CN, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na condição de autor de emenda coletiva à despesa, tem competência, como todos sabem, para propor ao Ploa 2021 oito emendas à despesa, sendo, portanto, quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Encontram-se em análise, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 109 propostas de emendas. Das propostas de emendas à despesa apresentadas, uma é de remanejamento e as 108 restantes são de apropriação.

As propostas foram dirigidas a 31 ações programadas no âmbito do Comando da Aeronáutica, Comando do Exército, Comando da Marinha, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Economia.

É o relatório.

Passamos à análise.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas de emendas apresentadas pelos Exmos. Senadores e Senadoras, haja vista que a Comissão está sujeita ao limite de oito emendas de despesa ao Ploa 2021, sendo – repito – quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

A Resolução nº 1, de 2006-CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões Permanentes a serem apresentadas ao Ploa. Em conformidade com o art. 43, as emendas de Comissões devem ser efetivadas no âmbito das competências regimentais de cada Comissão. As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento – repito –, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação, por parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de emendas ao Ploa 2021 nas seguintes ações abaixo relacionadas, detalhadas com as respectivas propostas de emendas.

Emendas de Apropriação:

U.O. 52.111 – Comando da Aeronáutica, Ação 14T0 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2, valor R\$700 milhões. Propostas de Emendas nºs 8, 10, 17, 27, 44, 47, 53, 58, 61, 64, 70, 76, 78, 82 e 99, dos Senadores Marcio Bittar, Humberto Costa,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Randolfe Rodrigues, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Jaques Wagner, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Plínio Valério, Chico Rodrigues e Marcos do Val. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 002314;

U.O. 52.121 – Comando do Exército, Ação 3138 – Implantação do Sistema de Aviação do Exército, valor R\$121 milhões. Propostas de Emendas nºs 11, 28, 43, 45, 54, 59, 60, 62, 72, 77, 79, 81, 87, 94, 95 e 102, dos Senadores Humberto Costa, Mecias de Jesus, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Marcio Bittar, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Carlos Viana e Soraya Thronicke. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 002358;

U.O. 52.131 – Comando da Marinha, Ação 21A0 – Aprestamento das Forças, valor R\$400 milhões. Propostas de Emendas nºs 55, 57, 75, 83, 97 e 104, dos Senadores Nelsinho Trad, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Soraya Thronicke, Humberto Costa e Marcos do Val. Emenda de inclusão à despesa...

U.O. 35.101 – Ministério das Relações Exteriores, correspondente à Ação 20WW – Relações e Negociações Multilaterais, valor R\$50 milhões. Propostas de Emendas nºs 20, 68, 98, 105, 106, 107 e 108, dos Senadores Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rêgo e Nilda Gondim. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 001537.

Emenda de Remanejamento: U.O. 35.101 – Ministério da Defesa, Ação 20X6 – Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte, valor de R\$200 milhões, do Senador Nelsinho Trad. Acréscimo, portanto, à despesa no sequencial 002268.

Fica a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional autorizada a promover os ajustes necessários nas propostas de emenda ora apreciadas, a fim de formalizá-las de forma adequada, como emenda de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, perante a Comissão Mista de Orçamento.

É este o relatório.

Logo após a leitura da parte do relatório quanto à emenda de remanejamento, nós podemos contemplar, porque essa era a vontade dos Senadores, essa emenda do Senador Nelsinho Trad, que já foi posta e lida aqui, da Região do Calha Norte.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Sr. Relator.

Em discussão o relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.

Por videoconferência.) – Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar mais uma vez V. Exa. pela condução da reunião e me valer desta inscrição para cumprimentar o nosso Relator, Senador Renan Calheiros, e dizer que aplaudo o seu relatório. Antecipo que voto a favor, porque o que me movia a me inscrever para falar já foi contemplado, particularmente nas emendas tanto destinadas às Forças Armadas quanto ao próprio Ministério das Relações Exteriores, de sorte que "duque na mesma linha", ou seja, aplaudo o relatório e aplaudo a Presidente da nossa Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Esperidião Amin, um dos Senadores mais atuantes aqui da nossa Comissão.

Agradeço mais uma vez e parabenizo o Senador Renan Calheiros, que soube, com a sua experiência, acomodar todas as emendas, mais de cem emendas nesta Comissão, majoritárias, e com muita propriedade, muita justiça, beneficiando o Comando da Aeronáutica – repetindo –, do Exército, da Marinha e do Ministério das Relações Exteriores.

É exatamente o que nós queremos: que as nossas Forças Armadas e o nosso Itamaraty se fortaleçam todos os dias para continuarem cumprindo bem o seu papel.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

As emendas aprovadas por esta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Agora passo à aprovação da ata.

Em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, bem como da presente reunião, para que seja encaminhada à Comissão Mista de Orçamento Público, Fiscalização e Controle, juntamente com as emendas aprovadas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos os colegas que aqui participaram dando quórum a esta importante reunião e declaro encerrada a presente reunião.

Um ótimo final de semana a todos.

Obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 24 E 25 DE FEVEREIRO DE 2021, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIOS Nº 3 E Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Dário Berger e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Lasier Martins, Carlos Viana, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Weverton, Alessandro Vieira, Carlos Fávaro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Fernando Collor e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às quinze horas e vinte e dois minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um. Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Dário Berger, a reunião é reaberta. É apreciada a pauta, que se divide em três partes: **1^a Parte - Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de presidente e vice-presidente para o biênio 2021-2022. **Resultado:** Eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para o biênio 2021-2022, respectivamente, os Senadores Dário Berger e Jayme Campos. **2^a Parte - Emendas da CI ao PLOA 2021.** **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PLN nº 28/2020 (LOA 2021), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021”. Relator das emendas na CI: Senador Esperidião Amin. **Resultado:** I. Aprovada a apresentação à CMO das seguintes **emendas de apropriação de despesa:** **1** - Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC - No Estado de Santa Catarina – 123.200.000; **2** - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - No Estado do Amapá – 20.000.000; **3** – Ação Atípica - Construção de Trecho Rodoviário - MANAUS - DIVISA AM/RO - na BR- 319/AM – No Estado do Amazonas – 40.000.000; **4** - Ação Atípica - Adequação de Trecho Rodoviário - Guaíra / PR - Itapiranga / SC - na BR- 163/PR/SC - Nacional – 100.000.000; II. Aprovada a apresentação à CMO das seguintes **emendas de remanejamento:** **1** - Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - Na BR 267 (Rota Bioceânica) - Nacional – 76.170.000,00; **2** - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS – 83.700.000,00; **3** – Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI – 100.000.000,00. **3^a Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 1, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública para debater a situação das obras das rodovias BR-242, BR-174, BR-158, BR-080 e a revisão da concessão da BR-163, e também debater a situação das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obras das ferrovias Rumo\Ferrovia Vicente Vuolo (Ferronorte), Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) e Ferrogrão, no Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Carlos Fávaro (PSD/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 2, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ceder espaço ao Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações e sua equipe para que possam prestar esclarecimentos acerca das obras e programas prioritários que estão sendo encampados pelo Governo Federal no âmbito do Ministério." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 3, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ceder espaço ao Ministro do Desenvolvimento Regional e sua equipe para que possam prestar esclarecimentos acerca das obras e programas prioritários que estão sendo encampados pelo Governo Federal no âmbito do Ministério." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 4, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ceder espaço ao Ministro de Minas e Energia e sua equipe para que possam prestar esclarecimentos acerca das obras e programas prioritários que estão sendo encampados pelo Governo Federal no âmbito do Ministério" **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 5, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ceder espaço ao Ministro da Infraestrutura e sua equipe para que possam prestar esclarecimentos acerca das obras e programas prioritários que estão sendo encampados pelo Governo Federal no âmbito do Ministério." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Jayme Campos, Marcos Rogério, Carlos Fávaro, Esperidião Amin, Lucas Barreto e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos. Aprovada antes do término da reunião, a presente Ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/02/24>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/02/25>

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 1^a Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2021-2022, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada até o momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador Dário Berger, do MDB, de Santa Catarina; para Vice-Presidente, Senador Jayme Campos, do DEM, do Mato Grosso.

Consulto as senhoras e os senhores quanto à possibilidade de elegermos os indicados por aclamação, tendo em vista que não há outras indicações. Eu, pessoalmente, sou a favor, porque se eu criar problema na eleição de um adversário político – no caso não é o Jayme, mas é o Dário Berger –, isso vai me comprometer. (*Pausa*.)

Está aprovada a eleição por aclamação.

As Sras. e os Srs. Senadores favoráveis à chapa apresentada permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Proclamo eleitos por aclamação, para o biênio 2021-2022, o Senador Dário Berger – que não vai poder falar mais mal de mim – para Presidente e o Senador Jayme Campos para Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura. (*Palmas*.)

Antes de convidar os dois eleitos, eu gostaria de dizer alguns desafogos. O primeiro comentário que eu desejo fazer é cumprimentar o Senador Marcos Rogério pelo seu desempenho à frente da Comissão e dizer que, mesmo tendo um passivo em matéria de proposição a ser apreciada, nós confiamos que vamos ter futuro para disso tratar, uma vez que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor, mesmo não tendo podido esgotar a questão... E aqui eu faço um registro com endereço. Trata-se das distribuidoras que consomem menos de 750MW/ano, que são antieconômicas e produzem, como é o caso de Urussanga, distorção de mais de 40% até 60% na tarifa entre uma parte do Município e outra parte do Município. Isso pode e deve ser resolvido pela Aneel e também com o esforço legislativo que nós estávamos encetando com o Senador, com a boa vontade dele, mas, até para apressar tanto esse projeto quanto o projeto que normatiza o mercado de energia, que é o 232, bem mais amplo, que foi para a Câmara, nós deixamos de apreciar. Mas certamente ele vai nos ajudar lá na Câmara com o Relator, que ele já conhece – eu não conheço ainda.

O que eu quero aqui é tributar minha homenagem ao seu desvelo, capricho, entendimento e desejar ao Senador Dário Berger – a quem eu convidou, quando puder, a assumir aqui – e ao prezadíssimo amigo Jayme Campos todo êxito aqui.

Enquanto o Dário está lá se explicando – tem explicações a dar –, eu quero aqui pedir ao Senador Jayme Campos que nos ajude a apressar a apreciação do PL nº 8, de 2013, que, com a sua redação, assumiu – viu, Senador Dário Berger? – projeto que nasceu lá na Palhoça – o Edinho também se lembra – para combater a praça de pedágio dentro do Município, no caso, da Palhoça. Primeiro foi apresentado pela Deputada Angela, em 2007; por mim, em 2011; foi aprovado na Câmara em 2013 e remanesce aqui no Senado. Teve, por parte do Senador Jayme Campos, a sua modernização para o futuro, até nem é para o presente, que é a adoção do *free flow*, ou seja, paga por quantos quilômetros você roda na rodovia, sem praça de pedágio, que é uma barreira ao trânsito, tornando mais justo.

Para que se tenha uma ideia do que representa na prática: Rodovia Dutra, 430km, cinco praças de pedágio. Se não houvesse as praças de pedágio e se pagasse por quilômetros o automóvel – caminhão é diferente, porque usa a estrada toda e aí vem a questão de eixo –, em vez de um veículo pagar, nove pagariam, porque usam a rodovia, só que escapam na loteria. A praça de pedágio é uma loteria. Se eu moro em Porto Belo e vou a Itajaí, eu não pago pedágio, mas, se eu moro em Porto Belo e vou a Tijucas, pago pedágio. Então, é uma loteria injusta, mas também mais gente vai pagar e, por isso, todos pagarão menos. Mas quem não pagava nada vai sempre cobrar.

Espero que possamos fazer aqui... Espero que... Primeiro, a concessão da Via Dutra foi prorrogada por um ano na busca dessa solução. É uma das 32 ou 35 prioridades que o Governo colocou para o ano legislativo. Uma *live* no Ministério da Infraestrutura que seria realizada hoje foi adiada, Senador, para o dia...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*)
– Dia 4 ou 5.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora de março?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Será realizada em março e eu já deixo aqui o pedido em meu nome e em nome do Senador Jayme Campos para que seja feita uma sessão pública, se for o caso, aqui, convidando os usuários e tal. Isso é certamente o futuro.

Feita essa digressão, eu queria convidar o ilustre Senador Dário Berger, que tem hoje compromissos muito sérios com a infraestrutura, especialmente rodoviária de Santa Catarina, hoje mesmo, para assumir o seu posto e lhe desejar muito boa sorte e sucesso. O seu sucesso será o sucesso de Santa Catarina e do Brasil.

E já convido também o Jayme Campos, porque eu confio no senhor, mas confio mais com ele ao lado! (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, preliminarmente eu quero agradecer, em primeiro lugar, ao Senador Esperidião Amin, ex-Governador de Santa Catarina, Deputado Federal, Senador por dois mandatos, companheiro de bancada de Santa Catarina por quem tive a honra de ser conduzido a esta importante Comissão – exatamente por um catarinense, e um dos catarinenses mais ilustres de que o Estado dispõe. Então, fica o meu agradecimento. Como ele diz, nós já fomos aliados, já fomos adversários, agora, somos aliados novamente e estamos no mesmo caminho, na mesma direção, no sentido de buscar encontrar soluções para o Brasil destravar e crescer e se desenvolver o mais rapidamente possível.

Eu quero agradecer também ao meu partido, que me distinguiu para assumir esta importante função. Quero agradecer ao Senador Eduardo Braga e, em sua pessoa, agradecer a todos os meus colegas de partido.

Quero agradecer também a confiança dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras para que eu possa aqui desenvolver essas atividades que, na minha opinião, são de fundamental importância para a Nação brasileira. Gostaria de inicialmente dizer da minha honra, então, e da minha enorme responsabilidade em assumir tão importante função. O nosso trabalho será extremamente desafiador, tendo em vista que uma das principais travas do nosso desenvolvimento está relacionado fundamentalmente à logística e à infraestrutura. No ranking global de competitividade do Fórum Econômico Mundial, que avalia a infraestrutura em 140 países, nós estamos em 71º, quer dizer, temos um longo caminho a percorrer e muitos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obstáculos e barreiras a enfrentar. Estamos atrás de países bem próximos de nós, como o Chile, como a Colômbia. Enfim, esse é um grande desafio.

E um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta na atualidade está relacionado à logística e à infraestrutura propriamente ditas: portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, enfim, estruturas fundamentais para o custo Brasil e para a competitividade das nossas empresas e dos nossos negócios nos mercados que aí estão. Menos de 30% das nossas rodovias federais estão em perfeitas, ótimas ou boas condições. Então, olhem só o desafio que nós temos pela frente. Esses são apenas alguns dos enormes gargalos encontrados em cada Estado brasileiro. Esses problemas, que não são de hoje, travam a competitividade brasileira e atrapalham o nosso crescimento econômico. A única forma de sairmos desse atoleiro é traçando um pacto nacional de desenvolvimento e unindo esforços de todas as correntes políticas em nome do crescimento econômico sustentado brasileiro.

Como Presidente desta Comissão, eu me coloco à disposição de todos os Srs. Senadores e de todas as Sras. Senadoras. Eu me coloco também como um parceiro do Governo Federal para acharmos as soluções necessárias em conjunto para as grandes obras estruturais do País. Vamos trabalhar buscando, para as nossas rodovias e ferrovias, nossos portos e aeroportos, soluções, e para tantas outras áreas também fundamentais para ganharmos competitividade e transformarmos o Brasil numa grande nação.

Feita essa mensagem inicial, eu quero passar a palavra agora para o meu prezado e querido companheiro Jayme Campos, que vai ser Presidente também desta Comissão junto comigo, é um empresário consagrado, um político renomado, uma das pessoas que muito orgulha o Senado Federal. Evidentemente que me orgulha muito tê-lo ao meu lado nessa importante tarefa que nós temos pela frente pelos próximos dois anos.

Ofereço a palavra a V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Muito obrigado, caro e estimado amigo, Senador Dário Berger. Vou tirar aqui a máscara.

Primeiro, quero agradecer a V. Exa. suas elogiosas palavras. Como seu auxiliar, Vice – e vice, na verdade, nada mais é do que expectativa de poder, não é, Esperidião? –, quero dizer aqui ao companheiro Marcos Rogério, que ora deixa a Presidência e que muito bem presidiu esta Comissão por um período de dois anos, que não tenho dúvida alguma de que está sendo muito bem substituído pelo Senador Dário, como também ao Senador Wellington, que era Vice, meu conterrâneo, meu amigo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Expectativa de poder, não é? (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Também, não é? Isso é quase constitucional. V. Exa. fez um belíssimo trabalho aqui.

Quero agradecer aqui ao ilustre e eminente Senador Esperidião Amin, velho e querido amigo, da década de 80 ou ainda para trás – já estamos como setentão, não é, Esperidião? –, grande amigo nosso do antigo PDS, depois PFL, etc. Indiscutivelmente é uma das referências no nosso País por sua biografia, por sua trajetória política. V. Exa., indiscutivelmente orgulha a classe política e o povo brasileiro, sobretudo o catarinense, que sempre lhe deu a oportunidade de bem representá-lo aqui no Congresso Nacional.

Cumprimento o Senador Carlos Viana, grande companheiro, amigo do Estado das Minas Gerais, também membro desta Comissão aqui, que certamente vai contribuir sobremaneira para nós fazermos um belíssimo trabalho.

Particularmente, Wellington, a você eu mais que agradeço pela indicação. Pode ter certeza de que não vou decepcioná-lo. Tive oportunidade, no meu primeiro mandato de Senador, de ser membro titular desta Comissão, como também fui Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, membro da Mesa Diretora e assim por diante.

Mas, Senador Dário, a nossa missão aqui é nobre, a de toda esta Comissão. Na medida em V. Exa. fala em infraestrutura no Brasil, chama a atenção de todos nós. Quando se fala em infraestrutura, não são só estradas, rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, mas toda a questão da mobilidade urbana em toda a sociedade brasileira. O Brasil cresceu, sua população é da ordem de quase 215 milhões de habitantes. Temos hoje um sistema viário praticamente totalmente estrangulado na maioria das cidades brasileiras. Não sei se V. Exa. teve a oportunidade de acompanhar, mas um dos motivos alegados e ponderados pela Ford em seu fechamento na Bahia foi a questão de não ver nenhuma perspectiva em relação à mobilidade urbana no Brasil. Nós vamos chegar a um determinado momento em que não vai haver vias, ruas para se andar neste País.

Então, nós temos aqui um compromisso, neste exato momento, de colaborar com o Governo Federal, sobretudo com um Governo que prega a transparência, a ética e quer, de fato, buscar a retomada do seu crescimento econômico, em que pese estarmos diante de uma pandemia que não estava prevista em nenhum radar, de modo que nós temos que nos esforçar muito. Nós temos hoje escassez na questão das ferrovias. Para V. Exa. ter um exemplo, o Mato Grosso hoje contribui sobremaneira com a balança comercial, sendo um dos maiores produtores não só de soja, algodão, milho, mas até pelo rebanho bovino. E um de nossos maiores problemas é o transporte. Em pleno século XXI, Senador Esperidião Amin, nós temos hoje, lamentavelmente, rodovias em que não se escoa a produção de determinadas regiões pelo atoleiro, sem condições, perdendo... Enquanto milhares, milhões de pessoas neste País





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda passam fome, estão se perdendo toneladas e mais toneladas de soja e de outros produtos que nós produzimos.

Nós temos que, urgentemente, fazer com que o Governo Federal tome providência também nas concessões. Lamentavelmente, lá no Mato Grosso, hoje, há um câncer, que foi quando privatizou a BR-163, cravando no coração do Brasil central uma concessionária chamada Rota do Oeste, detentora daquela concessão, em que se criou um verdadeiro caçaníquel ao longo daquela BR no nosso Estado, que quase nada tem feito. Para V. Exa. ter noção, na minha cidade particularmente, que é a cidade de Várzea Grande, foi privatizada, ou seja, foi federalizada inicialmente, depois foi feita a concessão e hoje se está vivendo um drama lá, em que mais de 60 mil pessoas moram do outro lado da rodovia que passou a ser área urbana e hoje não conseguem ultrapassar. Lamentavelmente a Rota do Oeste não cumpriu nada que estava pactuado inicialmente quando foi feita a concessão a ela. E assim por diante. O Senador Wellington a conhece muito bem.

Com essa demanda, o trecho da cidade de Várzea Grande, no Trevo do Lagarto, até a cidade de Jangada chama-se a estrada da morte. Não há um dia, Senador Carlos Viana, em que não haja no mínimo quatro acidentes, e nada é feito, mas há a praça de pedágio lá cobrando R\$9 por eixo, R\$5,5 por moto que passa, R\$13 por caminhonete. E essas providências é o Governo Federal que tem que tomar.

V. Exa., Senador Dário, como Presidente desta Comissão, tem a obrigação de chamar aqui o Ministro Tarcísio, o Presidente da ANTT, Sr. Davi, para que algumas providências urgentes sejam tomadas. Que a Rota do Oeste cumpra aquilo que foi pactuado ou que entregue a sua concessão, aí o Governo Federal decreta intervenção lá e escolhe uma outra empresa que tenha *know-how*, que tenha capital para fazer investimento ali. É inconcebível!

Vou lhe dar um exemplo. Só no trecho de Rosário Oeste a Várzea Grande, trafega algo em torno de 18 mil carretas/dia. Dezoito mil não são 18; são 18 mil carretas/dia. Aquilo virou uma verdadeira agonia para quem trafega lá não só para os carreteiros, mas sobretudo também para os automóveis, carros de menor esporte.

Nós temos que lutar – e V. Exa. vai nos ajudar, os mato-grossenses – pela questão das ferrovias.

A Ferronorte, que está parada hoje na cidade de Rondonópolis, transportou, no ano de 2020, 22,6 milhões de toneladas de grãos. Isso não significa nem 20% da nossa produção. Mato Grosso vai produzir algo em torno de 130 milhões, se não me falha a memória, de toneladas entre arroz, milho, soja, algodão, boi, etc. Transformando em tonelada, é por aí. Só essa ferrovia. E está parada sabe por quê? O Governo Federal está demorando demais. Eu fico





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indignado. Quem é dono dessa concessão? É a Rumo. Nós tínhamos uma dificuldade muito grande para o seu prosseguimento, tendo em vista que ainda teve que ser feita uma prorrogação da malha ferroviária paulista, porque eles são detentores dessa concessão.

Lutamos, Senador Wellington Fagundes, brilhante, grande Senador da República pelo meu estado de Mato Grosso, como Presidente inclusive da Frente Parlamentar da Infraestrutura, e toda a bancada federal. Fizemos um verdadeiro cerco lá no Tribunal de Contas da União, pedindo, todos os dias, ao Ministro Nardes, que era Relator da matéria, e aos demais Ministros – Vital do Rêgo, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e outros tantos, mais uns três ou quatro – que prorrogassem, permitissem que fosse ampliado o prazo de prorrogação dessa malha ferroviária. Feito isso, dois anos com a estação chegando, e o Governo Federal, não sei por qual motivo ou razão, até hoje não deu autorização para a prorrogação.

Eu fico indignado, porque sou um cidadão que nasci e me criei ali. Aquele Estado me deu a primazia: na minha cidade eu fui Prefeito por três mandatos, fui Governador do meu Estado, duas vezes Senador da República. E nós ficamos engessados, de mãos atadas. E o que é mais grave é que até agora não se viu nenhuma movimentação, Senador Esperidião Amin. Por outro lado, a concessionária hoje detentora, que é a Rumo, até Rondonópolis, tem o capital, tem o dinheiro, não está pedindo um favorzinho do Governo Federal. Basta sair uma autorização aqui, e amanhã ela começa a tocar a obra, porque até os pré-projetos estão prontos; a questão ambiental, toda levantada; as áreas, adquiridas para fazer os terminais rodoviários. Enfim, se eu fosse falar, falaria por algumas horas aqui.

Mas eu quero dizer-lhe que V. Exa. vai ter na figura do Senador Jayme Campos um colaborador. Primeiro, um colaborador com certeza leal, que vai ajudar o senhor. Dentro da minha modesta capacidade, dentro das minhas limitações, eu o ajudarei a fazer com que esta Comissão com certeza possa traduzir as aspirações do povo brasileiro realmente em realidade.

Agradeço aos ilustres Senadores que me confiaram a oportunidade deste serviço perante esta Comissão, na certeza de que juntos nós poderemos construir um Brasil com mais oportunidades e com mais justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Quero cumprimentar V. Exa. e aproveitar para cumprimentar também o Senador Marcos Rogério, ex-Presidente desta Comissão, pelo trabalho que realizou à frente desta Comissão, o qual foi muito elogiado por todos os Senadores. Eu quero aproveitar e cumprimentá-lo por isso.

Quero cumprimentar também o Senador Wellington Fagundes, Vice-Presidente. É um Senador da logística; Senador bravo defensor da infraestrutura e da logística brasileira e, além





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tudo, um dileto e querido amigo, que vai ter a voz necessária aqui para defender a infraestrutura e a logística deste País. Minha homenagem a S. Exa. também.

Quero aproveitar para registrar a presença do Deputado Mauro Pereira, que representa neste ato o nosso Presidente Baleia Rossi e também o Líder, na Câmara dos Deputados, Isnaldo Bulhões. Obrigado pela presença, Deputado Mauro Pereira.

Quero cumprimentar o Deputado Edinho Bez, que é Diretor da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura do Congresso Nacional, que também nos prestigia.

Quero cumprimentar ainda os Senadores Marcos Rogério – novamente –, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Esperidião Amin e Carlos Viana, que nos prestigiam aqui, e o Senador Carlos Fávaro, que nos honra também com a sua presença, chegando neste momento.

Eu concedo a palavra ao ex-Presidente desta Comissão, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Dário Berger.

Primeiro, quero cumprimentar V. Exa. pela eleição à unanimidade, em processo de aclamação, para conduzir os trabalhos da Comissão de Infraestrutura, desejar pleno sucesso, êxito nessa missão importante; cumprimentar e da mesma forma desejar sucesso ao Senador Jayme Campos, amigo, companheiro do Democratas, que estará ao lado de V. Exa. na condução dos trabalhos desta importante Comissão.

A Presidência mudou de Estado, mas a Vice-Presidência continua com o Mato Grosso. A força do agro mato-grossense está forte.

Então, saúdo V. Exas. e desejo que, embora estejamos num ano ainda atípico... Essa situação da pandemia toda nos impõe algumas limitações, mas penso que aos poucos já estamos conseguindo voltar à normalidade possível. Creio que teremos algumas pautas sendo tratadas já no primeiro semestre, no âmbito das Comissões. Não serão todas as matérias afetas às Comissões, mas o que está sendo construído, concebido é que, sobre alguns projetos que sejam importantes, o Colégio de Líderes fará esse apontamento a partir da discussão interna, determinando que a Comissão de mérito aprecie e que a Comissão de Constituição e Justiça aprecie. Aquilo que outrora era a regra, em razão das contingências, passa a ser uma exceção, mas acho que já vai ser um avanço grande a gente poder trazer ao debate, seja aqui na Comissão de Infraestrutura, seja na Comissão de Constituição e Justiça, temas que são afetos às Comissões temporárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer aqui um registro de agradecimento também ao Senador Wellington Fagundes, que foi o nosso Vice-Presidente da Comissão. Ele foi o Vice-Presidente da Comissão, mas, para os assuntos da logística brasileira, ele era o grande comandante, era o grande maestro. Ele era quem pautava os temas, seja nas reuniões junto às autarquias, junto ao Governo, seja nas audiências públicas, porque está à frente desse tema já há bastante tempo. Antes de eu chegar ao Senado Federal, eu já conhecia o Senador Wellington Fagundes como Presidente da Frenlog à época. Eu era o Presidente da Frente Parlamentar da Navegação na Câmara dos Deputados, e Wellington Fagundes, o Presidente da Frenlog aqui, que era uma frente maior, com um escopo maior de atuação. Ele hoje continua sendo esse grande líder para o tema da infraestrutura brasileira, a quem quero, mais uma vez, agradecer, cumprimentar e reconhecer o seu trabalho e a sua contribuição para a infraestrutura nacional.

Quero agradecer também aos Senadores que compuseram naquele período e que continuam compondo a Comissão de Infraestrutura, pela maneira colaborativa com que atuaram nesta Comissão. Os temas que conseguimos aqui debater e avançar não ganhariam a dimensão que ganharam sem a participação dos Senadores – todos os temas. A renovação, o novo marco legal do setor elétrico foi exaustivamente debatido aqui. Toda vez que eu ouço a voz do Senador Esperidião Amin quando vai falar do setor elétrico, já está no automático, já vem essa questão que ele levantou aqui e que é da maior injustiça.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Até o Pepitone sabe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Até o Pepitone sabe. Quando o Pepitone vê o Amin entrando, ele: "Já vai falar daquela questão lá", de tão bem verbalizada, vocalizada que foi essa temática aqui. Embora a gente não tenha conseguido avançar naquele momento em razão das contingências que tínhamos, já disse ao Senador Esperidião Amin que a matéria foi para a Câmara. Deve ser designado um Relator. Ontem conversei com o Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, e ele me dizia que provavelmente o Deputado Elmar deve ser o Relator da matéria. Se for ele o Relator da matéria, conforme dito ontem, o tema terá da minha parte, Senador Amin, a recomendação para avançar na Câmara, para que depois, aqui no Senado, possamos fazer a confirmação dessa correção de injustiça. É um caso muito particular de lá de Santa Catarina, mas que é algo que pode acontecer em outras unidades da Federação, porque é um modelo equivocado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – São 14 Estados no Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja que não é uma situação tão isolada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O setor elétrico é um setor complexo, você tem... Quando nós começamos a discutir aqui o marco legal do setor elétrico, a gente começou a ver que existiam muitas ilhas que não se comunicavam, embora o sistema fosse um só e interdependente. Mas você tem quem gera, quem transmite, quem distribui, quem comercializa e tem quem pague a conta, que, na maioria das vezes, não é chamado à mesa para discutir. Mesmo os outros setores, os outros segmentos, cada um dentro do seu quinhão, não discutiam muito, não conversavam muito. Nós conseguimos colocar todos à mesa e elaboramos um projeto que é o novo marco legal do setor elétrico, que foi aprovado nesta Comissão por unanimidade. Uma matéria complexa, mas que teve a compreensão dos Senadores.

Então, eu só tenho motivos para agradecer essa maneira colaborativa de todos Senadores, a confiança dos Senadores. Peço desculpas também pelas falhas que eventualmente tenhamos cometido, porque, à frente de um Colegiado como este, é natural que, num momento ou em outro, a gente possa cometer falhas, erros, equívocos. Mas o desejo, o intuito foi sempre de acertar e dar ao Brasil uma infraestrutura melhor, uma logística melhor.

O País não avança. V. Exa. começou hoje fazendo menção a isso. Fala-se muito em destravar o Brasil, fazer o Brasil andar para frente, crescer, mas isso não vai acontecer sem você ter uma visão prioritária para o campo da infraestrutura, ela está presente em todos os setores. Lá na saúde, a infraestrutura é fundamental. Então, é um tema que circunda toda a vida pública.

Desejo sucesso a V. Exas. no trato dos temas do Legislativo e no trato dos temas que são correlatos a esta Comissão de forma indireta, porque a Comissão não tem só o papel de sabotinar aqui os indicados para as agências reguladoras, tem, sobretudo, o poder e a prerrogativa de chamá-los a esta Comissão para prestarem contas. Isso é algo que fiquei muito feliz em fazer ao longo dos últimos dois anos, que foi inaugurar aqui uma prática corriqueira: cada diretoria de agência tem obrigação de vir a esta Comissão anualmente prestar contas a ela e se submeter aos Senadores, apresentar o seu plano de trabalho e se submeter aos Senadores para o escrutínio das ações, como estão sendo feitas, porque agência não faz lei, mas ela vai dizer, no caso concreto, como aquela lei deve ser aplicada. E, às vezes, há descompasso entre aquilo que fez o legislador, que desenhou o legislador e aquilo que lá na ponta se concretiza, a efetividade, a materialidade daquilo que se projetou aqui dentro.

Então, é importante esse papel que a Comissão tem de chamar as agências à Comissão para poder debater os assuntos e dialogar muito, especialmente em tempos em que o consumidor está incomodado com as tarifas que temos no Brasil, tarifas pesadas, que pesam na conta do consumidor e, às vezes, ele não consegue entender por que paga tão caro pelo combustível, pela energia e por tantos outros serviços que são serviços públicos essenciais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo aqui mais uma vez desejando muito sucesso a V. Exa. Tenho certeza de que V. Exa. fará mais do que fizemos nessa busca que todos temos como missão: fazer do Brasil um país cada vez melhor, mais desenvolvido.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço as palavras de apoio e de incentivo de V. Exa. e ofereço a palavra ao Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero parabenizá-lo pela ascensão à Presidência desta Comissão tão relevante, assim como o nosso Vice-Presidente, o colega Senador Jayme Campos, do nosso Estado.

Parabenizo também os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes, que terminam, neste momento, seus mandatos à frente desta Comissão, mas que vão continuar trabalhando com a competência e o conhecimento da causa para que nós possamos melhorar a infraestrutura logística do nosso País.

Cumprimento os nobres colegas que também fazem parte desta Comissão.

Aqui venho reiterar o pronunciamento a que estava assistindo, do nosso colega Jayme Campos, que, de forma irretocável, trata do problema que vivemos no Estado de Mato Grosso relativamente à infraestrutura logística.

Em seu pronunciamento ele cita claramente todos os grandes problemas. E o Estado de Mato Grosso, Sr. Presidente, ajuda muito o Brasil, faz muito pelo Brasil no superávit da balança comercial brasileira, gera empregos, gera oportunidades, cresce a passos largos, mas, diferentemente de alguns outros Estados brasileiros, vive um drama, neste momento, diante do total descaso – essa palavra é dura de dizer, mas é descaso. Eu não vejo obras federais acontecendo no nosso Estado de Mato Grosso.

Por isso, eu apresentei aqui um requerimento a esta Comissão, o Requerimento nº 1, de 2021, o primeiro requerimento, e tenho certeza de que o senhor pode, na próxima sessão desta Comissão... Sei que se vai tratar do orçamento, mas, se possível, que fosse feita uma convocação extraordinária para que nós já deliberemos sobre o requerimento para convidar o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, o Diretor-Geral do Dnit, os diretores da ANTT e, se possível, também os Ministros do Tribunal de Contas da União, para deliberarmos, exatamente como disse o Senador Jayme Campos, sobre por que e onde está emperrado para que nós possamos trazer a Ferronorte, sendo que o mais difícil, Senador Jayme – e cumprimento o Senador Wellington, que fez um grande trabalho, assim como o nosso Senador Marcos Rogério, que presidiu esta Comissão –, era superar o desafio da malha paulista. Hoje,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendo a concessionária, com recursos, com projeto, com licença, recursos para fazer obras, nós não conseguimos avançar e levar a ferrovia à nossa capital, Cuiabá, e ao médio norte do Estado mato-grossense, assim como não conseguimos ter o início das obras. E por que não temos ainda o início das obras da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste? Não basta dizer que não temos as obras das BRs 158, 242, 080, 174, todas sem pavimentação asfáltica, e ainda dizer que falta licenciamento. O que precisamos fazer então?

Tenho certeza de que esta Comissão será proativa para nos ajudar a superar esse desafio e, de fato, fazer as obras acontecerem. Considero, inclusive, ser oportuno discutirmos na semana que vem o orçamento, para que nós possamos ajudar não só o Estado de Mato Grosso, mas todo o Ministério da Infraestrutura, para que todos os Estados brasileiros possam ter nesse ministério o indutor do crescimento do Brasil neste momento de pandemia, quando a economia precisa se recuperar. E infraestrutura, Marcos Rogério, é fazer com que a economia também se recupere.

Por isso, peço ao senhor que, se possível, traga, numa extraordinária ou na próxima sessão, esse requerimento para a deliberação desta Comissão.

Era isso. Coloco-me às ordens para ajudar esta Comissão com toda força e determinação para que possamos fazer mais pelo Brasil e pela infraestrutura.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Permita-me corrigir uma injustiça.

Eu fiz o agradecimento a todos aqui e, por equívoco, acabei não registrando agradecimento à equipe da Comissão de Infraestrutura, que teve um papel destacado na funcionalidade da Comissão, em nome do Thales, que é o nosso Secretário-Geral, dedicado, zeloso, competente, discreto. Eu queria deixar aqui o registro e agradecimento a toda equipe da Comissão de Infraestrutura. Perdoe-me, Excelência, mas eu tinha que fazer esse registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero falar objetivamente sobre o requerimento do Senador Carlos Fávaro. Se perdermos, pelo menos vamos perder de três a dois. Os três estão aí: bancada do Mato Grosso. Então, como nós temos dois de Santa Catarina, eu vou condicionar o meu voto a favor do requerimento deles à inclusão das nossas questões, não é? (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou ocupar o tempo aqui digladiando o meu amigo Jayme Campos, mas gostaria de incluir no convite ao Ministro, ao Presidente e à Diretoria da ANTT, especialmente estes – o Tribunal de Contas da União já é outro fórum –, esclarecimentos sobre a concessão só da 101. Quanto à 116, não temos nada a comentar, mas quanto à 101 e às obras semiparalisadas de Santa Catarina, nós já comentamos ontem e estamos em reunião de ontem para hoje, discutindo. É muito fácil simplesmente elencar as BRs. Uma delas é nossa, a 158. A 163, que o Estado de Santa Catarina pavimentou, o Governo Federal destruiu há seis, sete anos, e não faz nada. A obra está parada. Então, para não me alongar: incluir a concessão da 101 – e nós temos uma concessão que completou 13 anos. Havia uma previsão de um contorno viário da Grande Florianópolis para ser inaugurado em 2012, mas há trechos que não foram iniciados ainda. Imagine eu, com uma averbação do Jayme Campos, falando sobre isso. Então, eu ia me alongar muito, mas queria só incluir no requerimento essas questões, e aí ele pode contar com o seu voto e com o meu voto também.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Antes de passar a palavra para V. Exa., Senador Wellington Fagundes, eu acolho aqui – recebo, melhor dizendo – o requerimento do Senador Carlos Fávaro.

Pela pequena experiência que tenho aqui de audiências públicas, me perdoe relatar, me parece que seria mais interessante que essa audiência pública, com esse número de participantes, com a relevância do tema, que vai ensejar uma ampla discussão, fosse fatiada. Convidaríamos de imediato o Ministro da Infraestrutura...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E a ANTT, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... – e a ANTT, pode ser – para vir discorrer sobre os planos e os projetos que tem para os próximos dois anos e especificamente sobre alguns temas que V. Exa. relata e que o Senador Esperidião Amin também relata. Certamente haverá outros temas que serão abordados ao longo da discussão. E posteriormente nós poderemos fazer outra audiência pública com o restante das pessoas indicadas por V. Exa.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – A ponderação que eu faria a V. Exa. é que, no caso, quando vier o Ministro fazer uma audiência pública, que esgote os temas que a Comissão tem, obviamente, que são o objeto do requerimento, aderindo agora a situação de Santa Catarina e dos demais Senadores. E, num segundo momento, fazer com os demais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso das agências reguladoras, eu acho que, enfim, nós não temos uma garantia legal ou constitucional que permita a convocação, mas eles anualmente são obrigados a vir aqui, a Comissão tem essa prerrogativa. Então, num segundo momento, chamá-los dentro do amparo regimental que temos, pois são obrigados a vir e prestar contas à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ótimo.

Então, aproveitando o ensejo, já vou sugerir a V. Exas. o seguinte *modus operandi* da Comissão – é uma sugestão, para se discutir –: queria propor que nós pudéssemos fazer as nossas reuniões de 15 em 15 dias, presencial ou semipresencialmente sempre. Como serão de 15 em 15 dias, isso facilita a vida dos Srs. Senadores para se organizarem. Se estivermos presentes... Eu, pelo menos, gosto muito mais de dialogar, de discutir e de apreciar as matérias de forma presencial do que de forma virtual, me parece mais produtivo e mais interessante. Eu não sei se há uma sugestão melhor do que fazer de 15 em 15 dias a nossa reunião. Aí nós esgotaremos as matérias. Fazemos um esforço mais concentrado para dar vazão às matérias que são mais relevantes, mais importantes.

Então, já convidaria o Ministro para os próximos 15 dias...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... para a próxima reunião, que seria... A Comissão de Infraestrutura se reúne qual dia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Às terças-feiras. Vamos manter terça-feira às 11h da manhã?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*) – Às 10h, senão fica muito tarde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Como nem todas estão funcionando, podemos até fazer mais cedo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*) – Melhor ainda, porque dá tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Às 9h30?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*) – Às 10h está bom.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, já que é para fazer às 10h, fazemos às 9h30, porque muitas Comissões começam a funcionar às 10h, e a gente ganha tempo.

Então, terça-feira às 9h30. Perfeito.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dia 9 de março.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O orçamento está previsto para amanhã.

Há uma ação emergencial da Comissão que eu quero submeter também à apreciação dos senhores. Não sei se faço agora...

Bem, então, resolvida a questão do requerimento, posso considerar o requerimento aprovado? Não preciso nem fazer menção especificamente a ele?

Então, aprovado o Requerimento de nº 1, do Senador Carlos Fávaro, com o fatiamento e com a exclusão dos temas abordados pelo Senador Esperidião Amin. Beleza.

Outra questão: Senador Wellington, V. Exa. permite que eu faça o encaminhamento das emendas de Comissão ou V. Exa. prefere falar? (*Pausa.*)

Pode ser? (*Pausa.*)

Bem, como nós temos prazo para apresentação das emendas de Comissão, eu queria dizer que esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras membros desta Comissão que vou abrir o prazo para apresentação de sugestões de emendas à Comissão da Lei Orçamentária que agora vai ser aprovada em 2020.

As sugestões de emenda deverão ser encaminhadas pelo novo sistema de leis orçamentárias chamado Lexor, e o prazo final será amanhã, quinta-feira, dia 25 de fevereiro, às 10h da manhã. Infelizmente é o prazo, porque o Relator vai ter das 10h às 14h para fazer o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório das emendas, para que nós possamos encaminhar, então, à Comissão Mista de Orçamento. Então, é um fato emergencial.

A minha ideia é suspender a reunião de hoje e aproveitar o quórum da reunião para deliberar amanhã às 14h. (*Pausa.*)

O nosso Secretário me alerta aqui sobre a questão do quórum regimental.

Amanhã mesmo é que não vai haver quórum regimental, não é? Nós temos que aproveitar o quórum de hoje e deixar a sessão aberta para que as pessoas possam registrar a presença.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, vamos fazer assim, a sugestão do Senador Marcos Rogério.

Eu vou encerrar esta reunião de instalação, convoco outra imediatamente para apreciação das emendas de Comissão e suspendo para amanhã, o.k.?

Então, só vou conceder a palavra ao Senador Wellington Fagundes para nós encerrarmos a reunião de instalação da nossa Comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só para a questão operacional aí, a minha preocupação: para haver o quórum, o registro está valendo para a próxima convocação?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está valendo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente Dário Berger, também Senador Jaime Campos, que assume como Vice-Presidente desta Comissão... (*Pausa.*)

Não! Deixe o Presidente deliberar! (*Risos.*) (*Pausa.*)

Sem problema nenhum. Tranquilo.

Eu quero agradecer também aqui ao nosso Presidente Marcos Rogério a oportunidade de ter estado com ele na Vice-Presidência, no trabalho que fizemos. Ele já falou bastante aqui, fez praticamente uma prestação de contas. Então, cabe a nós exatamente a expectativa do que será o novo biênio. E, sem dúvida, assumem dois Senadores extremamente experientes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com certeza, Senador Dário, para todos nós, a assunção de V. Exas. como Presidente e Vice traz prosseguimento e aperfeiçoamento do nosso trabalho – refiro-me principalmente ao Presidente Marcos Rogério.

Quero aqui dizer também que está presente conosco, representando a CNT, o Dr. Valter Souza, que é Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Transporte; também o Deputado Edinho Bez, que é o Diretor de Relações Institucionais da nossa Frenlogi – ele, que é o seu cabo eleitoral principal, companheiros do mesmo Estado, junto com o Senador Esperidião Amin. Também aqui quero registrar a presença do Dr. Tiago Lima, que é o Vice-Presidente do IBL (Instituto Brasil Logística), que está representando também o Presidente Clythio; além da nossa assessoria, representada aqui pela Maria Inês, uma experiente profissional, que trabalhou muito tempo no Dnit.

Quero cumprimentar toda a equipe da Comissão, porque, é claro, todo o trabalho desenvolvido por nós aqui se deve à assessoria, que aqui está no dia a dia trazendo, inclusive, as soluções para os nossos problemas.

Sr. Presidente, o Senador Jayme falou muito aqui em relação à angústia que nós vivemos; o Senador Carlos Fávaro, da mesma forma. E esta Comissão, na instalação – eu estive em várias outras –, eu acredito que foi, Senador Jayme, a Comissão que já começou trabalhando. Tanto o é que já vamos encerrar convocando uma nova reunião, dada a exiguidade do tempo, mas também dada a importância que representa esta Comissão para o Brasil.

Agora há pouco nós estávamos em um evento em que foi criada a Frente Parlamentar da BR-319, com todos os Estados da Amazônia. Essa BR foi construída, asfaltada e foi desmanchada pelo tempo, abandonada completamente, e a nossa preocupação é exatamente essa. O Brasil continua sendo um País rodoviário, e na nossa malha vem decrescendo nos últimos anos o nível de investimento. E, principalmente em Estados – no caso, toda a Amazônia e o Centro-Oeste brasileiro – em que, mesmo com a pandemia, aumentamos a nossa produção, o escoamento dessa produção ainda se dá grande parte pelas rodovias. Então, há novas fronteiras agrícolas, como é o caso do Mato Grosso. E o que temos de fazer, na verdade, é construir estradas porque, a cada quilômetro de estrada que se constrói, nós aumentamos a nossa produção e respondemos rápido para o Brasil.

V. Exa., que é um sulista, sabe da importância que tem hoje essa região, inclusive para o crescimento dos brasileiros. São sulistas que para lá foram ajudar extremamente na nossa tecnologia de produção, uma produção de ponta, de tecnologia de alta precisão.

Eu quero registrar essa angústia, porque nós estamos prevendo que, com esse nível de investimento que está previsto no Orçamento para este ano, nós vamos voltar com a operação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tapa-buracos! Essa é uma operação desmoralizante para qualquer governo, porque a população fala: "É jogar dinheiro fora!". É jogar dinheiro fora! Então, nós, que tínhamos melhorado... Por exemplo, no caso de Mato Grosso, a malha rodoviária de Mato Grosso sempre foi bem pior do que as de Goiás e de Mato Grosso do Sul, mas, ao longo de dez anos, conseguimos melhorar a nossa malha, que hoje é melhor. Agora, do jeito que está indo... Por exemplo, a BR-158 já está em possibilidade de estrangulamento total, até de bloqueio. A BR-163, de cuja conclusão o Governo falou tanto – e concluiu, realmente, este Governo, mas a BR-163 são quase 2 mil quilômetros –, já está também com a possibilidade de interrupção. Nós temos no Porto de Miritituba 4 mil caminhões que estavam lá parados nesta semana, porque não conseguem chegar ao porto. Então, a produção dessa região realmente, a cada dia, a cada ano, vai aumentando – este ano, aumentamos em 6% a produção.

Isso exige muita atenção nossa, da Comissão. E V. Exa., que foi também da Comissão de Orçamento, que foi Presidente da Comissão, conhece muito. Nós vamos ter que fazer um trabalho. Inclusive, essas emendas que vamos fazer... O que será de nossas emendas de Comissão? Nós vamos fazer com que elas também tenham caráter de ser liberadas? Eu acho que esse é um aspecto importante também, porque hoje as emendas de Comissão não são impositivas.

Eu só quero aqui registrar essa preocupação que o Senador Fávaro coloca ao convidar o Ministro, mas eu já disse isto na minha posse como Presidente da Frelog no ano passado: "Ministro, V. Exa. já está empoderado, fortalecido. Agora, nós temos que cobrar da equipe econômica investimentos e a garantia de investimentos". Por isso, inclusive, Presidente Dário, fiz e apresentei agora a PEC nº 1 deste biênio, que tem como objetivo exatamente que, dos recursos alocados através das concessões pelas outorgas, 70% sejam investidos na infraestrutura. Caso contrário, nós vamos fazer a concessão, vamos desviar todo o recurso e vamos acabar com a infraestrutura existente! E temos exemplos nas questões das ferrovias: nós chegamos a ter 34 mil quilômetros de ferrovias funcionando no Brasil e hoje temos 12 mil, ou seja, nós diminuímos ao longo do tempo em termos de quilometragem de ferrovias. Eu acho que esse é um bom exemplo. Eu queria pedir aqui a V. Exa., como Presidente, experiente que é, o apoio a essa emenda constitucional – inclusive, eu penso que a primeira tramitação deverá ser nesta Comissão – para que a gente tenha celeridade em aprovar. E essas concessões acontecerão agora. Há previsão da Dutra com bilhões e de outras tantas, esse dinheiro não pode sumir no caixa do Governo, e nós destruirmos a nossa infraestrutura.

É claro que o Ministro Tarcísio... Eu conversei com ele, e o Ministro Tarcísio também tem uma certa dificuldade de criar algum impasse com a equipe econômica, mas eu acho que nós vamos ter que forçar a barra, porque realmente a infraestrutura é fundamental para a gente promover o desenvolvimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora estamos num momento de pandemia, o foco é salvar vidas, é vacina, vacina, vacina, mas, da mesma forma que é fundamental, é imperioso para um paciente que está numa UTI entubado ou com oxigênio, também é imperioso para o chefe de família ou para a mãe que precisa trabalhar, para o trabalhador que precisa do emprego. E hoje nós estamos, a cada dia, numa situação mais difícil. A retomada da economia e a concretização do desenvolvimento de um país só se dão com a infraestrutura. Sem infraestrutura, não há saúde, não há educação, porque não se produz alimento e tudo isso vai prejudicando.

Eu quero encerrar aqui também, Presidente, já fazendo um convite em nome da CNT. Para tão logo seja possível, a CNT gostaria de receber a nossa Comissão, principalmente o nosso Presidente, com o Vice-Presidente e todos nós, para uma reunião na CNT, porque eles querem apresentar todos os dados. A CNT faz a pesquisa anual sobre essa questão da nossa infraestrutura, a realidade nua e crua; e eles gostariam de fazer a apresentação para nós.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor será bem recebido lá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Será bem recebido. Será bem recebido também.

Então, eu gostaria de fazer esse convite em nome da CNT e do Presidente Vander.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu asseguro a V. Exa. que o senhor será muito bem recebido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, depois da recepção, eu não me responsabilizo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos dar continuidade, então.

Como tínhamos combinado, vamos encerrar esta reunião de instalação. (*Pausa.*)

Por orientação aqui do nosso Secretário-Geral, ele sugere suspender esta reunião de instalação e abrir outra reunião, mantendo o quórum para deliberação das emendas de Comissão amanhã.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Exatamente.

Então, está encerrada a reunião de instalação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não. Está suspensa. Desculpem-me.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 28 minutos.)

[25 de fevereiro de 2021, 14h46min, Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa]

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Item um da pauta: deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, que estima receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.

A relatoria é do Senador Esperidião Amin.

Concedo a palavra, então, ao Senador Esperidião Amin para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo, porque esta é a primeira sessão ordinária em que deliberaremos, e deliberaremos sobre um tema que desafia a Federação, porque é evidente: aqui, muito mais do que partido político, tem que prevalecer o interesse da unidade federada. E eu tenho a honra de neste momento tentar buscar aquilo que se chama justiça. Felizmente, há critérios. E é em nome disso que eu vou pedir permissão para ler a parte relacionada às normas e critérios.

Primeiro, o art. 43 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, prevê que as Comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara e as Comissões Mistas permanentes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto orçamentário.

Nos termos do §1º do art. 44, facilita-se a cada Comissão a apresentação de até oito emendas – e é aí que nós vamos precisar da acurada ajuda da Consultoria –, sendo, dessas oito, quatro de apropriação e quatro de remanejamento. Daí a importância de saber quais as que já faziam parte e quais as que não faziam parte das propostas orçamentárias anteriores.

São elegíveis emendas e iniciativas alinhadas com as competências regimentais da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Isso abrange o mundo, o mundo especialmente que transporta as coisas e gente, coisas e pessoas. E ainda pode enveredar pelo caminho, pelo menos, da infraestrutura das comunicações também – seja telefônica, seja por satélite, elas têm infraestrutura.

O segundo aspecto que eu quero destacar é dos critérios de caráter geral na apreciação das emendas. Quer dizer, nem o senhor, nem eu, que sou momentaneamente o Relator, temos o direito aleatório.

A existência de normas de conteúdo aberto na regência do *interna corporis*, cuja delimitação, na sua finalidade, importa tipificação dos pleitos passíveis de encampação pelas Comissões permanentes estão aqui alinhadas. Neste sentido, destaca-se que o caráter institucional e o interesse nacional previstos no art. 44, inciso II, da resolução não encontram regramento regimental. Por isso, na ausência de definição literal do texto da resolução, adotamos as principais diretrizes e orientações para a elaboração de emendas exaradas em 20 de fevereiro de 2021 pelo Coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas da CAE, Deputado Lucas Vergilio, para fins de admissibilidade das emendas.

Portanto, não adianta nós passarmos aqui e esbarrarmos lá. Se nós aprovarmos aqui, por uma questão de maioria ou de amizade, uma emenda que não seja recepcionável, o nosso gesto de boa vontade ou de desafio vai resultar nulo.

Isso é o resumo desses critérios gerais. Depois nós temos os critérios específicos que envolvem as áreas de governo e, quando for o caso, emendas de texto, que não foram apresentadas.

Foram apresentadas cinco emendas de remanejamento – então, vem a primeira tipificação –: as Emendas 6, 8, 9, 11 e 18. Destas, a Emenda 11 refere-se à Ação Programa nº 3.004, Aviação Civil, e as demais contemplam linhas de ação do Programa 3.006, relativo a transporte terrestre e trânsito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em geral, as emendas de remanejamento atenderam ao disposto no art. 45 da resolução, que diz: "As emendas de remanejamento somente poderão propor acréscimos e cancelamentos em dotações de caráter institucional e de interesse nacional, no âmbito da mesma subárea temática e mesmo grupo de natureza de despesa, observada a compatibilidade das fontes de recursos".

Sendo assim, sugerimos a seleção por esta Comissão das emendas de remanejamento aqui mencionadas: sugestão de Emenda 06, de adequação do trecho rodoviário Bataguassu-Porto Murtinho, BR-267, Rota Bioceânica, de autoria do Senador Nelsinho Trad, no valor de R\$76,170 milhões; sugestão de Emenda nº 08, construção de trecho rodoviário – e aí vem um número que vai lhe fazer bem –, entroncamento da BR-163, Rio Verde de Mato Grosso, e entroncamento da BR-262, Aquidauana, também de autoria do Senador Nelsinho Trad; sugestão de Emenda nº 18, para construção de trecho rodoviário, divisa Bahia/Piauí, divisa Piauí/Maranhão, BR-235, Piauí, do Senador Marcelo Castro, no valor de R\$100 milhões.

Emendas de apropriação à programação orçamentária, ou seja, de incorporação. Estão listadas aqui como preenchendo esses quesitos de critério que eu mencionei a sugestão de Emenda nº 30, para adequação do trecho rodoviário Navegantes-Rio do Sul, da 470, no caso Santa Catarina, no valor de R\$59,5 milhões; Emenda nº 40, adequação dos trechos Guaíra, no Paraná, a Itapiranga, no Estado de Santa Catarina, de autoria do Senador Dário Berger, no valor de R\$100 milhões; sugestão e Emenda nº 46, construção, reforma e aparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse regional, de autoria do Senador Eduardo Braga, no valor de R\$100 milhões; e sugestão de Emenda nº 32, para conservação e recuperação de ativos de infraestrutura da União, do Senador Wellington Fagundes.

Eu desejo, antes de ser questionado, uma vez que o Presidente da Comissão integra o MDB de Santa Catarina e eu integro o Progressistas de Santa Catarina, tradicionalmente adversários de várias pugnas – em mim as cicatrizes aparecem mais facilmente do que desaparecem sob a cabeleira do Senador Dário Berger, dá para ele esconder mais as cicatrizes –, que conste dos *Anais* da Casa a seguinte informação: a BR-163 tem, no seu todo, 3.579km. O primeiro Estado que pavimentou trecho da 163 no seu território foi Santa Catarina. Entre o Governo de Antônio Carlos Konder Reis e o término do meu primeiro mandato como Governador – leia-se, de 1975 a 1987 – Santa Catarina pavimentou com os seus recursos o trecho da atual BR-163, que já era BR-163 em 80% do seu traçado em Santa Catarina e tinha uma outra designação no sul dessa rodovia.

O Governo Federal, há cerca de dez anos, com o saudável propósito de dotar essa região, que é internacionalmente importante – temos ali três portos ditos portos secos –, e construir uma nova rodovia, virtualmente destruiu a que estava asfaltada. Destruiu!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desapareceu o leito estradal e a pavimentação, em vários segmentos dela, a ponto de produzir um constrangimento tal que é muito difícil uma autoridade federal do Governo vigente visitar a região. A questão chegou a tal ponto que o Fórum Parlamentar de Santa Catarina, ontem – ontem! –, em entendimento com o Governador do Estado, face à inexistência de uma providência – está sem ordem de serviço; não está nem reiniciada a obra, a ordem de serviço está por ser entregue, para depois ser iniciada... O Governo de Santa Catarina não pôde contrair nenhum empréstimo nesses dois primeiros anos – é só ir à CAE para ver se há algum empréstimo do Governo do Estado de Santa Catarina; não há –, mas a economia catarinense, prodigiosamente, ensina a nós um caminho.

O Extremo Oeste de Santa Catarina hoje é o maior produtor de proteína animal do mundo, em uma área delimitada. E eu comentava com o Senador Lucas Barreto: a exportação pelo porto de Itajaí, Navegantes, no ano passado cresceu 15% – o que já é extraordinário, mas não é só isso. A exportação cresceu 60%, e a importação caiu 30%. E é a importação de produtos elaborados; não é de matéria-prima, não é de *commodity*. Nós não vendemos madeira. Já houve uma época em que o Farquhar, que construiu o Complexo de Ipatinga, em Minas Gerais, fez uma ferrovia no norte do Estado só para transportar imbuia e pinheiro. Ele fez, porque a serraria dele era em Santa Catarina, em Matos Costa; a maior serraria do mundo no começo do século XX. Nós já exportamos madeira, já nos levaram muita. Agora, nós conseguimos exportar móveis.

Um quilo de madeira transformada em móvel vale 16 vezes o quilo da mesma madeira bruta. Isso se chama agregar valor, melhorar a remuneração, porque tem que qualificar a mão de obra. Sobre isso eu vou falar depois.

Então, é para esse segmento, Senador Carlos Viana, que o Governador de Santa Catarina, na próxima quarta-feira, estará disponibilizando para o Governo Federal – esperamos que a Assembleia Legislativa aprove – R\$50 milhões para retomar obra que o mesmo Governo do Estado construiu e o Governo Federal tão somente destruiu. Em termos institucionais, foi isso que aconteceu.

Quanto à 470, ela é biestadual, não é tão larga como essa no noroeste do Rio Grande do Sul, e vai até esse complexo portuário cujo desempenho já mencionei. E para esta, o mesmo Governo de Santa Catarina, diante da incapacidade do Governo Federal de cumprir com esse compromisso, vai disponibilizar R\$200 milhões para que tenhamos menos mortes naquela rodovia – no ano passado foram mais de cem.

E essas são as duas primeiras rodovias cujos segmentos nós estamos acolhendo. Essas, Sr. Presidente, eu tenho que renunciar ao mandato se eu não defender essas duas rodovias, ou ser derrotado aqui numa votação, porque isso é democrático. Mas não tenho dúvida de que,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se o senhor como Presidente desta Comissão e eu como Relator não procurarmos este caminho de justiça para essas duas obras, nós seremos omissos, e não há divergência partidária que possa perdoar isso – nem divergência, nem convergência. Por isso, eu tenho que defender aquilo que interessa ao Brasil e interessa ao nosso Estado, que ajuda o Brasil, com muita veemência – peço desculpas por isso.

E acho que as outras duas emendas de apropriação, aliás, de remanejamento podem ser aqui tratadas sob o comando de V. Exa., porque eu não tenho preferência a não ser apoiantes a respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa. e o cumprimento pelo relatório.

Eu só quero pedir a V. Exa. para fazer uma pequena correção no relatório. O relatório se refere – no início do relatório – à emenda acatada da 163 como Emenda 40, e, na verdade, é 50. Porém, no final do relatório...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Já está corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já está corrigido! É só para fazer esse reparo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já está corrigido no texto, com a minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito, ótimo!

Senador Lucas Barreto, está em discussão o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com a nossa maior simpatia, torcendo por V. Exa.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu também seria – poderia dizer – de uma irresponsabilidade muito grande se eu não viesse aqui defender a emenda de um valor, penso eu, muito pequeno.

O Governo Federal construiu uma estrada, uma BR, com o intuito de ligar o Amapá a outro Estado, mas abandonou essa estrada. Só que, nessa estrada, há uma mina da qual saíram 56 milhões de toneladas de manganês, ou seja, de mineral estratégico àquela época, e isso ajudou muito o Brasil a se desenvolver. Só que, no entorno do projeto, ficou, para o Estado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrar, além de uma estrada à qual não se dá manutenção, ou muito pouca, o flagelo social das pessoas que se instalaram em torno desse projeto.

Há outra mineradora também, que gera mais de mil empregos, em Pedra Branca. Esse mineral estratégico à época... Hoje não valeria tanta coisa, pois não temos mais Guerra Fria e o manganês já não é um componente para a produção de aço – àquela época era usado para produzir material bélico.

E aqui a gente está defendendo, Senador Esperidião, uma emenda... Já foi aprovada uma emenda para a construção na LDO lá atrás, em 2019. O que a gente está pedindo é a aprovação de uma emenda de 20 milhões apenas para fazer o projeto de pavimentação da BR-210, ou seja, da Perimetral Norte, uma estrada que foi abandonada, que não tem pavimentação, não tem nada, e tem muito pouca manutenção. Ela sai de Porto Grande, passa por Pedra Branca e vai até a Serra do Navio. Então, penso eu que é muito pouco.

Agora, é assim: é preciso imaginar que o Amapá também é Brasil. Nós temos lá a BR-156, a obra inacabada mais antiga do Planeta Terra, com 78 anos. E lá o povo do Oiapoque, onde começa a Nação brasileira, está sofrendo. Mas, para essa, nós já conseguimos emplacar uma emenda de bancada, há 70 milhões na conta – e há uma empresa que está com problemas para tocar a obra. Foi-nos garantido pelo Ministro que está sendo feito um consórcio para que essa obra possa andar, ou seja, para que possamos voltar a ter asfalto depois de 11 anos nessa BR-156 rumo norte.

E há a BR-156 rumo sul, que sai também de local próximo ao Amapá. Havia uma obra delegada para o Governo do Estado, mas o Dnit cancelou a obra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Estado do Amapá.

O Dnit cancelou essa obra, o dinheiro retornou para a conta – já havia recurso também de emenda de bancada –, e agora quem vai tocar essa obra é o Exército. A gente espera que este ano também seja iniciado o asfalto da BR-156 rumo sul, que é uma BR que tem muitos anos.

A gente está ali observando que o Governo Federal também, no caso do Oiapoque, Senador Esperidião Amin, construiu uma ponte binacional no Amapá, do Oiapoque para a Guiana Francesa, que vai ligar, claro, o País ao Caribe – passa por Caiena, Suriname, Georgetown e chega até o Caribe – e pode chegar até Roraima, pode haver uma conexão. Isso, claro, levará ao desenvolvimento. Mas como ir até o turista? Eles vêm até Oiapoque e de lá voltam. Eles só atravessam a ponte. Fizeram uma ponte de 70, 80 milhões de euros, mas não terminaram os 110km da BR-156. Quer dizer, é uma inversão de prioridades! Uma inversão de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridades! Fizeram uma ponte em que o acesso no inverno não existe; de lá para cá, sim. Então, estamos aqui pedindo ao Relator que acate a nossa emenda, visto que também já estiveram aqui emendas de relatoria no ano passado, e a gente não conseguiu também, de novo, emplacar. Mas vários Senadores emplacaram 630 milhões para Porto Velho; para a Região Centro-Oeste foram 230 milhões; no Município, para construção de uma barragem foram 50 milhões; e para Manaus foram R\$100 milhões.

Então, é a vez de humildemente pedir aos senhores para olhar o Amapá com carinho. Nós somos Brasil, nós lutamos! Muitos amapaenses morreram para serem Brasil, aqui o Senador Izalci Lucas sabe. Então, é tão pouco, que eu tenho certeza de que o nobre Senador Esperidião Amin vai, sim, acatar a nossa emenda. Eram duas, nós retiramos uma para dar prioridade a essa. Então, fica aqui o nosso pedido para que se acate essa emenda.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu quero cumprimentar o Senador Lucas Barreto pela defesa que fez e que me convenceu totalmente. Eu apenas tenho uma dúvida, Senador Esperidião Amin, que é o Relator da matéria: a emenda apresentada pelo Senador Lucas Barreto preenche todos os requisitos inerentes às características necessárias para que seja acatada pela Comissão de Orçamento?

Eu quero somente fazer um adendo aqui, Senador Lucas Barreto. Eu já fui Presidente da Comissão de Orçamento, e não adianta nós fazermos um esforço aqui e aprovarmos qualquer tipo de emenda que não preencha rigorosamente todas as características e as exigências estabelecidas pelas normas legais vigentes, porque lá elas serão rejeitadas de pronto! Ali é a instância final do orçamento propriamente dito e, se não estiverem rigorosamente preenchidos os requisitos, nós vamos perder essa emenda. Por isso, eu consulto aqui os universitários, consulto o Senador Esperidião Amin, para saber, porque convencido, eu evidentemente estou, diante do pronunciamento que o Senador Lucas Barreto fez, que nos emocionou a todos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu quase chorei aqui, total apoio ao líder.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... e leva o nosso reconhecimento.

Portanto, a nossa ideia não é outra senão a de aprovar a reivindicação, que é justa e legítima, de V. Exa.

Então eu concedo a palavra ao Senador Esperidião.

Espiridião, V. Exa. quer se manifestar?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.)

– Eu vou só querer fazer dois comentários. Eu vou precisar da consulta aos universitários, ou seja, a Consultoria da Comissão.

O que me faz pessoalmente convencido de que esta é uma emenda, independentemente do tamanho da rodovia, que interessa ao Brasil é a sua circunstância geográfica. Eu não sei quantos daqui conhecem o Oiapoque.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu não conheço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu conheço. Eu conheço o Oiapoque e o Chuí, conheço os dois. Um, dizem que é o começo, e o outro, dizem que é o fim, são os dois extremos.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. *Fora do microfone.*) – O Oiapoque é onde começa a Nação brasileira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, o Chuí é a outra ponta; Norte e Sul, são os dois extremos.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. *Fora do microfone.*) – Mas nós estamos mais altos, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É, no mapa do Reagan, não é? Porque no mapa do Morales o sul fica em cima... Mas não vamos discutir.

Segundo: o fato histórico de que o Brasil enviou o melhor Governador que a Guiana Francesa já teve – era brasileiro – depois que as tropas de D. João, então ainda Príncipe Regente, em 1808, tomaram a Guiana Francesa.

Senador Dário Berger, lá no antigo 5º Distrito Naval, que tinha sede em Florianópolis, há um museu da Marinha – eu já disse isso para o senhor –, e os sabres dos fuzileiros navais do então Brasil/Portugal, já com a família real aqui, que tomaram a Guiana Francesa, nós temos dois exemplares desses sabres no museu da Marinha, em Florianópolis. Ou seja, isso mostra o caráter de interesse nacional da ponte, que custou essa fortuna, e o propósito de integração com esse circuito.

Eu tenho certeza de que o dinheiro do petróleo que a Guiana Francesa anuncia um dia será liberado também para exploração do petróleo no Amapá. Temos alguns obstáculos, mas vamos chegar lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vejo dificuldade em considerar esta emenda, ainda que diga respeito a uma rodovia inserida num Estado da Federação, mas é na ponta, no extremo norte do Brasil e, portanto, tem a característica de interesse nacional. Pelo critério que eu conheço, que está aqui... Eu os descrevi no começo, eles não tinham chegado ainda, mas o senhor estava aqui, eu descrevi quais são os critérios gerais e específicos. Então, eu concordo com o que diz o nosso Presidente da Comissão. Agora, eu acho que, para não perder – num gesto de compreensão que nós estamos tendo –, para não perder o gesto objetivo, eu gostaria que a gente tivesse o beneplácito dos consultores, ou seja, dos universitários, para usar a expressão...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Esperidião, eu vou conceder a palavra novamente...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Um minuto para V. Exa.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Só para completar, Senador Esperidião Amin. O senhor no início falou de Santa Catarina, da indústria da madeira lá, dos pinhos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Das imbuias.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Das imbuias. Contribuíram...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Araucárias.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Araucárias. Só para o senhor imaginar, Presidente, lá devastaram tudo! Há uma reserva lá de 100 mil hectares. No Amapá, nos impuseram uma reserva... Só o Parque do Tumucumaque são 3,8 milhões de hectares, e é essa estrada que dá acesso ao parque, para que a gente possa explorar pelo menos o turismo lá, para que a gente possa ter acesso digno àquelas cidades que se formaram nos projetos que no início ajudaram o Brasil. Só há outro detalhe: o Amapá é o Estado mais preservado do mundo, e essa estrada vai contribuir, sim, com o desenvolvimento, e muito, principalmente daquela região, porque hoje 73% do nosso Estado é reserva, nós não podemos tocar. Só que 97% das nossas florestas primárias estão em pé. O problema é que beleza cênica, olhar para árvore, para floresta, não enche barriga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Faz bem aos europeus. Mitiga o remorso, diminui...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Então a gente pode fazer o seguinte, Senador Esperidião Amin. A gente pega lá 15 mil agricultores parceleiros que foram assentados no Amapá e a gente leva para Santa Catarina. E a gente traz 15 mil catarinenses para botar lá no meio da floresta. Lá em Santa Catarina tem terra fértil, tem cooperativa, tem financiamento, tem tudo. O Amapá não tem nada. Aí o nosso caboclo faz uma queimada lá de um hectare, já vem o Mourão no helicóptero e tudo, já querem prender. É para subsistência! Vocês imaginem o que a gente sofre.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou fazer um apelo ao Senador Lucas.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Então, a gente podia fazer uma experiência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor guarde os seus argumentos. O senhor já convenceu o Presidente.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Eu preciso convencer o Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A mim, o senhor não terá dificuldades. Então, o senhor guarde os seus argumentos para enfrentar a comissão de admissibilidade da emenda, que vai funcionar.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A minha preocupação, Senador Lucas... Eu só tenho uma preocupação. Estou convencido e voto favorável, tem meu total apoio. Eu só preciso da confirmação definitiva da possibilidade da admissibilidade junto à Comissão de Orçamento, sem o que não adianta nós fazermos esse esforço...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – A Comissão de Orçamento é outra luta que nós vamos ter.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É outra luta, mas lá eles são...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Lá a gente já tem...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Podemos consultar os nossos universitários, como diz o Esperidião. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou ouvindo aqui a assessoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Aprovou R\$10 milhões para projetos, para estudo. Então, se foi aprovado, é porque vai ser admitida aqui nesta Comissão, eu espero.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então está bem. Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu já estou ouvindo aqui a voz do Senador Eduardo Braga, que eu escutei porque o senhor atendeu o telefonema dele. Eu estou recebendo aqui o pedido para mudar a emenda do Senador Eduardo Braga, mas não para cancelar. Estou aguardando suas instruções.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós temos como atender o Senador Lucas Barreto? Vamos atender o Senador Lucas Barreto. Nós temos como atender a minha emenda? Podemos atender a minha emenda. Podemos atender a emenda de V. Exa. e é muito justo que atendamos em função da relatoria que V. Exa. se dispôs a fazer. E se nós pudermos atender a emenda do Senador Eduardo Braga, contemplam-se as quatro emendas e está tudo resolvido.

E aí peço a aquiescência e a aprovação dos nobres Senadores e da Senadora Zenaide, que está aqui presente, nossa médica infectologista, nossa orientadora – e muito nos orgulha ter a sua presença, assim como a do Senador Izalci também.

E aí fica fechado; não fica, Senador Esperidião?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fica, porque as adiei. Como disse, essas são emendas de remanejamento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aliás, são emendas de apropriação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Emendas de remanejamento nós temos três. (*Pausa.*)

Quanto às outras emendas, vou reler. Já tinha lido isso.

Então, vamos explicar: foram... Eu não posso falar sobre emendas que não existem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Certo. Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não posso falar sobre coisas que não foram apresentadas. Eu sou o Relator, não sou inventor.

Foram apresentadas cinco emendas de remanejamento. Destas, duas são inacatáveis. Então, remanescem três. Eu não posso inventar uma quarta, porque se trata de remanejamento. Remanejamento é aquela que modifica coisas que existem. Eu não posso fazer quatro de remanejamento. Aliás, eu não posso inventar uma a mais para remanejamento. Até, se houver consenso, eu considero, se houver alguma proposta de remanejamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Agora nós temos quatro, que são as Emendas nºs 30, 50... E o Senador Eduardo Braga está propondo substituir a 46 por que número? Qual o número da outra emenda?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. A 46 é a que está, de aeroportos. É para entrar uma outra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A número três das emendas de apropriação, que o Senador Eduardo Braga tinha apresentado, é a nº 46. Ele está propondo substituir essa por qual?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Pela 49.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está respondido. Não é decisão, é informação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – E a 49 preenche os requisitos todos?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Preenche, igualmente à outra. Agora, a sua emenda que número é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – É a 37.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Lucas Barreto, depois dessa defesa enfática e emocionante, inclusive...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Trinta e sete.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor vai ser considerado nosso advogado de defesa. Espere, não gaste o seu verbo aqui, Senador. Deixe o seu latim, grego e todos os outros dialetos para a comissão de admissibilidade do Orçamento, porque nós acabamos de incluir...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sim, eu estou tranquilo. Você vê que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fechando voto, fechando voto: 30, 50, 49 e 37.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo! E nós vamos aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Eu vou encerrar, então, a discussão e colocar em votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quanto mais rápido V. Exa. o fizer, menos risco correrá.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado, então, o relatório apresentado pelo Senador Espírito Santo, a quem agradeço.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu quero dizer para V. Exa., para o Senador Izalci, para a Senadora Zenaide, que é minha querida amiga e que, tenho certeza, gostaria de ouvir, e para o Lucas Barreto que eu só não invejo a sua paixão pelo Amapá porque eu considero que a minha também é transbordante. Mas hoje só por poder contar a história, Senador Dário Berger, um pedaço da história da 470 e da 163...

Izalci, preste atenção nisso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou prestando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, você não escutou.

O Governador de Santa Catarina, pressionado por nós todos – um governo que entrega para o Governo Federal R\$75 bilhões por ano e recebe R\$6,5 bilhões, um Estado que entrega isso em impostos, a sexta economia do Brasil com 1,13% do Território nacional –, vai, na próxima quarta-feira, oferecer ao Governo Federal – ele que não pôde fazer um empréstimo em 26 meses de governo, porque o Estado estava com categoria C – R\$50 milhões do Estado para a 163 e R\$200 milhões para a 470, obras federais, executadas pelo Governo Federal; uma delas não está sendo executada e foi destruída pelo Governo Federal, e a outra vai a passos... Os acidentes rodoviários na 470 são uma segunda Covid em Santa Catarina.

Então, eu quero dizer que também fico emocionado. Agradeço a V. Exa. pela possibilidade de fazer esse relato e merecer a atenção dos meus pares. E digo o seguinte: o que que vai acontecer depois eu não sei, mas hoje eu não tenho dúvida de que o Senador Dário Berger, do MDB, de Santa Catarina, e o Esperidião Amin, do Progressista, de Santa Catarina, partidos antagônicos, cumprimos com o nosso dever.

Obrigado.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Antes de passar a palavra para V. Exa., vou só encerrar aqui a votação.

Aprovadas as emendas, então.

Serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamentos, Planos e Fiscalização para as devidas providências.

Então, aprovadas aqui, vão à Comissão de Orçamento.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Para completar minhas palavras, Senador Esperidião Amin: o senhor mesmo diz que o Estado de Santa é o maior produtor de proteína – animal, penso eu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O oeste do Estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – O oeste do Estado.

Essa proteína animal precisa de proteína vegetal, que é produzida aqui, no Matopiba. E o meu Amapá contribui com o clima, por ser o Estado mais preservado do mundo. Então, o senhor imagina...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que o senhor quer que que eu faça? Que aumente para 30? (*Risos.*)**O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP)** – Seria bom aprovar a outra, não é? A gente tirar mais uma do outro e aprovar a da BR-156 também.**O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC)** – *Fora do microfone.* – Ah sim, se o pessoal do Eduardo Braga sair...**O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP)** – Então, é só para o senhor ter ideia de quanto vale – olha a importância para o Brasil – manter o clima, as condições climáticas para o nosso Centro-Oeste, para o Sul do Brasil.

O problema é que, por sermos o mais preservado, ninguém paga por isso. Então, volto a falar: ler o Ha-Joon Chang, *Chutando a escada*. Todos os Estados devastaram tudo, se preparam para produzir; quando chegou ao Amapá, aí não: "Vocês vão ser o pulmão do mundo".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Não estou desaforando.**O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC)** – É louvável.**O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP)** – Eu continuo com a minha proposta para que a gente leve os catarinenses para produzir lá para o senhor...**O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC)** – Sem dúvida.**O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP)** – ... ver o quanto é difícil viver na Amazônia. E na Amazônia há 25 milhões, no Amapá há 856 mil habitantes, só que nós temos um problema grande lá, que são as ilhas do Pará. São duas mil ilhas, que têm um milhão de habitantes e fazem a nossa capital e os Municípios de Santana, Jari, Mazagão, que são os que estão bem próximos, se tornarem UTIs sociais e receberem toda essa demanda de tudo que se imaginar.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado ao Relator por acatar a nossa emenda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Louvável!

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Vamos à CMO!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor vai assumir um compromisso: depois da Quaresma, nós vamos experimentar aquele peixe.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Com certeza!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Durante a Quaresma eu não posso beber álcool, eu não posso comer doce, nem...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Lucas, eu vou pedir mais um minutinho de atenção só para aprovar dois ou três requerimentos aqui, rapidinho.

Mas eu quero louvar a defesa enfática e apaixonada que fez o Senador Lucas Barreto pelo seu Estado, uma prova, uma demonstração de que o Amapá tem aqui um defensor que luta bravamente para atender às justas e legítimas reivindicações para que ele possa se desenvolver, crescer e progredir cada vez mais.

Então, eu quero fazer esse registro, parabenizá-lo, cumprimentá-lo pela autenticidade, pela veemência com que fez a defesa e, finalmente, parabenizar por ser o vencedor de uma emenda para o seu Estado do Amapá. Então, meus cumprimentos, meus parabéns. É uma alegria tê-lo aqui. E nós vamos ter um longo trabalho pela frente ainda.

E quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin pelo relatório. O Senador Esperidião Amin, como nós conhecemos – é um dos mais consagrados Parlamentares que nós temos no Senado Federal, no Congresso Nacional; um ex-Governador por dois mandatos, com uma ficha de relevantes serviços prestados à Santa Catarina e ao Brasil –, democraticamente fez um relatório que atendeu na plenitude os anseios e os desejos preliminares desta Comissão. Então, agradeço muito ao Senador Esperidião Amin.

Eu quero submeter à aprovação dos nobres Senadores e Senadoras requerimento para realização de audiência pública. Ontem nós já aprovamos requerimento para vinda do Ministro Tarcísio, com uma data que nós já estamos definindo. Ele vem apresentar seus planos, seus projetos, suas ações, suas expectativas com relação aos próximos dois anos. Em princípio, está marcado, sem ser a terça-feira que vem agora, para a próxima terça-feira, a confirmar com o Ministro. O Ministro já se mostrou à disposição para vir. Aliás, esse Ministro tem uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência e uma amabilidade extraordinária. Só o Lucas Barreto para bater. Então, está aprovado.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente, que ele traga informações sobre a BR-156.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Que ele traga informações sobre a BR-156...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Isso. Porque nos foi prometido 17km de asfalto em 2019, em 2020 eram 20km, e até agora nada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – É. E ele foi diretor do Dnit, e existe um documento que diz que, em dois anos, a BR estaria totalmente afastada. E não está. E, na gestão dele, a gente ainda não conseguiu avançar também nem 1cm de asfalto, essa é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ele vai vir, nós vamos questionar o Ministro aqui certamente. Eu, se fosse Ministro, não ia me mexer por causa de 17km de asfalto. O Esperidião Amin fez a 163 inteira quando foi Governador.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Já tem um acumulado de 37km.

Se o Amapá tivesse devastado e pudesse produzir, nós estaríamos também fazendo a BR sem precisar do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu quero consultar os Senadores e Senadoras se posso colocar em deliberação em bloco os requerimentos que tratam de convites aos Ministros das respectivas pastas desta Comissão para vir aqui fazer a exposição do seu planejamento, das suas ações, dos seus projetos para os próximos dois anos. Então, trata-se do convite ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ministro do Desenvolvimento Regional e ao Ministro de Minas e Energia, Requerimento nº 4, todos com o mesmo teor, com o mesmo objetivo.

Se nós tivermos a capacidade de fazer a reunião presencial, vamos fazer audiência pública; caso contrário, vamos nos submeter às deliberações que vêm da Presidência do Senado Federal, que está impondo algumas restrições, como proibir ou cancelar temporariamente as reuniões presenciais das Comissões, em função da pandemia que se agrava. Enfim, nós vamos comunicando e relatando e levando ao conhecimento dos membros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta Comissão os encaminhamentos depois da aprovação do projeto. Evidentemente, nós temos matérias a deliberar que também terão o mesmo encaminhamento.

Nesse sentido, eu coloco em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação. (*Pausa.*)

Certamente, posso considerar aprovado por unanimidade.

De minha parte, era isso que eu teria para... (*Pausa.*)

O Senador Wellington Fagundes está *on-line*, de forma remota, e a ele eu gostaria de conceder a palavra. (*Pausa.*)

O Senador Wellington Fagundes está na linha? (*Pausa.*)

Então vou conceder a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, na Comissão de Assuntos Sociais, a gente vai relatar agora. Mas parabéns pela sessão e pelos requerimentos!

Também cumprimento o nosso querido Senador que fez um belo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Beleza!

O Senador Wellington vai entrar agora.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... abrir o som, Presidente.

Aí, agora conseguimos. Muito obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

Está tudo bem com o som aí?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Wellington, V. Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Boa tarde, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Boa tarde!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu gostaria também de registrar, Sr. Presidente, o relatório do Esperidião Amin, a luta de todos. É claro que nós gostaríamos de ter emenda para contemplar todas as estradas brasileiras, toda a infraestrutura, mas isso é impossível. Então, acredito que o que está sendo feito está sendo feito da melhor forma possível, da melhor maneira.

Agora, eu acho que é importante esse convite aos Ministros, mas aqui nós queremos deixar... Agora há pouco, eu estava em uma reunião com o Diretor-Geral do Dnit para tratar principalmente sobre a BR-163, sobre a conclusão da duplicação da rodovia entre Rondonópolis e Cuiabá. Há ali algumas cidades como Juscimeira, Jaciara e São Pedro da Cipa, onde estão sendo feitos os contornos viários. Em Jaciara, a obra ainda está inacabada, e não há recurso para concluir-la neste ano. Quanto às travessias urbanas, também não há recurso para fazê-las. Assim, para as estradas federais em construção em Mato Grosso, a BR-158, a BR-242 e a BR-174, a previsão orçamentária é zero. É um Estado que tem aumentado a sua produção e respondido com um grande volume de exportação para o Brasil, mas nós não vamos ter investimento nenhum em novas estradas para este ano pela proposta do Governo para o Congresso Nacional.

Então, Sr. Presidente, eu acho que nós vamos ter de fazer um trabalho, conversar com o Relator, chamar o Ministro mesmo, o Ministro Paulo Guedes, porque não será possível manter as nossas estradas brasileiras.

Eu estou falando aqui do meu Estado de Mato Grosso, porque é um Estado em que há a expansão de novas fronteiras agrícolas e em que estamos aumentando a produção. Então, não é possível sustentar essa situação sem investimento. Nós vamos voltar à operação tapa-buracos, e isso vai ser muito ruim para a imagem do Governo.

Aqui eu quero dizer do trabalho do General Santos Filho, com toda a equipe do Dnit, que tem feito todos os esforços; mas, sem recurso orçamentário, é impossível manter a nossa malha rodoviária. Em nosso País, em grande parte, o maior volume do transporte ainda se dá nas rodovias.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, dizer que apresentei a PEC nº 1 neste novo biênio. Nós, com essa PEC, queremos que 70% dos recursos que o Governo obtiver de retorno das nossas concessões e outorgas sejam investidos em infraestrutura. Caso contrário, nós vamos acabar com a infraestrutura brasileira. E, depois, como a gente vai continuar trabalhando e produzindo pelo País?

Então, Sr. Presidente, eu quero trazer aqui a minha temeridade com os investimentos na nossa infraestrutura brasileira. Eu sei da competência do Ministro Tarcísio, hoje é um Ministro que tem um prestígio muito grande, mas ele também, sem recursos, com certeza não terá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições de ir avante na necessidade do Brasil. Ele tem sido muito competente em buscar fazer essas concessões, buscar em todos os setores, mas a grande preocupação que nós temos é que os recursos não estão retornando para a nossa infraestrutura.

Por isso, eu quero fazer aqui um alerta: nós todos estamos vigilantes, preocupados, mas principalmente agora, com a nova Comissão e sob a sua direção, a sua Presidência, nós teremos que realmente fazer um verdadeiro mutirão, para fazer a equipe econômica entender que a nossa infraestrutura precisa de recursos. Nós precisamos fazer a retomada da nossa economia, e todos os países que tiveram desenvolvimento econômico é porque investiram também em massa na infraestrutura. Não teremos educação e não teremos saúde se nós não tivermos uma infraestrutura para que as pessoas possam se deslocar e para que a nossa produção possa também chegar ao consumidor e ainda também à exportação.

Então, fica aqui o nosso registro, eu agradeço imensamente o trabalho e tenho certeza de que faremos um grande trabalho sob a sua Presidência.

Então, parabenizo o Senador Espíridião Amin e a todos os companheiros da Comissão.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa. e o cumprimento pelo pronunciamento. E já vou dar um título para V. Exa. como "Senador Infraestrutura", Senador Wellington Fagundes, um dos maiores defensores da infraestrutura deste País. "Senador Infraestrutura", Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu falei não só da Presidência, mas também tendo o nosso Senador Jayme Campos como Vice, não é? (*Risos.*)

Porque também, para nós de Mato Grosso, é um grande orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Beleza. Um grande abraço! Obrigado pela participação.

Bem, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Por fim, eu agradeço a presença de todos os Senadores. Muito obrigado.

Está encerrada a nossa reunião.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos e suspensa às 15 horas e 28 minutos do dia 24/02/2021, a reunião é reaberta às 14 horas e 46 minutos e encerrada às 15 horas e 44 minutos do dia 25/02/2021.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 7.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Lasier Martins e Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Dário Berger, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Plínio Valério, Cid Gomes, Paulo Rocha, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes, Styvenson Valentim, Jorginho Mello, Ciro Nogueira e Marcos do Val. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição da Presidência e da Vice-Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA para o biênio 2021-2022, nos termos do artigo 88 do RISF. Resultado: Instalada a Comissão, o Senador ACIR GURGACZ foi eleito Presidente, por aclamação, para o biênio 2021-2022. Conforme acordo do colegiado a eleição da vice-presidência ocorrerá ulteriormente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos. Usam da palavra a Senador Lasier Martins e o Senador Acir Gurgacz Presidente da Comissão, Senadora Soraya Thronicke, e os Senadores, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Cid Gomes, Paulo Rocha, Dário Berger, Carlos Fávaro. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/02/24>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, telespectadores da TV Senado, imprensa, servidores.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos aqui, na Comissão de Agricultura.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Esta reunião é semipresencial e conta com a presença dos Srs. Senadores tanto fisicamente em plenário quanto remotamente por sistema de videoconferência.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2021/2022.

Foi registrada até o momento a seguinte chapa: para Presidente, o Senador Acir Gurgacz, e, para Vice-Presidência, a Senadora Soraya Thronicke. Recebi, há poucos instantes, a indicação da Senadora Soraya para Vice em documento assinado pelo Senador Major Olímpio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Sim, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Foi formalizado pelo nosso partido e pelo bloco. Agora, não houve formalização. Eu não sabia, não foi conversado. Não há problema nenhum, desde que tudo seja conversado. Eu nem sabia, Senador Gurgacz, mas o meu foi formalizado, conforme tem que ser.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Eu tenho uma sugestão, Senadora...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Pela ordem.

Apenas a título de contribuição, na verdade, a Senadora Soraya já foi indicada de forma oficial pelo seu partido, o PSL. Entretanto, nós temos aqui o companheiro Wellington Fagundes, que acabou de dizer que ele também foi indicado para ser Vice na chapa do candidato já eleito por unanimidade, o companheiro Acir Gurgacz. Nesse caso, particularmente, a minha opinião é que, para não ficar uma coisa meio desconcertada, sentemos com o Wellington Fagundes e a Senadora Soraya para se tentar fazer uma composição para que não possamos eventualmente – acho que isso não vai ocorrer – precisar bater chapa aqui, que é uma disputa. Acho que não seria saudável.

Nesse caso, eu acho que... Não sei se a indicação do Senador Wellington, se me permite, também já foi formalizada para o Presidente aqui, de forma escrita. Caso contrário, imagino que V. Exa. apresente sua candidatura de forma oral, que até o Regimento Interno também permite, mas seria o ideal que a indicação de V. Exa. fosse encaminhada de forma documental, como aqui está sendo apresentado pela Senadora Soraya Thronicke.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Eu tenho uma sugestão, Senador, diante desse pequeno impasse. Eu, particularmente, tenho enorme admiração pelos dois, Senadora Soraya e Senador Wellington. Foi sugerido que adiemos essa escolha do Vice para o entendimento entre ambos, para que a coisa seja bem resolvida. Teremos tempo para isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.)

– Da minha parte, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Então, se todos estão de acordo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – ... façamos a eleição, neste momento, apenas para a Presidência do Senador, considerando que não há uma outra chapa, não foi registrada nenhuma outra, tendo apenas o nome do Senador Acir Gurgacz.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu só queria checar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... a indicação veio formal da Senadora Soraya e do Senador Wellington para a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está bom, mas veio...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Eu só tenho a indicação aqui para o Senador Acir, documento assinado pelo Senador Cid Gomes, e a indicação da Senadora Soraya, pelo Major Olímpio. E houve uma reunião, não com todos os participantes do bloco que reúne o Podemos, o PSDB e o PSL, e nessa reunião foi sugerido o nome da Senadora Soraya. Então, eu acho melhor, para que não haja...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – ... por menor que seja, qualquer ressentimento, que haja muita harmonia na nossa Comissão. Então, eu sugiro que se adie e se parta para o entendimento.

Se todos estão de acordo, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Sendo, então, a única indicação, sugerimos a possibilidade de eleição por aclamação, a exemplo do que tem ocorrido em outras Comissões.

Quem está de acordo permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Eleito, portanto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Senador Acir Gurgacz, a quem convidado para assumir posição à mesa. (*Pausa.*)

V. Exa. tem a palavra para a sua primeira manifestação como novo Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sras. e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado, antes de mais nada, agradeço o apoio dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

das diversas bancadas partidárias que possibilitaram que o PDT estivesse assumindo a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, esta mesma Comissão cuja presidência eu tive a honra e o prazer de exercer no biênio 2011/2012 e Vice-Presidência em 2013/2014.

Agradeço especialmente aos nossos Líderes do PDT – aquele que está saindo é o Senador Weverton Rocha, e o nosso novo Líder, Senador Cid Gomes – pela indicação, pela confiança para representar o nosso partido à frente desta Comissão. Agradeço também ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco e aos demais Senadores da Mesa Diretora, que estão demonstrando a experiência política e o diálogo necessários para a composição das Comissões e demais colegiados desta Casa.

Agradeço e parabenizo a Senadora Soraya Thronicke, que exerceu a Presidência no último biênio e conduziu com excelência essa função num ano bastante complicado – não é, Senadora? –, com a maioria das sessões remotas em função da pandemia. Tenho certeza de que isso dificultou muito o trabalho nesses dois últimos anos, mas não tirou a importância do seu trabalho à frente desta Comissão tão importante para o nosso País.

Enfim, agradeço a todos os Senadores, Senador Jayme, aqueles Senadores tiradores de leite, que chegam cedo à nossa Comissão para que a gente possa trabalhar todos os dias logo pela manhã na Comissão de Agricultura.

Confesso que esta é a Comissão em que eu mais gosto de trabalhar, de atuar e em que fico mais à vontade. Faço isso de coração, com muita dedicação e propósito, pois, no meu entendimento, a Comissão da Agricultura é a que tem mais a ver com o meu Estado de Rondônia, que tem uma economia inteiramente sustentada na agropecuária, assim como também é a Comissão em que conseguimos dar uma grande contribuição para a economia de todo o nosso País, visto que 30%, Senador Cid, do nosso PIB vêm do agronegócio, da agropecuária. Por isso o tamanho da importância desta Comissão.

Assumimos esse desafio no momento em que o Brasil e o mundo inteiro atravessam uma grande crise, uma crise sem precedentes. Mais do que nunca, a saúde e a economia dependem daí que sai do campo, da atividade de cada agricultor e agricultora, dos pecuaristas, produtores de grãos, piscicultores, horticultores, fruticultores e tantos outros agricultores que trabalham de sol a sol para colocar alimento na mesa dos brasileiros e para manter o superávit da nossa balança comercial com as exportações.

Temos muitos desafios nesses próximos dois anos. Quero citar apenas três para que possamos nortear nossas ações e iniciar os trabalhos tão logo.

O primeiro deles é o posicionamento estratégico da agricultura do Brasil no mercado internacional. Estamos produzindo muito e temos muito a avançar ainda. Exportamos muitas *commodities* e temos que trabalhar junto com o Governo, junto com as cooperativas para que possamos aumentar a industrialização, para que possamos melhorar a renda da população brasileira, gerando mais empregos e mais superávit comercial para o nosso País.

Uma questão da qual a população de Rondônia já me ouviu falar muito e que eu tenho abordado aqui há muitos anos é a famosa regularização fundiária. Nós precisamos muito dessa regularização para que possamos ter mais investimentos no agronegócio brasileiro, principalmente no nosso Estado de Rondônia, e não é diferente no Estado de Mato Grosso e nos demais Estados brasileiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já avançamos muito nesse sentido. Temos um decreto presidencial, uma nova portaria do Incra e um novo programa, o Programa Título Já, mas precisamos promover uma sintonia fina entre os órgãos governamentais e cartoriais para fazer a regularização fundiária acontecer para valer.

Esta será uma de nossas prioridades: fazer a regularização fundiária acontecer na prática, essa é uma das grandes metas. E, nesse sentido, também vamos priorizar a discussão em torno do novo marco legal para o licenciamento ambiental, que é um tema muito ligado à agricultura, ligado ao meio ambiente e ligado à geração de emprego e renda no nosso País. É um tema que nós vamos debater para que possamos avançar e desburocratizar a produção no nosso País.

Agradeço mais uma vez, Senador Cid, a V. Exa. e a todo o PDT pela indicação e a todos os demais Senadores pelo apoio, mais uma vez cumprimentando a Senadora Thronicke pelo trabalho que fez e continuará fazendo conosco nesta Comissão; fez como Presidente e continuará fazendo conosco nesses próximos dois anos.

Com relação ao encaminhamento das nossas emendas, faremos uma reunião virtual até sexta-feira à tarde – podemos marcar na sexta-feira, às 15h, uma reunião virtual – para definir as emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Faremos isso virtualmente na sexta-feira, às 15h.

Agradeço, mais uma vez, Senador Lasier, pela condução dos trabalhos. Muito obrigado a todos e até a próxima, se Deus quiser.

Muito obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS). Pela ordem.) – Meus cumprimentos, Sr. Presidente.

E quero aproveitar para retirar a sua frase muito feliz, no sentido figurado: que sejamos tiradores de leite deste imenso celeiro de alimentos, que é o Brasil, e numa área que é sustentáculo da economia nacional. Temos uma enorme responsabilidade e tenho certeza de que sua gestão será extremamente profícua com a nossa colaboração.

Pergunto se alguém ainda quer usar da palavra. Se não, vamos encerrar, considerando que há outra Comissão que está nos chamando.

Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – Com a sua permissão, o Senador Lasier vai virar o Presidente – como é que se chama? – eventual oficial desta Casa. E não é por critério de idade, não. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Eu era apontado como o Senador mais velho. Agora, acabei de ser informado, há poucos instantes, que a Senadora Maria do Carmo é mais velha do que eu. (*Risos.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Deve haver outros, não é? Por aparência, deve haver outros mais velhos. (*Risos.*)

Sr. Presidente, meu caro companheiro, colega de partido, Acir, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária naturalmente tem a importância que tem para a Região Centro-Oeste do País, para a Região Sul do País, para a Região Sudeste do País, que são hoje os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

grandes celeiros em matéria de produção agrícola, mas ela é também muito importante para o Nordeste brasileiro.

Eu, pessoalmente, tenho uma afeição... O papai tinha como *hobby*... O papai era advogado, defensor público, professor universitário, mas ele tinha como *hobby* a pecuária. Eu não herdei dele esse gosto pela pecuária. Lá no Nordeste, a gente cria gado vacum, em criações extensivas e tal, com um rendimento que não permite concorrer com os níveis de produção principalmente do Norte e do Centro-Oeste brasileiros, mas eu sou pessoalmente muito vinculado à agricultura, eu gosto. Eu tenho um pequeno sítio de herança familiar, de cinco gerações, lá vizinho a Sobral, na Serra da Meruoca. E lá eu planto rosa-do-deserto, lá eu tenho hidroponia e cultivo alface, rúcula, tomate, morango. Eu gosto de inovações na agricultura, porque enxergo, neste caminho, a única forma de a gente superar a realidade que, diferentemente das Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste brasileiras, afeta o Nordeste.

No Nordeste, especificamente... Esse quadro é muito semelhante em todos os Estados, mas os números do Ceará estão muito vivos na minha lembrança e são o seguinte: 20%, ou seja, um de cada cinco cearenses tira o seu sustento do setor primário; repito, 20%, um em cada cinco cearenses tira a sua sobrevivência, a sua renda do setor primário! Quando a gente vai ver a coluna da geração das riquezas, no Estado do Ceará – diferentemente de Rondônia, em que, como V. Exa. colocou, 30% do PIB vem do setor primário e especificamente talvez até da agricultura; se se juntarem todo o setor primário, pecuário e outras coisas, talvez isso suba ainda mais –, no Ceará, são apenas 7%. Então, isso quer dizer que 20% das pessoas estão sobrevivendo muito precariamente por meio de 7% do PIB de um Estado que tem metade do PIB nacional *per capita*. O PIB *per capita* do Ceará é metade do PIB *per capita* brasileiro, que já não é essa coca-cola toda, não é? Então, isso é um grande desafio.

Eu passo a integrar esta Comissão e eu estou feliz por isso, mas a minha alegria maior é pela sua ascensão à Presidência desta Comissão. O PDT se orgulha muito de tê-lo como um dos nossos quadros mais vinculados a esse tema. E permita-me só pedir que, além dos três pontos que V. Exa. colocou... E eu convivi com isso muito de perto. No Ceará, acho que há 130 Municípios dos 184, com 100% das suas terras regularizadas. Nós fizemos uma parceria com o Governo Federal um para um: no que o Governo Federal colocava, nós colocávamos um; e, com isso, conseguimos universalizar a titularização de terras, a regularização fundiária, em 130 dos 184, que são os mais difíceis. Nos de região metropolitana, é mais fácil de ser feito, até porque o uso é menor.

Então, eu só ponderaria que se colocasse, além dos três temas citados, a questão da reforma agrária, que, no Brasil, realmente tem passado por um soluço de continuidade. E esse tema, ao contrário do que muitos colocam, não é um tema de esquerda, não, Senador Jayme. Isso não é um tema de esquerda, não. A reforma agrária foi feita nos Estados Unidos, foi feita na Inglaterra, foi feita na França. Isso, vamos dizer assim, é a sofisticação do capitalismo. Em vez de um produzir em parte de uma terra, vários vão produzir, gerar riquezas, se transformar em classe média, aumentar o consumo e, com isso, a economia vai crescer. O capitalismo inteligente deve pensar assim: quanto mais consumidores, quanto mais produtores, quanto mais renda, melhor. Então, a reforma agrária infelizmente ainda continua sendo uma pauta para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Cid.

Com certeza, esse tema da reforma agrária é da maior importância, tanto é que o nome da nossa Comissão é Agricultura e Reforma Agrária, que é uma necessidade para o nosso País.

Passo a palavra para o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu queria entrar já no concreto, na nossa pauta, parabenizando ao Acir, claro. Neste momento, acho que esta Comissão tão importante e estratégica para o nosso País está em boas mãos, e V. Exa. tem todo o nosso apoio aqui.

Concretamente, já em relação às cinco emendas a que nós temos direito, eu acho que a gente teria que estabelecer, por consenso aqui, que uma delas já fosse pela sua pauta principal, que é o negócio da regularização fundiária. Então, a gente já fortaleceria essa área.

Presidente, V. Exa. já pode nomear. Eu já consultei o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sim.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – V. Exa. pode nomear o Relator das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem, façamos isso.

Em homenagem à nossa Presidente que ora está nos deixando, nomeio a Senadora Thronicke como Relatadora das emendas para a nossa Comissão.

De fato, uma das cinco indicações é a regularização fundiária. Eu acho que nós devemos fazer isso de forma consensual. E, se alguém tiver outras ideias, nós poderíamos até encerrar essa discussão agora, mas talvez não por conta de algumas pessoas que estão remotamente ainda aguardando.

Passo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para fazer as suas colocações.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Presidente, primeiramente parabéns! Eu tenho certeza de que esta Comissão está agora em excelentes mãos.

Eu quero agradecer a toda a equipe desta Comissão, da CRA, uma equipe muito solícita, muito competente. E, com o máximo de servidores que V. Exa. puder aproveitar aqui nesta Comissão, o senhor vai estar muito bem servido. Na pessoa do Pedro, quero agradecer a todos vocês pelo carinho e, principalmente, pela competência. Cláudio e todos vocês me deram sempre segurança para trabalhar. Principalmente no momento em que eu estava começando, sem a mínima experiência, vocês me deram essa oportunidade. Muito obrigada. Obrigada mesmo, de coração!

É uma pena que o Senador Cid não ficou...

Mas eu quero também agradecer pela nomeação dessa relatoria muito importante – importante demais! –, Senador Paulo, e dizer que não há reforma agrária sem título. Não dá para considerar, nós temos que fazer o processo inteiro. Se se vai fazer um processo de reforma agrária, que se tenha que entregar o título para a pessoa; chega a ser desumano, é aviltante





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a pessoa, principalmente porque esses pequenos que ficaram assentados ali ficaram sem nenhuma condição de trabalhar – sem o seu título não podem sequer ter acesso ao Plano Safra. Então, eles ficam à margem de toda possibilidade de prosperar, que é o intuito da reforma agrária. Portanto, reforma agrária sem titularização não é reforma agrária. Precisamos, sim. Parabéns pela excelente ideia, Senador Paulo! E nós temos que nos concentrar nesse tão importante tema que é a titularização. Então, muito obrigada e desejo a V. Exa. todo sucesso e sabedoria.

Quero dizer que nós conseguimos, praticamente, trabalhar só um ano, porque nós não tivemos reuniões das Comissões, nem reuniões remotas tivemos, que não foram permitidas. Graças a Deus, a partir de agora, independentemente da situação de Covid, nós temos tempo, temos condições, temos equipe. Então, essas reuniões têm que acontecer, independentemente de isolamento social ou o que tiver de ser feito para solucionar o problema do Covid, principalmente porque, como o senhor disse, o agro é que salvou o Brasil neste momento. E esta é uma Comissão de extrema importância, justamente pelo seu poder econômico. Nós estamos vivendo dois problemas, duas crises sociais: uma sanitária e uma econômica. Então, está em suas mãos, Senador, agora tocar nossos trabalhos, e conte comigo como membro.

E os membros desta Comissão sempre foram maravilhosos: nunca tivemos nenhum problema, sempre muito rápidos na relatoria, e isso me orgulha bastante. Quero agradecer aos membros. O Senador Jayme era também aqui tirador de leite, presente sempre muito cedo. V. Exa., Sr. Senador Paulo, também, acho que a Comissão vai continuar com os mesmos membros.

Muito obrigada! Sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)

– Muito obrigado, Senadora Thronicke.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.)

– Quero parabenizá-lo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)

– Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – V. Exa. também já tem a experiência de ter sido Presidente desta Comissão.

E parabéns à Senadora Soraya, que terminou também o seu mandato como Presidente!

Todos nós sabemos dessa importância, tanto é que estamos aqui participando, escolhendo esta Comissão para participar. Hoje, sem dúvida nenhuma, o agronegócio – esta palavra "agronegócio", às vezes, é tida por alguns como pejorativa – é toda a cadeia, todo o complexo, desde o pequeno produtor de hortaliças, de pequenos animais, ou o grande produtor, enfim. E, com certeza, o Brasil tem dado exemplo na produção agropecuária, por ter uma agricultura e uma pecuária de ponta – aliás, uma produção da proteína animal também de ponta. Usando tecnologia e pesquisa, conseguimos dar exemplo para o mundo: mesmo agora, na pandemia, nós conseguimos aumentar a nossa produção, também aumentando índices de produtividade, principalmente no caso do Estado de Mato Grosso.

Aqui, há pouco, estavam também o Senador Dário Berger e o Senador Jayme, que, daqui a pouco, mais tarde, estarão assumindo a Presidência da Comissão de Infraestrutura – o Senador Dário como Presidente e o Senador Jayme como Vice-Presidente. E eu gostaria,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, de sugerir que a gente fizesse um trabalho conjunto das duas Comissões, porque o grande problema que nós temos hoje, principalmente no Centro-Oeste e na Região Norte, é exatamente a nossa logística.

Em Mato Grosso hoje estamos tendo problemas sérios na questão do escoamento da produção. Temos algumas BRs... A BR-158: está lá um atoleiro muito grande. Ontem eu conversei... Mais de 2 mil caminhões... Não chegou ao ponto de interrupção, mas leva a uma preocupação muito grande, assim como a BR-174, a 242. Há a questão da manutenção da 163 também, porque foi concessionada – ontem nós tivemos reunião no Ministério da Infraestrutura –, e a concessionária não está dando conta de fazer nem a manutenção e está cobrando o pedágio. Isso é uma situação muito mais complexa.

No Pará também, temos informações muito concretas de que a 163 também corre risco, inclusive de interrupção. Na chegada ao Porto de Miritituba, há 4 mil caminhões, e o Senador Fávaro, inclusive, se manifestou, na semana passada, indignado também com essa situação.

Ontem à noite, nós estivemos lá na FPA – o Ministro da Infraestrutura estava lá – e eu cobrava do Ministro exatamente isto: o Ministro conseguiu ter uma credibilidade muito grande, mas está na hora de exigir um pouco mais do Paulo Guedes, ou seja, que o Ministério da Economia libere recurso para que a gente possa ter pelo menos uma manutenção eficiente das nossas estradas. De que adianta o produtor fazer todo o seu esforço, como nós dizemos lá, muito eficiente da porteira para dentro se o Estado, da porteira para fora, não consegue fazer o seu, garantindo pelo menos condições de trafegabilidade das nossas estradas, já que o nosso País é um país rodoviário? Temos que investir em todos os modais, mas, sem dúvida nenhuma, pelo menos, manter o que temos.

Eu fui autor de uma PEC, a PEC nº 1 desta Legislatura, que é exatamente para fazer com que todos os recursos das concessões, 70% pelo menos, fruto das outorgas, sejam investidos na infraestrutura. Caso contrário, Presidente, daqui a pouco vamos vender e nós não vamos ter mais recurso para investir na nossa infraestrutura.

No mais, eu quero parabenizá-lo, já que é a primeira reunião, e desejar realmente muitas felicidades, mas principalmente muita energia para V. Exa. conduzir, neste momento ainda de pandemia, esta Comissão que é extremamente importante para saúde da população, porque a saúde da população tem a ver diretamente com alimento de qualidade, e esse é o papel do produtor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

De fato, nós temos que trabalhar sempre junto com a Comissão de Infraestrutura. Nós estamos ligados diretamente. Agora temos uma outra Comissão – e nós já conversamos com a Presidente – com a qual vamos trabalhar em consonância, Senador Jayme: é a Comissão de Relações Exteriores. Nós temos um produto de exportação; nós queremos ampliar a exportação; nós temos que ampliar a exportação não só de *commodities*, mas também ampliar a produção de produtos industrializados e vamos depender muito da CRE também. Já conversei com a Senadora Kátia Abreu, e ela se colocou junto conosco para que a gente possa fazer esse trabalho em conjunto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não é diferente com o Senador Dário Berger, que também tem um conhecimento amplo sobre a produção agrícola, sobre a infraestrutura e sobre a exportação dos nossos alimentos. Então, vamos fazer esse trabalho amplo.

Passo a palavra ao Senador Carlos Fávaro e, na sequência, ao Senador Jayme Campos.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, parabéns pela assunção ao cargo de Presidente desta Comissão tão relevante. E à Senadora Soraya também, como Vice-Presidente e Relatadora do Orçamento nesta Comissão.

Queria cumprimentar meus colegas Senador Jayme Campos e Wellington Fagundes, do meu Estado, que é, eminentemente, agropecuário, que tem a força da sua economia baseada nessa atividade sem sombra de dúvida.

Quero agradecer a indicação do Líder meu partido, Nelsinho Trad, que fez algumas indicações para que eu possa ser membro em especial desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente, esses dois temas que caminham atrelados.

Nós poderíamos dizer que o Brasil, em especial o Estado do Mato Grosso, é um grande produtor, um recordista de produção de alimentos, graças a grandes ativos que tem: gente vocacionada, terras propícias, tecnologia de última geração. Mas nada disso valeria se nós não tivéssemos clima favorável. Por isso essas duas Comissões, a de Meio Ambiente e a de Agricultura e Reforma Agrária, têm de andar atreladas, assim como as temáticas aqui sugeridas pelo Senador Wellington e pelo senhor, de relações exteriores e também de infraestrutura, que são os grandes gargalos.

Quero dizer que fico muito feliz com os temas propostos e que vão guiar os trabalhos desta Comissão, como, por exemplo, o da regularização fundiária.

Eu, por exemplo, cheguei a Mato Grosso quase 40 anos atrás em um assentamento de reforma agrária e sei exatamente o que significa a falta do título da terra. Ele é a carta de alforria para que aquele pequeno produtor possa ter direito e acesso a políticas públicas e ao mercado para que possa desenvolver a sua atividade com eficiência.

Fiquei muito feliz quando, na última segunda-feira, vi que o Senador Irajá protocolou um projeto de lei que trata especificamente da modernização da regularização fundiária neste País. Fruto da caducidade da Medida Provisória 910, ele construiu um projeto de lei que tive oportunidade de ler e que é muito relevante. Acho que esta Comissão poderia dar atenção especial para que isso se tornasse uma realidade, uma política pública eficiente. Assim também em relação à questão do meio ambiente, trata-se de nós desburocratizarmos o licenciamento, o que vai trazer mais competitividade à nossa agricultura. A infraestrutura é muito relevante, como já foi dito aqui; o mercado internacional está cada vez mais exigente e mais promissor para Mato Grosso.

Por isso estou feliz. Parabenizo-o. Que Deus o abençoe muito na condução dos nossos trabalhos! Estarei de pé e às ordens para ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, meu prezado amigo Senador Acir Gurgacz, estou muito feliz de estar participando, uma vez mais, da sua assunção ao cargo de Presidente desta Comissão de Agricultura e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reforma Agrária. Tive a primazia, no meu primeiro mandato, de também ser membro desta Comissão e, naturalmente, de ser liderado e presidido por V. Exa.

Da mesma forma quero cumprimentar a Senadora Soraya, que fez um trabalho exitoso. Infelizmente veio a pandemia, e não pudemos ter aqui as reuniões de forma presencial. Contudo, ela correspondeu, dentro daquilo que foi possível, às expectativas dos trabalhos que esta Comissão teria de promover.

Aqui foram relatados vários assuntos, mas eu tenho certeza absoluta de que V. Exa., com sua capacidade, com a sua experiência, sobretudo porque vem de um Estado agrícola... A sua economia está calcada em cima da terra, do homem do campo, e nós precisamos...

Com certeza, de forma muito ativa, esta Comissão tem um papel preponderante neste momento de crise, em que vamos ter uma nova ordem econômica no mundo – essa é a visão que eu tenho. Depois da pandemia, vamos ter uma nova ordem econômica no planeta, e nós precisamos ser muito competentes. Eu acho que o Governo brasileiro vai ter que ter uma visão de mundo globalizada, até porque a economia do Brasil hoje, sem sombra de dúvida, está sobrevivendo calcada no agronegócio. Nós estamos contribuindo com quase 30% ou 40% do PIB nacional. Fruto do quê? Do trabalhador, do empresariado, daquele cidadão que planta soja, que planta milho, que planta algodão, que cria o boi, que planta o feijão, etc., etc.

A nossa preocupação, como disse aqui, particularmente de Mato Grosso, é também a questão da reforma agrária, que é muito séria, muito grave. Há algumas centenas de assentamentos onde alguns estão vivendo abaixo da linha da miséria, por falta de infraestrutura, por falta de linha de crédito, alguns por falta de ter, naturalmente, o acesso ao seu título definitivo da terra, com isso impedidos de buscar financiamentos, linhas de créditos e assim por diante.

Eu tenho certeza absoluta de que, sob a Presidência de V. Exa., nós vamos poder colaborar muito com o nosso País, particularmente, como o senhor bem disse aqui, com essa possibilidade de termos algumas reuniões de forma conjunta com a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Agricultura, tendo em vista que uma coisa está muito ligada a outra, como bem disseram aqui o Senador Wellington, nosso colega, e o Senador Carlos Fávaro, do querido Mato Grosso.

Há problemas de estradas. Nós temos um transporte em Mato Grosso sendo calcado, quase na maioria absoluta dos casos, no transporte rodoviário. Nós temos que buscar o transporte intermodal não só para dar mais velocidade ao escoamento da nossa produção... Lamentavelmente, hoje estamos com alguns estrangulamentos no Estado. Isso é pernicioso, isso causa prejuízo, sem sombra de dúvida, ao produtor e à sociedade de uma maneira geral. Em pleno século XXI, ainda há uma estrada, como é o caso da BR-158 – no norte do Araguaia, que vai ser o novo celeiro da produção agrícola brasileira –, que tem dificuldades para fazer escoar a produção. Tocou-me o coração ver, no último domingo – saiu na segunda-feira no Jornal Nacional –, caminhões tendo que descarregar na base da enxada, com a soja toda azeda, já perdida! Quanto causa de prejuízo isso aí? Então, algo tem que ser feito!

Com todo respeito, nós da Bancada Federal de Mato Grosso estamos tentando pedir uma audiência com o Ministro Tarcísio para os próximos dias – não é, Wellington? –, junto com o coordenador da nossa bancada, que é o Deputado Leonardo, para que algo seja feito.

É preciso que sejam tomadas algumas providências, como facilitar a questão da ferrovia. Nós temos uma ferrovia lá que está aguardando apenas autorização, que é a Ferronorte, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demandava Rondonópolis, passando por Cuiabá indo até Lucas. É apenas uma autorização! A parte mais difícil era a prorrogação da concessão da Malha Paulista, e toda a bancada federal em conjunto fizemos um trabalho, sem falsa modéstia, muito competente junto ao Tribunal de Contas da União para que essa prorrogação fosse dada por mais 30 anos, com isso permitindo que esse investimento privado fosse feito no nosso Estado. Lamentavelmente, estamos tendo muitas dificuldades. Confesso ao senhor que, muitas vezes, fico até indignado diante da falta de boa vontade de alguns órgãos do Governo Federal! Eu acho que também nós temos que ter o envolvimento desta Comissão e da própria Comissão de Infraestrutura de forma direta junto ao Ministério dos Transportes, para que facilitem as coisas, para que, mesmo não sendo dinheiro público, sendo dinheiro privado, as coisas fluam. Dinheiro público, lamentavelmente, ilustres Senadores Wellington e Carlos Fávaro, caro amigo... Para vocês terem noção: na BR-158, há zero – não é isso, Wellington? – no Orçamento da União para 2021! Na BR-242: zero de investimento!

Eu pergunto: como é que nós vamos asfaltar essa rodovia, melhorá-la? O povo, na verdade, não quer mais conversa de bêbado para delegado: muita promessa e poucas ações. Nós temos que ser resolutivos, pragmáticos aqui, porque a sociedade quer uma resposta realmente proativa, não da forma como está. De que adianta o Mato Grosso ser aquele Estado competente na sua produção, com uma produção sustentável, mas com pouco ou quase nada de retorno? É um dos Estados que paga mais Fethab no Brasil, quer dizer, os impostos, os tributos, pesam também, é uma carga tributária pesadíssima no bolso do produtor rural.

Vou só dar um exemplo aqui: por uma cabeça de um boi, de uma vaca, sabe quanto ele paga? Cinquenta e quatro ponto trinta e cinco reais de Fethab. Em contrapartida, sobre esse dinheiro, eu imagino, Senadores – com todo o respeito, não estou aqui fazendo nenhuma crítica que não seja democrática –, o Governo do Estado também tinha a obrigação de desembolsar alguma coisa também na BR-158, na 174, porque lá também se pagam impostos, paga-se ICMS, paga-se Fethab. Deveria ser feita uma parceria, tendo em vista a dificuldade de recursos da União com o Governo do Estado. Tinha que participar, eu acho que tinha que participar, porque com isso nós minimizamos o sofrimento, não só dos caminhoneiros, mas também do produtor, que fica agoniado sem saber se a sua mercadoria vai chegar ao destino final e não vai se perder no meio da estrada.

Nós temos que ter essa visão, mas tenho certeza absoluta de que, sob a liderança de V. Exa., Senador Acir Gurgacz, esta Comissão, nestes anos de 2021 e 2022, vai aqui colher bons frutos, até porque V. Exa. sabe do nosso compromisso de buscarmos efetivamente um País com mais oportunidade e com mais justiça social. E a agricultura, o homem do campo, enfim, tem contribuído e quer também justiça social para o homem da cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Tenho certeza de que, com a sua ascendência na Comissão de Infraestrutura, vai nos ajudar, e muito, a avançar nas questões de infraestrutura também no nosso País.

Nós colocamos à disposição da Comissão, nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, um espaço, Senador Wellington, Senador Jayme – lembram-se? –, que era um ciclo de palestras e debates, todas as sextas-feiras à tarde, para fazermos aqui em Brasília, no Senado, ou nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados, para debatermos as questões locais, as questões nacionais de interesse de cada Estado, de cada Senador, de cada Senadora, para que a gente pudesse debater.

Então, eu coloco para a gente votar um requerimento, como um primeiro requerimento, a criação deste espaço novamente, ciclo de palestras e debates nos anos de 2021 e 2022, às sextas-feiras à tarde. Não obrigatoriamente terá que acontecer, mas fica esse espaço para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o nosso espaço novamente para que a gente possa debater esse tema que é importante para toda a agricultura, principalmente a agricultura familiar, Senador Carlos Fávaro, porque as pessoas no Brasil entendem que o agronegócio é feito só da agricultura em grande escala. Enganam-se essas pessoas. A maioria da produção de alimentos que vai à mesa da população brasileira vem da agricultura familiar. Então, nós temos vários temas para debater, e V. Exa. coloca muito bem: junto com a CMA. A Comissão de Meio Ambiente é de fundamental importância para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Uma coisa que nós sempre colocamos: não somos concorrentes, estamos juntos, unidos, aliados, a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente, uma depende da outra. Não há como fazer agricultura sustentável sem cuidar do meio ambiente e não dá para cuidar do meio ambiente sem pensar na agricultura.

Então, muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras pela presença e pelo apoio.

Nada mais a declarar, está encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N^o 7.

Às quinze horas e vinte e três minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior, que é aprovada. Esta Reunião destina-se à deliberação das Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Orçamento da União – Emendas ao PLOA 2021. Passa-se à Pauta. Emendas ao PLOA 2021 – Projeto de Lei Orçamentária para 2021 (PL 28/2020-CN). Relatoria das Emendas da CRA: Senadora Soraya Thronicke. O Senhor Presidente comunica terem sido apresentadas 47 (quarenta e sete) Propostas de Emenda, sendo 46 (quarenta e seis) de Apropriação e 1 (uma) de Texto. O Senhor Presidente concede a palavra a Senhora Relatora, Senadora Soraya Thronicke, para leitura do Relatório que conclui pela apresentação de 5 Emendas, sendo 4 (quatro) Emendas de Apropriação e 1 (uma) Emenda de Texto. Lido o Relatório e encerrada a discussão, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova a apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das seguintes Emendas: 1-CRA - 20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária – Valor: R\$ 120.000.000,00; 2-CRA - 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário – Valor: R\$ 250.000.000,00; 3-CRA - 210V - Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais – Nacional – Valor: R\$ 100.000.000,00; 4-CRA - 211C - Reforma Agrária e Regularização Fundiária – Valor: R\$ 450.000.000,00; 5-CRA – Emenda de Texto – Aditiva – Referência: Anexo V, Cap II, Seção 1, Subseção 1, Alínea 1, Item 1 – Texto Proposto: Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteiras - Plano de Carreira dos Cargos de Atividade Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF (lei nº 13.324, de 2016). O Senhor Presidente submete aos membros da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, a PLOA 2021, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram recebidas 46 emendas ou propostas de emendas de apropriação, acréscimo e inclusão de dispensa e uma de texto, de iniciativa de Senadores membros desta Comissão.

Lembro que a nossa votação será simbólica.

E nesse instante concedo a palavra à nobre Relatora Senadora Soraya Thronicke para proferir o seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, nobres colegas, servidores e todos que assistem a nós, é um prazer estar aqui. Quero agradecer primeiramente a honra de relatar esse orçamento e aproveitar para parabenizá-lo, Sr. Presidente, pelo seu aniversário nesta semana. Que Deus o abençoe e o abençoe também aqui na condução dos trabalhos desta Comissão tão importante, que é a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Antes de adentrar o tema, eu gostaria de agradecer ao Xico Graziano, ao Décio Luiz Gazzoni e à Maria Thereza Pedroso pelo livro *Agricultura, Fatos & Mitos: Fundamentos para um debate racional sobre o agro brasileiro*.

Xico, muito obrigada. Eu já comecei a leitura. Confesso que é uma leitura muito fácil, muito tranquila a que eu vou me dedicar. Nesse fim de semana eu vou terminar esse livro. É uma excelente obra e que eu recomendo a todos que querem realmente entender o agro brasileiro e conseguir





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

debater. Hoje em dia, em que todos têm as redes sociais e têm condição de debater todos os temas, aqui está um livro muito simples e que traz a mensagem verdadeira sobre o agro brasileiro.

Passando agora à relatoria.

Fui incumbida da responsabilidade de relatar as emendas ao orçamento desta Comissão. Trabalhei junto com a equipe e o consultor Nilton no sentido de fazer o melhor para que conseguíssemos agregar a maior parte de emendas do nosso Colegiado, dentro do possível. Agradeço ao consultor Nilton justamente porque conseguimos chegar a um ótimo ponto de equilíbrio e prestigiamos a maioria, se não a totalidade dos Senadores que nos encaminharam as emendas tempestivamente.

Passo, portanto, à leitura do relatório.

Nos termos do art.166 da Constituição Federal e de acordo com as regras da Resolução nº1/2006 do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 - PLOA 2021).

De acordo com o art. 43 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, com redação dada pela Resolução nº 3, de 2015, as Comissões Permanentes do Congresso Nacional e de suas Casas poderão apresentar emendas aos projetos de leis orçamentárias anuais, no âmbito de suas competências regimentais.

Ademais, o art. 44, §1º, da referida resolução, indica que cada Comissão poderá apresentar até 8 (oito) emendas, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento. Importante ressaltar que tais emendas devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Quanto às emendas ao texto do projeto, não há limites quantitativos estabelecidos, mas o caráter institucional deve ser observado.

Na primeira reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO, em 12 de fevereiro de 2021, foi aprovada a aplicação imediata da Instrução Normativa nº 1, de 2021, que, em seu art. 2º, determina que seja observada, na apreciação do projeto de lei orçamentária para 2021 e das respectivas emendas, a legislação aplicável, inclusive as normas contidas no Relatório do Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas – CAE, aprovado na Reunião Ordinária de 8 de outubro de 2019.

As disposições do referido relatório devem ser aplicadas, sob risco de as emendas apresentadas não terem seu mérito analisado por vício de admissão. Em especial, cabe destaque ao item do relatório que associa o caráter institucional das emendas à compatibilidade da ação proposta com as





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

competências regimentais da Comissão permanente. Outro requisito destacado é de que as indicações apresentem interesse nacional.

Em 20 de fevereiro de 2021, a CAE expediu documento com as principais diretrizes e orientações para a elaboração de emendas recomendando, em razão da exiguidade dos prazos e a dificuldade de ajustes após a entrega, que seja feita uma análise prévia da compatibilidade técnica e jurídica das emendas coletivas, antes de sua deliberação e envio à CMO.

No prazo fixado por este Colegiado, foram apresentadas no sistema Lexor, para esta Comissão, 47 (quarenta e sete) propostas de emendas, sendo 46 de apropriação e uma de texto.

É o relatório.

Passo agora para a análise.

No intuito de aprimorar as políticas públicas no segmento agropecuário, as Senadoras e Senadores, membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, apresentaram 46 propostas de emendas de apropriação. Em face das restrições normativas quanto ao número de emendas, esta relatoria procedeu à análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Importa consignar que as indicações atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manterem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos, inclusive aquelas proposições destinadas a programações que não são do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como as que abrangem temas como irrigação e distribuição de alimentos.

Elencamos na tabela abaixo as ações mais sugeridas para serem propostas como emendas da CRA. As informações constantes da tabela ratificam a relevância das sugestões dos Senadores e das Senadoras voltadas para o fomento às políticas agropecuárias, incentivo às pesquisas e tecnologia no campo, fortalecimento da comercialização e da agricultura familiar, entre outros.

Aqui temos, na Tabela um, as ações mais indicadas. Está na Tabela 1. A descrição envolve:

- Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária, foram sete sugestões;
- Fomento ao setor agropecuário, cinco sugestões;
- Promoção e fortalecimento da comercialização e acesso aos mercados, aqui o código da ação é 21B9, foram cinco também;
- Promoção e fortalecimento da estruturação produtiva da agricultura familiar, pequenos e médios produtores rurais, o código da ação 210V, foram cinco sugestões;





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Reforma agrária e regularização fundiária, 211C é o código da ação, e o número de sugestões quatro;

- Consolidação de assentamentos rurais, 211A e quatro sugestões.

Outras sugestões, na quantidade de dezenas.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a já citada restrição quantitativa, levamos em consideração neste parecer as programações orçamentárias com maior número de indicações dos Parlamentares. Assim, prestigiamos as intervenções de políticas públicas apresentadas com maior frequência pelos membros da CRA, todas verdadeiramente alinhadas às competências desta Comissão. Em relação à proposta referente à ação 211C, optamos por ela em lugar da 21B9, pois além do alcance social que representa a ação 21B9 pode ter seus objetivos também contemplados na ação 210V. Essa ação, de certa forma, também contempla os Senadores que indicaram a ação 211A, pois ela também contempla toda a questão de regularização fundiária, de suma importância para o nosso País.

Há também emenda de texto proposta pelo senador Acir Gurgacz que visa possibilitar o pagamento de indenização a servidores em exercício, em localidades de fronteiras, plano de carreira dos cargos de atividades técnicas e auxiliares de fiscalização federal agropecuária da Lei nº 13.324, de 2016.

Voto.

Em face do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação indicadas na Tabela 2 e da emenda de texto na Tabela 3, devendo a Secretaria da Comissão proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à CMO.

Ficaram assim estabelecidas pela Tabela 2 – Emendas às Despesas – Apropriação.

Acho que os senhores têm aí, no relatório que já receberam, basta acompanhar, porque a leitura fica de difícil compreensão, mas no texto, com a aquiescência do consultor Nilton... O.k., consultor?

O relatório também está publicado na pauta.

Bom, este é o voto, Sr. Presidente.

E acredito que dessa forma tenhamos abarcado as proposições de absolutamente todos os Senadores.

Muito obrigada.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Senadora Soraya Thronicke, pelo seu empenho em relatar e atender a praticamente todos os Senadores que colocaram as suas emendas.

Emendas importantes, como emendas para a Embrapa, emendas para o fomento do setor agropecuário, a promoção e o fortalecimento da estrutura produtiva agrícola familiar, pequenos e médios produtores rurais e reforma agrária e regularização fundiária, que é uma emenda para o Incra, inclusive uma emenda bastante robusta, no valor de R\$450 milhões.

Então, meus cumprimentos pela relatoria. Entendo que é um trabalho importante que V. Exa. faz, juntamente com todos os membros desta Comissão. Agradeço também a todos os nossos pares, que possibilitaram nós estarmos hoje podendo discutir e votar também.

Neste momento, declaro aberta a discussão. Se algum Senador ou Senadora quiser usar da palavra para discutir, a palavra está aberta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório pela aprovação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao PLOA 2021.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer com as emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao PLOA 2021.

Emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de dar sequência, passo a palavra ao Senador Esperidião Amin e, na sequência, ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, é Paulo Rocha.

Senador, eu acho que houve um erro aí da assessoria. Eu me inscrevi duas vezes, pedi a palavra antes e depois de abrir a discussão. O senhor pode verificar aí com a Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – De fato, faltou uma comunicação, mas a gente lhe assegura a palavra para que o senhor possa fazer as suas colocações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Longe de mim, mas eu tenho que registrar aqui o seguinte. De todas as emendas que a nossa querida





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatora aprovou e eu subscrevo no mérito o seu relatório, parabenizo V. Exa., parabenizo a minha querida Senadora Soraya, eu fico triste por não poder argumentar mais em favor da Embrapa.

Se há uma estatal brasileira que vale a pena ser prestigiada, e eu prestigio muito, a mais importante de todas é, em termos de contributo para o País, a que produz e tem o maior retorno é a Embrapa.

Não vou falar do Cerrado, não, viu, Jorge Kajuru? O Cerrado só existe como força econômica, agrícola, agropecuária, graças à Embrapa. No resto, nós estaríamos colhendo pequi até hoje. E o pequi faria muito mal a você, Kajuru, porque dá problema na língua. Eu já tive, eu já enfiei umas vinte agulhas de pequi aqui na língua, foi uma tragédia. Agora, imagina o Kajuru ficar com problema de falar, porque ele está com aquelas barbatanas de pequi.

Mas vou falar do meu Estado, Wellington. É graças à Embrapa que nós temos o suíno tipo carne. O suíno tipo carne foi desenvolvido pela Embrapa de Concórdia.

Então eu subscrevi uma emenda de 100 milhões, mais outros 16 Senadores subscreveram.

Então, se eu pudesse fazer um pedido para a Senadora Soraya, para que seu relatório ficasse melhor ainda, eu pediria o seguinte: tira 1 milhão de cada um dos outros, 10 milhões, e bota na Embrapa. Ou acrescenta 10, 20, 30 milhões à Embrapa, que serão muito bem investidos e terão o melhor retorno dentre todas as aplicações do setor agropecuário.

Eu consegui, com o apoio do Elmano Férrer, que tem 50 anos de experiência em pesquisa agropecuária, uma audiência pública, aprovada pela Comissão de Agricultura, no ano passado, Senador Acir. Só não foi realizada por causa da pandemia. Exatamente com o objetivo de valorizar a Embrapa.

E eu que sou um fã ardoroso da nossa Ministra Tereza Cristina, fã mesmo, acho que ela está, com discrição, fazendo um trabalho que nos orgulha como brasileiros, eu sei que ela sabe que falta dinheiro para pesquisa agropecuária. E falta valorização do profissional que está lá.

E repito: nenhuma outra atividade pode trazer tanto retorno por real investido quanto aplicar na Embrapa.

Então eu aplaudo, aprovo, mas eu tinha pedido a palavra há tempos, para pedir para a Senadora Soraya: bota um dinheirinho a mais, nem que seja 1 milhão a mais, 10 ou 20, para a Embrapa. Nós todos vamos nos agradecer se isso for possível.

Agora, quero lembrar: eu pedi a palavra antes. Pedi a palavra antes, pedi a palavra antes de abrir a discussão e quando foi aberta a discussão. O erro não foi meu. O pedido fica no ar.

Eu, de qualquer maneira, voto com o relatório, sem dúvida alguma.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Agradeço a sua colocação, Senador Amin. De fato, o erro foi técnico, tecnológico aqui.

Mas, em tempo ainda, eu lhe passo que a Emenda nº 1 é exatamente para a Embrapa, no valor de R\$120 milhões, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária, valor de R\$120 milhões. V. Exa., pelo que eu entendi, está contemplado.

Passo a palavra para a nobre Relatora, para confirmar ou não o que eu estou entendendo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para esclarecer ao Senador Esperidião Amin, o valor dessa ação aqui da Embrapa é de R\$4,5 milhões. (*Pausa.*)

Pela ordem, Sr. Presidente, para esclarecer ao Senador Esperidião Amin, o orçamento dessa ação é de R\$4,5 milhões. Nós estamos colocando R\$120 milhões – R\$120 milhões. E foi conversado com a Cíntia da Embrapa, contempla a ação deles. Então, foi conversado antes. Mas está prestigiado. Eu quero saber se ... Foi a Embrapa... E temos questões importantes também, como essa questão da regularização fundiária, que precisa de muito aporte. Então, nós contemplamos essa ação da Embrapa bem além do que eles mesmos imaginavam. Foi essa questão. E se formos dividir o que resta pelos membros da Comissão, vai dar quanto? (*Pausa.*)

Se conseguirmos os R\$120 milhões, nós já podemos fazer uma grande festa, erguer as mãos para o céu, porque se colocarmos mais... (*Pausa.*)

Se dividirmos os R\$120 milhões pelos 16 membros, vai dar R\$7,5 milhões, R\$7,5 milhões, que é muito mais do que o valor dessa ação. Se conseguirmos R\$50 milhões, eu acho que seria assim motivo de muita alegria. Infelizmente, não é... O que a gente pretende é sempre conseguir mais. Eu sei do valor da Embrapa, tanto que foi o nº1 aqui a contemplada.

Vou passar o nome dos contemplados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Fique à vontade, Senadora.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Contemplado aqui foram os Senadores, nessa Ação 20Y6, Senador Acir Gurgacz, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Irajá, Esperidião Amin, Wellington Fagundes e Lasier Martins.

Na Ação 20ZV, Chico Rodrigues, Irajá, Wellington Fagundes, Luiz do Carmo e Zequinha Marinho.

Na Ação 210V, Senadora Soraya Thronicke e Senador Acir Gurgacz.

Na ação 211C, sobre regularização fundiária, englobou também a 210A e contemplou os Senadores Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Irajá e Eduardo Braga. Nós conseguimos abraçar o pleito de todos os Senadores. (*Pausa*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu creio que o Senador Roberto Rocha também está contemplado nessa Emenda nº 4, Senadora Thronicke, com relação ao Incra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, ele está. Roberto Rocha está, sim.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, peço a palavra. Não estou ouvindo nada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Estamos te ouvindo.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. *Por videoconferência.*) – Está ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Estamos ouvindo. Positivo.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Muito bem. O.k.

Eu quero agradecer aí. Ouvi aqui a posição do Senador Esperidião. Eu quero reafirmar o que eu tenho dito sempre em relação à Embrapa. A Embrapa é certamente a empresa pública mais importante do Brasil e está presente em vários outros países inclusive. A Embrapa é a responsável pelo sucesso do agronegócio no Brasil e, particularmente no meu Estado, o Maranhão, que é um Estado muito rico, mas de uma população muito pobre, a Embrapa tem uma presença importantíssima.

Então, eu quero saudar esta Comissão e a Relatora Senadora Soraya pela sensibilidade, saudar aqui o Presidente Acir Gurgacz e saudar o Senador Esperidião por esse reforço à Embrapa. Mas eu quero também fazer um pedido. Eu apresentei uma emenda que não foi acatada no relatório que trata de recursos para o Incra. Eu quero apenas falar um pouco do Incra.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Incra é muito importante para todo o Brasil, mas ele é mais importante, óbvio, para o Brasil da metade para cima, que é o Brasil que tem mais vazios demográficos e mais problemas. Eu quero dizer que o maior Incra do Brasil é inclusive o meu Brasil, que é o Maranhão: de 1 milhão de assentados, há 120 no Maranhão. Claro que essa discussão aqui não é emenda para o Estado – é óbvio –, é emenda para o Brasil. Já que não foi acatada a emenda de apropriação, eu queria pedir para, pelo menos, acatar uma emenda de remanejamento; ou seja, não vai alterar o que está em discussão de valores na Comissão, apenas converter a minha emenda de apropriação em emenda de remanejamento.

Então, eu estou há poucos minutos dando entrada aí, porque está sendo feita neste momento, porque eu tenho que identificar de onde vai tirar, de onde vai cancelar para remanejar para o Incra. Eu quero pedir para a Relatora que, se possível, com a Comissão possa acatar essa emenda de remanejamento. Repito: não há nenhuma aí até agora de remanejamento, todas são de apropriação, e essa de remanejamento em poucos minutos estará sendo exportada para a Comissão. É o relator setorial que definirá valores e definirá a possibilidade em relação a essa emenda também de remanejamento. Portanto, era isso que eu queria colocar para a Comissão de Agricultura, Sr. Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – Em relação ao Senador Roberto Rocha, o Governo Federal pediu que não acatassemos emendas de remanejamento, principalmente porque ele já está adiantando que não vai poder cumprir. O cobertor está curto, é um momento muito difícil, e eu acho até que é importante deixar claras, por parte do Governo Federal, as regras do jogo. Ele não vai conseguir cumprir. Então é fazer algo como chover no molhado ou nos trazer uma expectativa que não vai ser cumprida.

Senador, eu entendo o problema, o Incra foi contemplado, e eu acredito que um trabalho bem feito junto ao Incra, agora com esse recurso, pode fazer com que eles deem essa atenção especial para as ações que o senhor está pedindo, mas o Governo Federal nos pediu para não acolher essas emendas de remanejamento justamente por isto: estamos passando por uma crise sem precedentes e ele não vai ter condições de cumprir. O cobertor, infelizmente, está curto.

Mas eu me coloco, como Governo, como governista que sou, à disposição de V. Exa. para que consigamos juntos pleitear com o Governo Federal, para que contemple o seu Estado e consiga colocar todo esse recurso nas ações que a gente conseguir levantar junto às prioridades em relação à regularização fundiária.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Para discutir. Por videoconferência.) – Sr. Presidente...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pois não.

Senador Roberto Rocha, nesta emenda que foi acatada pela relatora, para a regularização fundiária, no valor de R\$450 milhões, nós não podemos incluir aí a sua emenda? Não está incluída a sua emenda também?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. *Por videoconferência.*) – Não, não está. A emenda que foi acatada, a rubrica que foi acatada é de reforma agrária e regularização fundiária. Essa é uma ação do Incra.

O que nós estamos propondo é organização da estrutura fundiária. São questões distintas. Compreendo a dificuldade da Relatora. Eu não quero alterar em nada o que já foi atendido em relação aos companheiros. Eu só quero alertar que eu também sou da base do Governo e também conheço as dificuldades. Agora, essa discussão de mérito é do sub-relator do Orçamento, não é da Comissão. A Comissão está propondo e a gente está propondo um remanejamento. Eu vou tratar, junto ao sub-relator, na Comissão de Orçamento, e junto ao Relator, porque eu já venho conversando, para que a gente possa colocar recursos para essa função, seja o valor que for. Isto aqui não é impositivo. Então, a gente pede que a comissão aprove apenas a possibilidade de a gente trabalhar na Comissão, trabalhar junto ao Relator setorial e junto ao Relator geral do Orçamento.

É fundamental que a Comissão não deixe essa possibilidade morrer no nascedouro. Ela até pode ser aprovada ou não na sub-relatoria, ela até pode ser aprovada ou não lá na relatoria e ela pode até ser não executada – isso vai depender, claro, da execução orçamentária, do Executivo –, mas a gente não pode aqui, na primeira mão, simplesmente deixar de fora uma ação que considero muito importante porque é da organização, repito, da estrutura fundiária. E nós queremos dizer que essa emenda de remanejamento já está no sistema. Eu já consegui, em tempo recorde, fazer essa emenda, identificar os cancelamentos. E ela era de R\$300 milhões, baixou para R\$70 milhões, para atender todo o País.

E lá na Subcomissão, na relatoria setorial, a gente vai discutir o mérito. Se vai ser possível atender R\$70 milhões, R\$10 milhões, R\$15 milhões ou nada. Naquele momento é que a gente vai tratar dessa questão de mérito em relação aos valores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem. Vamos ouvir os demais Senadores, enquanto nós verificamos a legalidade de nós abrirmos um prazo que já foi encerrado.

Passo a palavra agora ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Para discutir. Por videoconferência.*) – Presidente, primeiro quero chamar a atenção aí dos companheiros técnicos, nossos técnicos que estão processando aí esse instrumento chamado instrumento técnico na nossa... Eu sei que





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é um exercício que nós estamos começando com a nossa experiência nas Comissões, mas tem que ter atenção aí, porque você não pode prejudicar o debate político.

Agora mesmo, me travaram até no meu vídeo. Impediram até de eu estar aparecendo mais ao vivo do que no vídeo. Então, tem que ter cuidado, até porque foi exatamente o início do pedido do nosso Senador Esperidião Amin, que acabou exigindo aí a inscrição. E eu estava percebendo daqui, tentando ajudar, mas processou isso.

Então, tem que ter um pouco de cuidado. Sei que a gente está iniciando esse processo, mas é fundamental ter essa preocupação também da questão técnica aí, para não prejudicar o debate.

Eu queria fazer minhas as palavras do Senador Esperidião Amin em relação à Embrapa, que eu sei que também é um sentimento de todos. O que o Senador Esperidião Amin está colocando não é reclamando que não está a Embrapa e tal. É que se pudesse, e é esse o apelo para a Relatora, ampliar um pouquinho mais, porque todo e qualquer orçamento que colocar na Embrapa é pouco. E aí a divisão não é por Parlamentar, a divisão é por Estado. O orçamento é de toda a Embrapa porque ela é nacional.

Então, ela tem um valor muito importante em todas as regiões. E não é só para o agronegócio, a partir da grande produção. Ela passou a ter importância também para o pequeno – principalmente nas nossas regiões, onde o pequeno tem força –, para a agricultura familiar e inclusive para produções nativas, como no caso da minha região, com a questão do açaí. O açaí era uma produção familiar, mas foi com a contribuição das pesquisas da Embrapa que passou a ser uma grande produção. Hoje está ocupando na economia do nosso País e inclusive internacionalmente...

Então, pelo que eu entendi e que eu também reforço, o Senador Esperidião Amin estava... Qualquer dinheirinho a mais que se coloque na Embrapa é fundamental.

Por outro lado, aí eu me dirijo diretamente à Relatora: Senadora, já passamos até a ser amigos, vizinhos.

Inclusive, ao falar em vizinhança, vamos cobrar aqui do nosso vizinho Presidente o festejo do seu aniversário, com aquele churrasco que ele sempre faz aqui embaixo. O Roberto Rocha também já participa desse aqui embaixo. Está devendo aqui para os seus vizinhos – viu, Presidente? – a questão do churrasco, da festa do seu aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Quarta-feira teremos um costelão. (*Risos.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Então é o seguinte, Relatora: o pedido do companheiro Senador Roberto Rocha, meu vizinho ali do Maranhão, é que nós aproveitemos todo e qualquer espaço, na possibilidade de o Parlamento ingerir no orçamento. E nós temos esse mesmo entendimento, temos todo o entendimento





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de que está difícil, o País com seus problemas, ainda mais agravados pela questão da pandemia, e esse negócio de o cobertor estar pequeno etc., mas os pedidos ou mesmo essa premência que o Executivo tem não podem tolher as iniciativas parlamentares para poder, a partir desse cobertor curto, atender a todos os setores, não é?

E nós já estamos tolhidos, o Parlamento brasileiro, em tratar da questão do orçamento público para todo o País, porque nós temos condições mínimas de só remanejar ou de mexer 8%, no máximo 8%, que eu acho que é isso que a gente pode buscar.

Então, é nesse sentido o esforço de cada Parlamentar, de cada Senador, para poder, digamos assim, atender num orçamento, por mais curto que seja, todos os setores e todas as regiões deste Brasil imenso, com toda a sua diversificação e dificuldades de desenvolver este País tão imenso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

De fato, tudo que nós pudermos investir na Embrapa ainda será pouco diante da necessidade que nós temos de ciência, tecnologia e desenvolvimento da nossa pecuária, da nossa produção agrícola, enfim, de tanto trabalho que tem a Embrapa para fazer.

Passo a palavra agora ao Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Senador Wellington com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a nossa Relatora. E gostaria até de fazer uma sugestão, Presidente: que, nessas emendas desaprovadas, ela tivesse então o nome de todos os Parlamentares da Comissão, porque aí eu acho que todos poderão trabalhar, inclusive nos seus Estados, mostrando que todos nós temos o mesmo objetivo. Claro que se a gente pudesse fazer outras tantas emendas melhor seria.

Em relação à reivindicação do Senador Paulo Rocha, eu também gostaria de votar favoravelmente. Entendo que se a gente puder colocar uma ação, uma inserção... Vamos discutir depois, na Comissão de Orçamento. Cada um tem lá o seu trabalho. O Senador Roberto Rocha... Vamos corrigir aqui, Roberto Rocha. O Senador Roberto Rocha é um líder que conhece bem a área de orçamento e pode, inclusive, nos ajudar a aprovar as nossas emendas depois, na Comissão de Orçamento. Eu estou como Líder do meu partido também na Comissão de Orçamento e vou lutar para que a nossa aprovação, na Comissão, se torne realidade também lá na Comissão Mista de Orçamento.

Mas eu quero aqui também deixar uma reclamação, Sr. Presidente, porque realmente eu fiquei esperando, ontem, até meia-noite, o convite para o churrasco, e isso acabou não acontecendo. (*Risos.*)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. está nos devendo, está nos devendo. Mas eu quero parabenizá-lo, desejar-lhe muitas felicidades, bons anos de vida, com muita saúde e com toda a sua família. E, claro, sob a sua Presidência, nós vamos ter muito trabalho este ano, inclusive, o orçamento, difícil, eu sei, porque os recursos são poucos para a necessidade do Brasil. Ontem mesmo, nós falávamos na Comissão de Infraestrutura que os recursos para a manutenção das nossas estradas, para a construção estão muito aquém da necessidade do Brasil.

E falar em agropecuária, que hoje é o carro-chefe do Brasil... Se o Brasil tem hoje uma balança comercial positiva é exatamente dado ao trabalho do produtor rural. Mas sem infraestrutura, sem estradas nós não vamos ter produção ou vamos dificultar a nossa produção e também a saúde e a educação.

Então, eu quero aqui parabenizar o trabalho da Senadora Soraya, porque procurou atender a todos. E fica a minha sugestão.

Termino agradecendo a todos. Vamos continuar acompanhando a nossa reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Obrigado, Senador Wellington.

Passo a palavra para que a Senadora, nossa Relatora, Soraya Thronicke, possa fazer, em definitivo, a conclusão do seu relatório, embora já tenhamos votado. Mas para que ela fale sobre as colocações feitas pelo Senador Roberto Rocha, Paulo Rocha e também Senador Esperidião Amin e Senador Wellington Fagundes.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Estou pedindo a palavra antes da Relatora se pronunciar, um minuto apenas, Senadora Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pois não, Senador Roberto Rocha, claro, por gentileza.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom, eu quero me corrigir aqui de uma gafe. Eu cumprimentei o nobre Presidente e amigo, Acir Gurgacz, no meu privado, WhatsApp privado. Mas eu quero também fazê-lo aqui, diante dos companheiros. Trata-se de um querido amigo, um companheiro que para mim é muito caro. E também reclamar, como os outros o fizeram, da falta do nosso costelão do Acir. Nós estamos aqui aguardando, não é, Paulo, Wellington, o costelão? Enquanto não vem o costelão da tributária, que eu espero que a gente possa ter ainda nesse semestre, pelo menos no que diz respeito à colega de vocês aqui, a gente





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

está trabalhando muito para poder ter uma reforma tributária neste País. Vamos ter o costelão do Acir, o costelão da agricultura

Agora, minha querida Soraya, essa sugestão que estou fazendo, esse pedido não altera em nada o valor que já está aí em discussão na Comissão. Não é de apropriação, é de remanejamento. Caiu de 300 para R\$70 milhões.

Esse recurso é muito mais para titularização de terras. Não adianta a gente dar a terra se o caboclo, o pobre não tiver o título, como também não adianta dar o título se não estiver registrado em cartório.

Esse valor é para isso. Nós temos a possibilidade de dar dezenas de milhares de títulos de terras neste ano e no próximo, mas tem que haver dinheiro para isso para poder emancipar o trabalhador. Ele tem que ser proprietário, exercer o direito de propriedade.

Essa emenda é para isso e, repito, não altera, em nada, aquilo que já foi aprovado. Eu cumprimento a proposta do Senador Wellington, tem que ter o nome de cada Senador, inclusive nessa, que é a proposta do Senador Roberto Rocha. Tem que ter o nome de todos.

Muito obrigado.

Eu espero a acolhida da Senadora Soraya, porque temos só a ganhar. E vamos todos trabalhar juntos no relatório setorial e com o nosso companheiro, Relator-Geral, Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem, muito obrigado, Senador Roberto Rocha.

Eu volto a palavra à nossa Relatora, a Senadora Soraya Thronicke, para que possa ler novamente as emendas aprovadas para que a gente possa concluir o nosso trabalho na tarde de hoje.

Muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, em relação ao pleito do Senador Roberto Rocha, a ação tem o código 210U. Porém, o que foi acolhido para o Incra foi a 211C, que abarca todas essas ações.

A 210U trata de organização da estrutura fundiária nacional e a 211C é mais genérica e abarca, contempla tudo que ele disse agora no seu pleito. Ela é para reforma agrária e regularização fundiária nacional, financiamento de operação no âmbito do programa. Então, está, sim, contemplado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na questão da Embrapa, essa ação originária do orçamento é de R\$31 milhões. Nós conseguimos suplementar aqui com mais R\$120 milhões e a Embrapa está feliz, já agradeceu à Comissão, porque se sente contemplada no pleito.

E, por último, sobre a questão de colocar o nome de cada Senador, o que nós precisamos entender é que a emenda é da Comissão, é de todos os membros da Comissão. A iniciativa é de cada Senador e é colocada em mesa para deliberação e foram todos contemplados, vai com a marca registrada de todos os membros da Comissão. Não precisa, necessariamente, estar com o nome de todos, mas todos terão o mérito de emendas que nem sequer propuseram.

Então, estarão abarcados os nomes de todos os Senadores.

E, para que não restem dúvidas aqui, eu vou ler, mais uma vez, o que foi aprovado na tarde de hoje.

A ação 20Y6, que é para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária, foi para a Embrapa no valor de R\$120 milhões.

A ação 20ZV, de fomento ao setor agropecuário, foi para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para a Administração Direta, no valor de R\$250 milhões.

A ação 210V, para a promoção e fortalecimento da estrutura produtiva da agricultura familiar, pequenos e médios produtores rurais, no valor de R\$100 milhões, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Administração Direta, R\$100 milhões.

E a ação 211C, que é bastante genérica, para o Incra, reforma agrária e regularização fundiária, R\$450 milhões. Foi acolhida também a emenda de texto. Portanto, repetindo aqui, foram contemplados, na ação 20Y6, o Senador Acir Gurgacz, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Irajá, Esperidião Amin, Wellington Fagundes e Lasier Martins.

A ação 20ZV. Contemplados os Senadores Chico Rodrigues, Irajá, Wellington Fagundes, Luiz do Carmo e Zequinha Marinho.

A ação 210V. Senadores Soraya Thronicke e Acir Gurgacz.

A ação 211C, de regularização fundiária, e 211A. Contemplados os Senadores Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Irajá, Eduardo Braga, Wellington Fagundes e Roberto Rocha.

E aqui, repetindo, a emenda de texto foi do Senador Acir Gurgacz.

É o que eu tinha a complementar, Sr. Presidente, e aqui termino e estou à disposição de V. Exa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado Senadora Soraya, mais uma vez os meus cumprimentos por ter acatado as emendas de todos os Senadores.

E concordo com V. Exa., se nós conseguimos aprovar a metade do que está neste Orçamento para a Embrapa, será uma vitória muito grande. E o nosso trabalho agora é junto ao Relator-Geral do Orçamento para que a gente possa realmente aprovar essas emendas como elas estão.

É sabido que é muito difícil nós aprovarmos esses valores em todas essas quatro emendas, mas fique aqui, fique a missão para cada Senador, principalmente para os nossos líderes, para que possamos, junto ao Relator-Geral do Orçamento, conseguir aprovar esses valores.

Com relação ao Incra, Senador Roberto Rocha, eu concordo com a Senadora Relatora Soraya Thronicke, que V. Exa. foi contemplado, pois essa emenda é genérica. Ela pode e absorve todas as ações pertinentes às necessidades que o Incra tem de atender a todos nós nos nossos Estados. Eu entendo que o relatório proposto pela Senadora Soraya Thronicke é um relatório amplo, bastante positivo no sentido financeiro e fica aqui a grande missão para todos nós, junto ao Relator-Geral, para que a gente possa chegar próximo àquilo que está nesse relatório. V. Exa., gostaria da palavra, Senadora Soraya?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - MS) – Gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - MS. Como Relatora.) – Eu me embasei também com a última experiência do Orçamento de 2019, em que foi aprovado aqui na Comissão um Orçamento de R\$400 milhões e nós fomos, infelizmente, contemplados com apenas R\$10 milhões. Eu fiquei muito decepcionada na época, fiquei impressionada até, foi muito pouco, e nós não estávamos sequer perto da situação em que estamos hoje. Então, o que eu peço aqui é o que V. Exa. acabou de pedir para todos os membros: que possamos nos unir agora, junto ao Relator Marcio Bittar, e fazer com que realmente ele nos conte a essa vez – esse que é um novo Relator, um novo Orçamento – para que tenhamos êxito, porque tudo que nós aprovamos aqui, infelizmente, não é o que obriga o Relator do Orçamento a aprovar.

Então, eu conclamo todos os membros da CRA a que nos ajudem, Senador Presidente, a conseguirmos um valor maior, o que for possível, para o nosso agronegócio, que, realmente, é o que tem salvado a economia do nosso País. Então, nós temos todas as justificativas para conseguir um êxito muito diferente do que aconteceu no Orçamento de 2019.

Então, só para lembrar aos nossos colegas: no Orçamento aprovado de R\$400 milhões, conseguimos apenas R\$10 milhões.

Muito obrigada.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem.

Agradeço, mais uma vez, a todos os membros da Comissão a lembrança do meu aniversário no dia de ontem, feita tanto no privado quanto hoje. E digo que vamos conversar na semana que vem, quando estaremos de volta a Brasília – não é, Paulo Rocha, Roberto? –, para tratar desse segundo tema.

Tenho certeza de que, assim como no ano passado e no ano retrasado, esta Comissão teve uma importância muito grande – aliás, a Comissão teve uma direção muito importante, com a Presidência da Senadora Soraya Thronicke –, nós vamos dar sequência a esse trabalho neste ano e no ano que vem.

Eu percebo que todos os nossos membros continuam muito atentos à nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Assim, eu me comprometo com todos os senhores e com todas as senhoras a trabalharmos juntos para que possamos desenvolver e continuar desenvolvendo esse trabalho importante à frente da Comissão, juntamente com os senhores, para que a gente possa ajudar o agronegócio brasileiro, sempre nos lembrando da agricultura familiar, da regularização fundiária e da ciência e da tecnologia,

A Embrapa é de fundamental importância para todo o nosso País. Todos os nossos Estados, as nossas regiões têm as suas peculiaridades, seja com o clima, com a água etc. A Embrapa tem uma participação muito grande no desenvolvimento de sementes, de tecnologias, enfim, tem feito um trabalho excepcional. E continuaremos sempre, junto com a Embrapa... Concordo com o Senador Esperidião Amin: eu também sou fã da nossa Ministra Tereza Cristina, que conhece o nosso País, é uma Ministra dedicada e tem ajudado muito o nosso País. Assim, vamos fazer esse trabalho em parceira, uma parceria com os Ministérios afins e, principalmente, com o Ministério da Agricultura.

Eu agradeço a todos pela participação nesta tarde.

Nós já aprovamos o relatório da Senadora Soraya Thronicke. Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata desta reunião.

Eu deixo a palavra aberta para qualquer Senador ou Senadora que deseje fazer alguma colocação. V. Exas. podem fazê-lo. Nós estamos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Senador Acir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pois não, Senador Wellington.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Em nome das futuras gerações, meu neto fez questão também de cantar parabéns para V. Exa., viu? E nós que temos a responsabilidade de fazer a produção sustentável, de cuidar do meio ambiente... Então, está aqui: parabéns para vocês! Parabéns a todos que estão ajudando a produzir de forma sustentável para o Brasil! Felicidades! E vamos cuidar também do meio ambiente!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sem dúvida. Sem dúvida.

Muito obrigado. E parabéns aí pelo neto! Saudações a todos!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. *Por videoconferência.*) – Presidente. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. *Por videoconferência.*) – Apenas para cumprimentar V. Exa., os membros, a Relatora Soraya... Eu insisti com o tema, mas era apenas para poder ampliar os recursos para assentamento, para a titularização e tal. Sei das dificuldades, mas valeu a pena, porque a alma aqui, neste caso, também não é pequena, nem a nossa, nem a de ninguém aqui. Quero cumprimentar aqui o Wellington. Eu estou vendo... Não sei se você é avô, Acir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sim.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. *Por videoconferência.*) – Eu também sou avô, Acir. Dizem que avô é um animal que o filho cria para o neto montar. (Risos.)

E é exatamente isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. *Por videoconferência.*) – Senador Acir.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. *Por videoconferência.*) – Pai com açúcar, né?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Um minuto, Senador Lasier.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. *Por videoconferência.*) – Não sei se o Lasier também é avô. Não sei se a Soraya é. A Soraya não é porque é muito jovem. Acho que ela ainda não tem idade para ser avó, mas... Enfim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. *Por videoconferência.*) – Sou avô de dois netos, Roberto. Dois netos já cavalgaram nas minhas costas.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. *Por videoconferência.*) – É, rapaz, que beleza, né!

Vou passar para vocês uma crônica que fiz sobre a vida de filho, pai e avô. A gente aprende a ser filho quando é pai e aprende a ser pai quando é avô. Eu vou passar para vocês isso.

Um abraço a vocês, gente!

Muito obrigado.

Cuidem-se! Fiquem com Deus! E na semana que vem estaremos juntos, se Deus quiser.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Obrigado, Senador Roberto Rocha.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. *Por videoconferência.*) – Muito sucintamente, Presidente Acir, quero dizer que acompanhei toda a reunião e não achei necessário intervir, e o cumprimento pela condução.

Pelo jeito, o Senador está de aniversário, pelo que senti. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Foi ontem, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. *Por videoconferência.*) – Bom, então, com atraso, meu abraço. Cumprimentos. Era apenas isto.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado.

Muito obrigado, mais uma vez, a todos os membros desta Comissão.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Teremos muito trabalho este ano. Vamos estar também, Senador Lasier, em alguns Estados, atendendo a pedidos para audiências públicas, para debater temas importantes locais, como já fizemos no passado. Eu sei que V. Exa. já tem uma demanda para fazer uma audiência pública no Rio Grande do Sul, para debatermos algo importante para o seu Estado, como não é diferente em relação ao Estado de Santa Catarina, ao Estado de Mato Grosso, ao Estado de Mato Grosso do Sul e ao Estado de Rondônia também. Vamos estar trabalhando, junto com o Senador do Maranhão. É importante nós aproximarmos a Comissão da população.

(Interrupção do som.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Por videoconferência.) – ... do Rio Grande do Sul brevemente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 15 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às doze horas e quatorze minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência eventual do Senador Luis Carlos Heinze e do Senador eleito para presidente, Rodrigo Cunha, reúne-se semipresencialmente a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Fernando Collor, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Ciro Nogueira, Dário Berger, Marcos do Val e Carlos Fávaro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Rose de Freitas, Angelo Coronel, Jean Paul Prates e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião destinada à instalação dos trabalhos e eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conforme o disposto no artigo 88 do Regimento Interno do Senado Federal. O Senhor Presidente, Senador Luis Carlos Heinze, comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 22/2021, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), indicando o Senador Rodrigo Cunha para a presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Com anuênciia do Plenário, a presidência proclama eleito Presidente da CCT, por aclamação, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). A eleição da Vice-Presidência da CCT fica adiada para reunião com data ainda a ser definida. Os Senadores Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze e o Presidente eleito, Senador Rodrigo Cunha, fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Rodrigo Cunha, comunica aos senadores membros da Comissão a abertura do prazo para apresentação de emendas, perante à CCT, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021": de 24 a 25 de fevereiro, quinta-feira, às 11 horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/100009>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS)

– Declaro aberta a 1^ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3^ª Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2021/2022, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Comunico o recebimento do Ofício nº 22, de 2021, subscrito pelo Senador Izalci Lucas, Líder do PSDB, indicando o Senador Rodrigo Cunha para a Presidência desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal para o biênio de 2021 e 2022.

Passamos à eleição do Presidente Rodrigo Cunha, do PSDB, de Alagoas.

Consulto as Sras. e Srs. Senadores se podemos proceder à eleição do indicado por aclamação, pelo fato de não haver outra indicação. (*Pausa.*)

O.k., Senador Izalci, o senhor concorda?

O Senador Rodrigo concorda? (*Risos.*)

Não há mais ninguém.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O.k.

Desta forma, proclamo eleito, por aclamação, o Senador Rodrigo Cunha para Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal para o biênio 2021 e 2022.

Convido o Senador Rodrigo Cunha para tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito obrigado.

Boa tarde a todos os Senadores e Senadoras!

É um prazer enorme estar sentado aqui neste momento, à frente de uma Comissão de extrema importância para o nosso País. E, assim, eu quero agradecer, primeiramente, ao Líder do PSDB, meu partido, Izalci Lucas, pela indicação. Devido à proporcionalidade, coube ao PSDB esta Comissão, mas também era um desejo próprio saber que posso contribuir não só individualmente, mas coletivamente bastante com esse tema. Então, estar sentado aqui, hoje, muito honra e significa o nosso mandato.

Agradeço também ao nosso Presidente eventual, Luiz Carlos Heinze, pela gentileza de conduzir esta reunião, no momento em que eu também o parabenizo por toda a condução que vem realizando durante o seu mandato.

Dessa forma, que possamos criar aqui um sentimento de equipe, um sentimento de fortalecimento de uma área de extrema importância para o País, que conta, cada vez mais, com o Senado Federal para ser, sim, um protagonista no que se refere à ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e tudo aquilo que acarreta e cabe a esta Comissão.

Então, eu quero aqui também fazer um registro importante da condução anterior feita pelo Senador Vanderlan, que teve a produtividade como sendo um marco desta Comissão, através dos projetos que foram aprovados. Também teve esta Comissão protagonismo na figura de um outro Senador que não está mais nem nesta Comissão nem no Senado, que é o Senador Arolde.

O Senador Arolde demonstrou que a tecnologia não se dá unicamente através dos jovens. Ele era um Senador extremamente capacitado para falar sobre os assuntos ligados à tecnologia. Dessa forma, também digo que não é o fato apenas de ser jovem que me liga à tecnologia, mas





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sim o fato de ser comprometido com a causa e saber da importância do alcance que têm as nossas atitudes aqui no Senado.

Dessa forma, eu quero dizer a todos que podem contar comigo. A equipe que faz parte desta Comissão vai ter, não só através do Senador Rodrigo Cunha, mas também através de toda a nossa equipe do mandato, uma integração direta para que a gente possa, num momento como este, demonstrar a importância do momento que estamos vivendo.

Comunico aos senhores membros desta Comissão que eu vou previamente falar aqui algumas palavras que eu separei, mas vou também falar com o coração, porque nós sabemos que, principalmente desde o último ano, estamos vivendo uma experiência jamais imaginada na história, estamos aqui passando por um momento triste da nossa existência em que ainda não sabemos qual é a luz no fim do túnel.

Os países que têm justamente um alto desenvolvimento em pesquisa e inovação estão tendo vantagem, neste momento, na gestão da pandemia como um todo. Aqui eu posso pegar, como um exemplo máximo, Israel, o país que, não para mim, mas para o mundo inteiro, está sendo um exemplo de um *case de sucesso*. Com o alto investimento feito no setor de pesquisa e desenvolvimento, ele se destaca mundialmente como o país que proporcionalmente mais vacinou seus habitantes, estando perto de vacinar 90% da sua população, pelo menos com a primeira vacina. Então, demonstrou que, de maneira organizada, pautado em dados científicos, pode retornar ao que nós estamos buscando, que é a nossa normalidade, pois o país já tem 90% da sua população vacinada.

E esse novo mundo, como já é dito e redito como sendo o novo normal, acelerou mudanças que, de maneira mais pulverizada, já estavam acontecendo por todo o mundo, mas hoje estamos completamente relacionados com a dimensão digital. E aqui não só pela nossa presença *on-line* – inclusive, este momento também permite que os Senadores estejam acompanhando e participando de uma reunião como esta de uma maneira *on-line* –, mas também porque já faz parte da naturalidade do nosso dia a dia, como imaginar as empresas, inclusive as pequenas, hoje não estando inseridas com vendas *on-line*, não fazendo entregas *delivery*? Algo que elas poderiam programar para cinco, seis anos já está acontecendo agora, porque, senão, estarão com os dias contados, ficarão fora do mercado. Então, essa necessidade de celeridade que a pandemia trouxe para a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento demonstra como o País tem, sim, que encarar isso como prioridade absoluta.

E aqui também destaco o papel do Senador Izalci Lucas, que sempre demonstrou a importância de se investir em pesquisa neste País, não só em discurso, mas também em atuações, com proposições nesse sentido, para que a gente possa estar alinhado com o desenvolvimento.

Dessa maneira, novas formas de conexões humanas estão sendo criadas. Este mundo está recheado de novos desafios, mas principalmente para nós Legisladores. Eu sempre falo isto, Senador Heinze, que legislar sobre tecnologia não é fácil, porque você está fazendo uma lei para o futuro – tecnologia é algo para o futuro. Então, temos que ter, com certeza, muita responsabilidade e jamais aprovar um projeto dentro de um gabinete, mas sim ouvindo todas as partes que estão envolvidas, e debater. Inclusive, uma solicitação que eu fiz pessoalmente ao Presidente Rodrigo Pacheco foi para que aconteçam, neste ano, as realizações das Comissões também de maneira virtual, que elas não fiquem paralisadas como ficaram no ano passado, ano em que as Comissões não trabalharam. Então, existem totais condições – e o Plenário demonstrou isto – de realizar trabalhos internos nas Comissões, que fortalecem e amadurecem





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

os projetos que estão em circulação pela Casa, para que a gente chegue ao Plenário sabendo exatamente tudo aquilo que será votado, e principalmente tentando melhorar os projetos de iniciativas dos Senadores, da Câmara e também da Presidência da República. Então, pensar em novas soluções, com certeza, será também pensar em como inserir o nosso trabalho digitalmente através das nossas realizações nas Comissões.

Além disso, se a gente parar para pensar, a nossa principal fonte de leis, a nossa principal fonte inspiradora da legislação, que é a nossa Constituição, foi construída em 1988; assim, ela é absolutamente analógica. Então, nós sabemos que temos que adequar o mundo digital, que está absolutamente acelerado e que vive constantes desafios, através desta Comissão. Então, é uma responsabilidade enorme, mas é uma responsabilidade que não será feita apenas através de uma pessoa, mas sim através de todos aqueles que aqui se encontram.

Eu vou ter a honra de ouvir o Líder Izalci, a quem eu passo a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero desejar muito sucesso ao meu amigo e também companheiro de partido, o Rodrigo Cunha, que é jovem, mas que tem se destacado muito pela atuação aqui no Senado.

Quero cumprimentar o meu amigo Heinze, que está aqui também e que também é muito ligado a esta área – basta ver a evolução que aconteceu na área agrícola, no agronegócio, fruto realmente de muita pesquisa.

A gente fica muito triste quando, agora, vê o orçamento da Embrapa, um orçamento que praticamente só consegue pagar a folha de pagamento, não é? Se o Brasil tem hoje esse agronegócio funcionando, isso se deve à pesquisa – e muita pesquisa – de anos e anos aí. Eu sempre participei, desde o primeiro momento, não só no Senado, mas na Câmara – e sempre a presidi – da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, e acho até que nós avançamos bem.

Eu quero aqui, também, saudar a nossa querida Daniella, que foi também Presidente desta Comissão; e o Vanderlan também, que fez um belo trabalho.

Nós temos vários projetos tramitando, de suma importância. Basta ver o que aprovamos ontem, parcialmente, que é a questão das *startups*, que é importantíssima também.

Nós temos agora um desafio grande, na primeira reunião do Congresso, que é derrubar o veto do projeto de minha autoria do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que, no último ano, foi contingenciado em 90%, exatamente num momento de pandemia, quer dizer, quando a gente precisa de mais investimento, porque é nas crises que a gente aproveita as oportunidades. E o Brasil tem tudo para fazer isso.

Temos que saudar a todos que participaram. O Arolde, realmente, era um professor para nós. Eu tive o privilégio de estar na Comissão de Ciência e Tecnologia com o Arolde de Oliveira, que tinha uma cabeça maravilhosa nessa área.

Nós temos falado muito, trabalhado muito em conjunto com a CNI, com a CNA, com o Sistema S de modo geral, com relação à inovação, com o movimento empresarial pela inovação. Então, Rodrigo, a gente quer continuar lutando nessa parceria da frente parlamentar, que envolve um pouco mais de outros temas, mas que está aí. Acho que a nossa pauta hoje está... Hoje mesmo, nós temos aí o 3.477, que fala das telecomunicações, da internet. Então, esta Comissão tem um papel fundamental neste momento. Não se faz nada neste País sem educação, ciência e tecnologia.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero desejar muito sucesso, colocar à disposição a frente, também aqui como titular da Comissão, e desejar muito sucesso aí. Que a gente possa resolver logo a questão do Vice também, para a gente começar a atuar imediatamente.

Então, parabéns e sucesso, Rodrigo!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Izalci pelas palavras.

Corroboro também com o que V. Exa. mencionou sobre o nosso Senador Arolde, que, de fato, foi um grande professor para todos aqueles que puderam interagir com ele.

Tenho certeza, antes de passar a palavra para o Senador Heinze, que ele vai permitir que eu dê preferência à Senadora Daniella Ribeiro, ela que é Líder do PP, partido do Senador Heinze, e que está virtualmente participando desta reunião.

Então, Senadora, V. Exa. está com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Cunha, por quem tenho uma amizade, assim como, graças a Deus, por todos os colegas, cumprimento aí o Senador Heinze, que está à mesa, cumprimento o Senador Izalci e a todos que estão virtualmente ligados neste momento na Comissão de Ciência e Tecnologia. É um prazer muito grande estar neste momento para mim muito especial.

Aqui eu quero lhe dirigir algumas palavras, Senador. Primeiro, quero desejar um êxito muito grande nesse ano em que a Comissão efetivamente vai acontecer.

Eu quero dizer que conversamos ainda há pouco. O Senador Heinze é do meu Partido Progressistas e respeito todo o interesse do Senador pela causa, até porque no agronegócio ele, com toda certeza, tem, vamos dizer, a sua grande bandeira. E até liguei para ele, porque, no início do ano, na primeira semana do ano, estava pelas áreas dele lá no Sul e o pessoal lá falava do nome dele. Até liguei para ele de lá, não é, tchê? – como a gente gosta de dizer.

Mas eu queria, Sr. Presidente, além de desejar muita sorte, além de ressaltar o trabalho do Senador Izalci, que é um grande convededor da área, assim como outros, relembrar o Senador Arolde Oliveira, que também nos deixou um legado muito forte dentro dessa área.

Queria dizer que tive o desprazer de ser Presidente desta Comissão quando a Comissão não funcionou, que foi durante o ano passado. Na realidade, fui Presidente de uma Comissão que não existiu. Por força disso, Sr. Presidente, eu tive também o prazer de ser Relatora de um dos maiores projetos da área de ciência e tecnologia, com a ajuda dos colegas Senadores e Senadoras, que foi a nova lei, o novo Marco das Telecomunicações, o PL nº 79, que todos nós votamos, fazendo com que o Brasil passasse para outro momento, abrindo a economia para um novo tempo.

Como o próprio Izalci ressaltou, ontem iniciamos a votação das startups. Vamos viver um novo tempo também nessa área. Há pouco o Senador Portinho me ligava sobre uma emenda que eu coloquei. Ontem discutimos, mas ele ainda precisa tirar algumas dúvidas. Eu achei isso um bom diálogo. Quando você fica em dúvida, você telefona, você conversa. Isso é muito importante, e é isso que eu espero acontecer dentro desta Comissão, Sr. Presidente, Rodrigo Cunha.

Por força do que houve ano passado acerca daquilo que eu tanto esperava realizar dentro da Comissão como Presidente, eu venho aqui neste instante me colocar também, como um pedido dos colegas, no entendimento de que eu possa ajudar o Senador Rodrigo Cunha como Vice-Presidente. Coloco o meu nome à disposição como Vice-Presidente no entendimento de





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que o ano passado não existiu para que eu pudesse fazer um trabalho. Já que existe um novo Presidente, que, acredito, vai fazer um grande trabalho, eu gostaria de ser parceira dele neste instante, com o intuito de poder dar a minha contribuição. É nesse sentido que eu coloco o meu nome, pedindo esse entendimento: ano passado foi um ano que não existiu, com uma Comissão que não existiu com a minha Presidência, e isso foi uma grande frustração para mim, para todos os brasileiros, para quem vivencia ciência e tecnologia.

O que eu pude fazer foi estar presente em reuniões no Ministério da Ciência e Tecnologia, na Anatel, enfim, fazendo aquilo que a gente poderia fazer dentro do tão pouco tempo e diante do fechamento que houve com a pandemia – ainda está havendo, mas, pelo menos, a Comissão agora vai acontecer.

Por isso, seria um enorme prazer e de valia para o Progressistas e para mim. Tenho certeza de que poderei contar com esse apoio, inclusive do meu colega, Senador Heinze, no sentido de estarmos juntos neste momento, já que não pude ser Presidente – fui Presidente e não fui – ano passado, por não ter existido esta Comissão, lamentavelmente, pela pandemia. Por isso eu venho pedir, já me colocando como candidata a Vice-Presidente, o voto dos colegas no entendimento de que não fui a Presidente por não existir a Comissão no ano passado.

Obrigada, Sr. Presidente.

Desejo sorte e tudo que há de melhor dentro desta Comissão que é uma das mais importantes, quiçá a mais importante, dentro de um novo Brasil, que precisa de vários projetos, como nós já colocamos, para a pandemia, para o que vimos dentro da pandemia e para o que é necessário para que o Brasil possa viver um novo tempo e dar oportunidades àqueles que não têm por causa da falta de conectividade, inclusive no campo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Minha querida Senadora, paraibana arretada, Daniella, é um prazer enorme contar com o seu apoio. Tenho certeza absoluta de que você, assim como foi determinada e já deixou seu marco logo no início do seu mandato aqui com a aprovação do PL nº 79, PL importantíssimo que, há muitos anos, percorria os corredores daqui, do Senado... Tivemos o prazer de ser liderados por V. Exa., que, com maestria, conseguiu concretizar algo que não tinha uma expectativa imediata de aprovação. Então, sua forma já conhecida de diálogo e de eficiência no Plenário com os colegas, com certeza, aqui, na Comissão, é muito bem-vinda.

Senadora, sobre esse último aspecto tratado aqui, sobre a eleição, em que V. Exa., como Líder do PP, pretende assumir a Vice-Presidência desta Comissão, anteriormente, nós tínhamos conversado e alinhado para que essa eleição ficasse para a próxima reunião. Então, hoje, a gente não realizaria essa eleição. Seria apenas para a Presidência. Recebendo o seu nome aqui, através do PP, ou com qualquer outra mudança que venha a acontecer e que seja apresentada também a esta Comissão... Informo também que a assessoria me passou que, neste caso específico, com a indicação... (Pausa.)

Passaram-me que, nesta Comissão, os indicados do PP para membros titulares são o Senador Luis Carlos Heinze e a senhora também, como Senadora representante do PP. Então, os dois têm capacidade. A senhora, como Líder, pode, sim, ter o seu nome para aprovação, para votação, mas é necessário criar esse momento na próxima reunião. Então, não será feito agora não por resistência, mas, sim, por um acordo firmado antes, inclusive com outros Senadores que não estão mais presentes. Então, espero que compreenda. Sem dúvida nenhuma, na próxima





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eleição, conseguiremos o apoio necessário de um partido forte como este, com dois grandes representantes, Heinze e V. Exa.

Seja muito bem-vinda! Vamos arregaçar as mangas. Essa é sua característica, mas também é a minha, e não só do nordestino, mas do brasileiro que quer ver este Brasil avançando não só na tecnologia, mas principalmente na tecnologia.

Ao contrário do que muita gente imaginava antigamente, que a tecnologia servia para tirar empregos... E eu acho que os senhores aqui já ouviram isso em algum momento da vida. Quando substituíram, por exemplo, uma pessoa que era caixa de um banco por um caixa eletrônico, colocavam a informação de que aquele caixa eletrônico tirava o emprego de dez pessoas. Ficou marcado por um período como se a tecnologia servisse para tirar os empregos das pessoas, mas não é isso, é exatamente o contrário.

Nós estamos hoje em um dia marcante para este País quando vamos votar o projeto que trata do marco legal das startups no País, um projeto importantíssimo, que vai gerar ainda muito mais emprego, falando sobre fomento, inovação, segurança jurídica necessária para que se criem cada vez mais empreendedores.

Então, muitas vezes, quem investe em tecnologia é visto como sendo alguém que está apostando em algo que pode ser que dê certo ou não. Esse projeto, com certeza, fará desabrochar ainda mais investidores-anjos, como são conhecidos, tal qual aqui no meu Estado de Alagoas, onde há alguns que se destacam, como, por exemplo, João Kepler, que é uma referência nacional. Através de atuações desses investidores-anjos, consegue-se encontrar talentos que geram empregos através dessas startups.

E aqui posso mencionar o Paulo Tenorio, que é uma pessoa que conheço há bastante tempo, que tem um aplicativo que se chama Trakto, que gera dezenas de empregos, que gera muitos impostos, que faz com que o Estado apareça para o mundo. Posso pular para outro aplicativo inclusivo, que faz com que as pessoas tenham acessibilidade. Então, é um aplicativo inclusivo, ele inclui as pessoas surdas e mudas. Elas conseguem se comunicar hoje através de um aplicativo mundialmente conhecido e premiado, que é o Hand Talk, feito também através de uma startup alagoana que teve, no momento certo, o investimento correto. Então, são milhares de situações que se multiplicam.

Particularmente, é um assunto por que tenho total interesse. Nossa administração pública, inclusive, tem esse desafio. Não é apenas observar as empresas se digitalizando, mas, sim, o Poder Público também tem que estar digitalizado. Por isso também eu tenho muita alegria de ser o Relator. Estou guiando esse projeto, que é o Projeto nº 317, de 2021, que é um marco que busca justamente um aumento na eficiência pública, a redução da burocracia através de incentivos e ferramentas tecnológicas para que o Governo de fato seja digital.

Estamos muito próximos à sua votação, que pode ser hoje ou amanhã. O GovTech, como ficou conhecido, é um projeto de eficiência administrativa, um projeto sobre o qual eu me debrucei bastante, e eu sei que vai servir de grande estímulo para o Poder Público estar inserido e inserir as pessoas através da cidadania digital. Então, será uma marca da nossa gestão, será uma marca desta Comissão, está alinhado à tecnologia, aproximando as pessoas, principalmente através de um emprego.

Tenho a certeza de que, passando a palavra para o Senador Heinze, ele corrobora com isso, porque sabe que por exemplo, a agricultura, que poderia ser vista como sendo algo manual, é muito potencializada pela tecnologia, que faz com que se gerem outros tipos de empregos. Se





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ela tira o cortador de cana, pode-se ganhar através da cadeia produtiva daquilo que se é arrecadado. E é assim com várias outras situações.

Então, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Heinze, que a solicitou, para ouvi-lo também.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Cunha, Senador Izalci e demais membros, Senadora Daniella e os que estão virtualmente conosco, é um prazer estarmos retomando as Comissões, e agora mais presencial e também virtual, para que as Comissões voltem a funcionar como funcionaram já em 2019.

Primeiro, quero lamentar Arolde de Oliveira, que já foi citado aqui, Senador pelo Rio de Janeiro, Deputado por muitos anos pelo Rio de Janeiro, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul, da minha Região das Missões Gaúchas, e também a perda do José Maranhão. Duas grandes perdas que o nosso Senado teve: José Maranhão e também Arolde de Oliveira.

Quero parabenizá-lo, Senador Rodrigo Cunha. Esse é um tema que eu quero este ano... Primeiro, esse marco regulatório das *startups* é fundamental para nós. Nós temos que agir mais nesse processo, fazer com que nós possamos ter mais *startups* dentro das universidades e dos órgãos de pesquisa.

Há um assunto que comentava antes da reunião com V. Exa. e também com o Senador Izalci. Eu estou trabalhando num processo e quero trazer para esta Comissão um debate.

O Brasil hoje, em artigos publicados – os cérebros que nós temos dentro das universidades, dos órgãos de pesquisa, universidades públicas, federais, estaduais ou particulares –, é o 7º país. Agora, vejam, é o 77º país em produtos entregues, quer dizer, nós publicamos artigos... Agora, diferentemente dos Estados Unidos, me chamava a atenção, nessa última campanha eleitoral entre Trump e Biden, é que quem mais financiou Biden e Trump foram universidades, a forma como eles também vendem produtos, são grandes empresas através dos cérebros que eles têm dentro das escolas públicas ou privadas. Então, por que nós não podemos fazer isso no Brasil?

Quero citar aqui o Professor Wremyr Sciliar, do Rio Grande do Sul, da PUC, e também o Professor Eduardo Paglioli, duas grandes cabeças da ciência brasileira, gaúchos, que já estão me ajudando a trazer esse tema e fazermos um debate no Senado e na Câmara, com o Governo Federal, mas em especial nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Rodrigo, além de Flávio Camargo também, engenheiro agrônomo, meu colega, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que hoje está aqui na Capes. Nós trazemos este debate para esta Comissão, que é o fórum adequado, Senador Izalci e Senador Rodrigo, para debatermos esse tema, e o Brasil certamente terá um salto.

Outro ponto que o Eduardo Paglioli me coloca: nós não temos nenhum Prêmio Nobel no Brasil, e quem sabe seja por essas razões aqui.

Dessa forma, quero trazer esse debate a esta Comissão. Vou protocolar um requerimento na próxima reunião para que nós possamos debater esse tema com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério da Agricultura e também com o próprio Ministério da Educação. O que fazer, dentro desse marco – o Professor Izalci sabe bem –, para que possamos trazer esse tema, para que esses milhares de cabeças que nós temos dentro das nossas universidades também possam produzir outros resultados em produtos específicos, como estou falando aqui, comparando com outros países do mundo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na agricultura, que é a minha área... Eu me formei em 1973 e, naquele ano, o Brasil era importador de alimentos, importador de alimentos com esse tamanho que nós temos! Um gaúcho era o nosso Ministro da Agricultura, depois seguido do mineiro Paulinelli; o Cirne Lima era o Ministro, que foi substituído pelo Paulinelli. Naquele instante, Senador Rodrigo Cunha, jogaram centenas de cabeças, técnicos nossos, especialistas na área da agricultura, na área da produção animal, para estudar fora, na Europa, Estados Unidos, enfim. Voltaram para cá. A partir daquela experiência com técnicos nossos que foram se aperfeiçoar no exterior, o Brasil hoje é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. Agora, tem muito a percorrer ainda. Graças à tecnologia, o Brasil hoje é o primeiro exportador de soja, o primeiro exportador de açúcar, o primeiro exportador de etanol, de fumo, de frango, de suíno, de boi... Em vários produtos, nós somos os primeiros do mundo, graças àquela iniciativa lá atrás do Cirne Lima e do Paulinelli, as pessoas que criaram a Embrapa de que o Senador Izalci falou aqui. Dali começou o que nós temos como revolução na agricultura. Então, é sobre essa revolução que eu quero debater nesta Comissão: como fazer os cérebros das nossas universidades em qualquer área – não apenas na agricultura, em qualquer área, na Medicina, enfim –, que nós possamos debater essa revolução que nós faremos com as universidades brasileiras.

Então, parabéns a V. Exa., que está assumindo como Presidente desta Comissão, e ao Senador Izalci, que já é da área! Eu quero me somar a vocês para fazermos este e outros tantos debates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Heinze, eu agradeço sua intervenção. Tenho certeza de que será sempre assim, V. Exa., sempre que se manifesta, traz assuntos extremamente importantes para o debate. Então, falar sobre a importância que as universidades podem ter ainda mais para este País para que possam, de fato, transformar a realidade da sociedade. A vida da universidade tem que estar diretamente ligada à vida da sociedade, eu acredito muito nisso, no poder transformador através das pesquisas. Que elas não fiquem restritas aos livros e às bibliotecas, às teses escritas, mas, sim, às transformações reais de que o nosso País precisa.

Então, como V. Exa. bem disse, em todas as áreas que qualquer Estado, qualquer Município queira evoluir, pode buscar essas informações nas universidades, mas as universidades podem ultrapassar as barreiras do muro que as separa fisicamente da sociedade. Temos alguns exemplos positivos no País, mas não é a regra, e deve ser a regra. No mundo inteiro, os países que são desenvolvidos – V. Exa. bem trouxe aqui – estão diretamente ligados ao trabalho feito pelas universidades. Eu sou fã do trabalho de quem está se dedicando, cada vez mais, aos estudos e às pesquisas, mas que também façam com que isso modifique vidas e não apenas sirva para ser mais um artigo ou para aumentar ainda mais o seu currículo.

Eu acredito que, desta forma, através do debate, aqui estamos no local certo, porque vamos fazer desta Comissão de Ciência e Tecnologia um grande espaço de convergência. Tenho certeza de que, com o fomento científico e tecnológico, o que o nosso País tem de potencial, aqui vai ser uma vitrine.

Certeza absoluta, Senador Izalci, de que, pelo momento por que estamos passando, sem dúvida nenhuma o nosso foco deve ser a vacinação. Então estamos aqui acompanhando de perto o trabalho feito pela Anvisa, acompanhando de perto o trabalho feito por nós legisladores, a exemplo de hoje, quando iremos votar um projeto importantíssimo de autoria do Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, permitindo que Estados, Municípios também tenham poder mais ativo,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

chamando todos para uma união que traga resultados efetivos para aquisição de novas vacinas. Então, falar disso é falar de pesquisa, falar de tecnologia, de soluções inovadoras que garantam a retomada econômica e também a inclusão social de milhares de brasileiros que estão marginalizados, através de estudos corretos, inclusive do distanciamento social está sendo implantado em algumas cidades, em alguns Estados, não por achismo ou por copiar e colar. Aquele Estado, aquela cidade que está fazendo um modelo de distanciamento social, um modelo de retorno da atividade econômica, um modelo de retorno às aulas baseado em outro Estado, baseado em outro Município, não está indo de acordo com a sua realidade. O Brasil é enorme e as realidades são diferentes, por isso só se vai encontrar uma saída através daqueles dados fidedignos, daqueles dados que possam ser lidos de maneira correta para encontrar a solução mais eficiente. E por eficiência fala-se em menos custos do Poder Público, fala-se em mais agilidade da gestão pública e fala-se de resultados mais esperados pela sociedade.

Dessa forma, quero agradecer a todos os colegas que me confiaram essa missão para os próximos anos de estar à frente de uma comissão importantíssima. Tenho certeza absoluta de que não estarei sozinho, mas sim acompanhado dos senhores e focado em buscar resultados e eficiência na nossa atuação como Presidente desta Comissão.

Então, sendo assim, eu quero, desde já, comunicar aos senhores e às senhoras membros desta Comissão a abertura do prazo hoje, dia 24 de fevereiro, para a prestação de emendas à Lei Orçamentária Anual de 2021, com encerramento no dia 25, quinta-feira, ou seja, amanhã, às 11h. Então, estamos com um prazo muito curto para que sejam indicadas as emendas, para que sejam apresentadas, conforme determina esta Comissão.

Dessa forma, agradeço a todos e até a próxima reunião! Obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se semipresencialmente a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Plínio Valério, Flávio Arns, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas trinta e sete propostas de emendas perante a CCT. Após a leitura do relatório do Senador Izalci Lucas e não havendo inscrição para discussão, a Comissão aprova as seguintes emendas: **Emenda nº 60130001: UO: 52111, Ação: 151S** – Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - Nacional, **Valor: R\$ 5.000.000,00**; **Emenda nº 60130002: UO: 24101, Ação: 20V6** – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - Nacional, **Valor: R\$ 7.000.000,00**; **Emenda nº 60130003: UO: 24101, Ação: 212H** – Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) – Apoio ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE – Nacional, **Valor: R\$ 10.000.000,00**; **Emenda nº 60130004: UO: 24101, Ação: 20US** – Fomento a Projetos, Programas e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Nacional, **Valor: R\$ 10.000.000,00**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/100083>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia, que serão apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, que estima receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.

Esclareço que foram apresentadas 37 propostas de emendas perante a CCT. Sendo assim, ontem, foi designado o Senador Izalci Lucas para ser o Relator desse projeto, que, com certeza, se debruçou nas últimas horas sobre ele, dedicando-se bastante para elaborar o melhor relatório possível, como também é uma característica dele, a quem passo a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Já peço a V. Exa. para ir diretamente à análise do relatório para dizer que, como V. Exa. mencionou, estão sob a análise desta Comissão 37 indicações de emendas elaboradas pelos Senadores Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Leila Barros, Luiz Carlos Heinze, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Simone Tebet, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas ao abrigo das competências regimentais da Comissão. Essas indicações estão relacionadas em quadro anexo, com número atribuído a cada proposta.

É o relatório.

Análise, Presidente.

A gente pode afirmar aqui que todas as indicações exibem inegável mérito, todas elas. Contudo, dada a restrição quantitativa, os critérios de seleção consistiram em selecionar as programações orçamentárias com maior número de indicações de Parlamentares. Em todos os casos, as ações estão alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Indo direto ao voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, das seguintes emendas, conforme o seguinte quadro:

- Sugestão nº 4, 52111, 151S – Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, no valor de R\$5 milhões, que foram as Sugestões 4, 5, 6, 7, 17, 20, 33 para essa emenda.

- Emenda 11, 24101, 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo, R\$7 milhões, sugestões das Emendas nºs 11, 21, 26, 35.

- Sugestão à Emenda 16, 24101, 212H – Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), de R\$10 milhões, sugestões das Emendas nºs 2, 16, 19.

- Sugestão à Emenda 9, 24101, 20US – Fomento a Projetos, Programas e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento, R\$10 milhões, também as Sugestões 9, 12, 32.

O número de emendas a serem apresentadas foi o número que coloquei.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando, Presidente, que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas, e que, em função da apreciação pendente do voto a dispositivos da LDO 2021, devem receber o identificador RP 2, cabendo ao Relator Geral do PLOA 2021 o ajuste para RP 8, em caso de derrubada do voto presidencial. Sugerimos, ainda, que a Secretaria da Comissão adote as providências e ajustes que se fizerem necessários à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Izalci pelo sucinto e objetivo relatório, o qual eu coloco em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Parabenizo o Senador Izalci, que, no dia de hoje, faz uma grande contribuição para o início deste ano legislativo desta Comissão.

Sendo assim, encerro esta reunião.

Até a próxima.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 51 minutos.)





ATA DA 2^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se, remotamente, a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Fabiano Contarato e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Alvaro Dias, Jayme Campos, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CMA ao PLOA 2021.** **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 (PLN 28/2020), que "destina a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2021". **RELATOR:** Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às 4 (quatro) emendas seguintes ao Projeto de Lei nº 28 de 2020-CN:
NÚMERO: 60080001 | UO: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta | AÇÃO + SUBTÍTULO: 20W2 - Redução da Vulnerabilidade aos Efeitos da Desertificação – Nacional | LOCALIDADE: Nacional | ACRÉSCIMO: R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); **NÚMERO: 60080002** | UO: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade | AÇÃO + SUBTÍTULO: 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional | LOCALIDADE: Nacional | ACRÉSCIMO: R\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de reais); **NÚMERO: 60080003** | UO: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA | AÇÃO + SUBTÍTULO: 214M - Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias – Nacional | LOCALIDADE: Nacional | ACRÉSCIMO: R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); **NÚMERO: 60080004** | UO: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA | AÇÃO + SUBTÍTULO: 214O - Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental - Nacional | LOCALIDADE: Nacional | ACRÉSCIMO: R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). O Presidente propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião. Aprovada, vai, juntamente com as emendas, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SF/21469.21866-97

Página: 1/2 26/02/2021 14:10:16

5c6a1969-17c7-41b1-8794-9dcd42cb77882bf





Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente
(ata assinada eletronicamente)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/02/26>

|||||
SF/21469.21866-97

Página: 2/2 26/02/2021 14:10:16

5c6a1969-17c7-9f2d-1b18-7949ddcd42cb77882bf





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada no dia 24 de fevereiro deste ano.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado.

Esta reunião ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferência adotado pelo Senado. Ao longo da reunião, aqueles que desejarem fazer uso da palavra podem solicitar a sua inscrição por meio da função "levantar a mão" no aplicativo ou registrando seu pedido no bate-papo da ferramenta.

Solicito à Secretaria que, neste momento, abaixe todas as mãos, silencie os microfones e monitore as inscrições.

Participa conosco desta reunião a Sra. Helena Assaf, da Consultoria de Orçamento do Senado Federal, com o objetivo de esclarecer as questões técnicas que surgirem. Eu, de pronto, agradeço toda a contribuição e ajuda ao nosso querido Senador Contarato para elaboração do seu relatório das emendas da nossa Comissão.

Nesta reunião analisaremos as propostas apresentadas pelos membros da Comissão para emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, que trata do Orçamento Anual da União para o exercício fiscal 2021. O Relator das propostas é o querido Senador Fabiano Contarato, a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

Senador Fabiano, a palavra é sua, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Como Relator. Por videoconferência.) - Senhoras e senhores, bom dia. Bom dia, Presidente, Senador Jaques Wagner; meu querido Confúcio, Vice-Presidente, estou muito feliz por ser representado nessa Vice-Presidência nesta tão importante Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal.

Eu quero me colocar à disposição tanto do Presidente, meu querido e amigo Senador Jaques Wagner, e também do Senador Confúcio, assim como a todos os membros desta Comissão, titulares ou suplentes, como um soldado em defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Quero também, Senador Jaques Wagner, fazer um agradecimento especial à Consultora Helena Assaf; ao Airton, que é o Secretário desta Comissão de Meio Ambiente, que sempre, com muita ética, muita transparéncia e hombridade no trabalho, conduziu e assessorou os trabalhos desta Comissão de Meio Ambiente; e a todos aqueles que trabalham na Comissão de Meio Ambiente e na Consultoria do Senado.

De modo muito especial, quero agradecer mais uma vez ao Presidente, ao Senador Jaques Wagner, por ter confiado a mim essa função de análise dessas propostas que resultarão em emendas.

Passo à leitura, rapidamente, deste relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Meio Ambiente reúne-se para deliberar a respeito das





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

propostas de que resultarão até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2021, Projeto de Lei nº 28, de 2020-CN.

No prazo estipulado, foram indicadas 68 sugestões de emenda, todas relativas a programações orçamentárias para financiar políticas públicas, majoritariamente ao abrigo da concentração material das competências desta Comissão.

Desse total, 2 sugestões foram do tipo “remanejamento”; 54, do tipo “apropriação-acréscimo”; e 12, do tipo “apropriação-inclusão”. Tais indicações nos foram enviadas pelos seguintes Senadores: Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Leila Barros, Marcio Bittar, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes.

Todas elas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

É o relatório.

Voto.

Foram apresentadas sugestões de emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à CMA. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação. No que se refere à categoria de remanejamento, cujo limite também são quatro emendas, foram apresentadas apenas duas sugestões de emendas, o que, em tese, viabilizaria a apresentação dessas emendas pela Comissão.

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN. Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional, abrangendo ao menos mais de uma unidade da Federação.

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade e, também, aquelas para as quais convergiu o interesse comum de mais de um Parlamentar.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação dos objetos constantes das propostas de nº 4, 5, 15, 25, 36, 53, 54, 55, 58, 62, 63, 65 e 68, rejeitando as demais. As emendas de remanejamento nº 1 e 67 estão prejudicadas, pois os cancelamentos oferecidos ferem o princípio do art. 45 da Resolução 1, de 2006, conforme segue:

Art. 45. As emendas de remanejamento somente poderão propor acréscimos e cancelamentos em dotações de caráter institucional e de interesse nacional, no âmbito do mesmo órgão orçamentário e do mesmo grupo de natureza de despesa, observada a compatibilidade das fontes de recursos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, será viabilizada a apresentação de quatro emendas de apropriação-acréscimo ao Projeto de Lei nº 28, de 2020-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

a) programação “20W2 - REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE AOS EFEITOS DA DESERTIFICAÇÃO - NACIONAL”, no Ministério do Meio Ambiente (administração direta), sequencial 2193, no valor de R\$100 milhões, atendendo aos objetos das emendas 15 e 25;

b) programação “20WM - APOIO À CRIAÇÃO, GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS - NACIONAL”, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sequencial 2234, no valor de R\$112 milhões, atendendo aos objetos das Emendas 36, 65 e 68;

c) programação “214M - PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NAS ÁREAS FEDERAIS PRIORITÁRIAS - NACIONAL”, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sequencial 2212, no valor de R\$300 milhões, atendendo aos objetos das Emendas 4, 53, 54, 58 e 63; e

d) programação “214O - GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - NACIONAL”, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sequencial 2207, no valor de R\$300 milhões, atendendo aos objetos das emendas 5, 55 e 62.

A elaboração das emendas, a partir das propostas aprovadas, deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao Ploa 2021, bem como aqueles acertados nesta deliberação, como o de valor. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada.

Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, Senador Fabiano Contarato pela elaboração. Quero parabenizá-lo e lhe agradecer pelo esforço, junto com a nossa Consultoria de Orçamento, porque até ontem, às 18h, V. Exa. tinha que aguardar o envio de emendas pelos Srs. e Sras. Parlamentares e praticamente teve a noite de ontem para elaborar esse relatório.

O relatório lido, de autoria do Senador Fabiano Contarato, está em discussão para perguntas e esclarecimentos ou qualquer outro tema, lembrando que a Consultora Helena também está aqui para nos ajudar eventualmente em alguns questionamentos.

Há algum inscrito? (Pausa.)

Não há nenhuma inscrição para discussão do relatório.

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o relatório...

O Senador Paulo Rocha pediu a palavra.

Pois não, Senador Paulo Rocha.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA.) Para discutir. *Por videoconferência.*) – Desculpe-me, Presidente, eu cheguei atrasado, mas nosso Relator deve estar... (*Falha no áudio.*)

Em relação a nossas emendas, há uma certa conexão com a agricultura, porque é fundamental – principalmente no enfrentamento da questão da Amazônia e das outras áreas – a questão ambiental quando se trata da questão do desenvolvimento. E a questão do desenvolvimento sustentável tem que estar um pouco combinada, assim, vamos dizer, no Orçamento da União – essas coisas da nossa preocupação ambiental –, com a questão da produção no campo, principalmente.

Então, tudo bem, tudo está sendo muito apressado nesse processo, mas quero chamar a atenção...

Por exemplo, lá eu estou defendendo uma emenda que fortaleça a regularização fundiária, porque essa é uma grande reivindicação do processo tanto da questão da reforma agrária quanto dos grandes produtores rurais, que é a titulação das terras, etc.

Só quero chamar a atenção para que esses debates aí que envolvam a questão ambiental, principalmente na produção no campo, estejam um pouco conectados também com a agricultura, com a questão do desenvolvimento na agricultura, no agronegócio, nos pequenos negócios do campo. Só isso. Tudo bem! Mas eu concordo com a aprovação das emendas, etc.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Paulo Rocha, evidentemente, o que V. Exa. traz à baila é fundamental e tem muito a ver com a minha concepção. Não há, na verdade, dicotomia, não há antagonismo entre crescimento, desenvolvimento e preservação. Infelizmente os que pregam essa tese ou estão de um lado ou estão do outro, ou estão no extremo motosserra ou estão eventualmente no outro extremo da contemplação, sem que nada se possa fazer. Eu continuo dizendo que o meio ambiente é caminho de busca, de entendimento e consenso. Há coisas intocáveis, mas há coisas que, a depender da forma... E o mundo está nos dando várias lições sobre isto: de como você evidentemente utiliza a natureza para gerar emprego, para ter alimentos sem necessariamente você ter uma política de degradação, de depredação, como vem acontecendo particularmente na Amazônia nesse momento.

Então, é claro que é preciso combinar novos meios, novas formas de produção com o objetivo exatamente de preservação. É que, infelizmente, eu fui o Relator, ano passado, do orçamento do setorial de meio ambiente – e talvez a Helena possa esclarecer mais –, e o que nós temos para nos movimentar é muito pouco. Então, por isso, às vezes, claro, eu imagino o esforço do Relator, Senador Fabiano, de tentar botar ao máximo aquilo que possa vir a ser aproveitado pelo Deputado Federal Tatto, do PT, de São Paulo, que é o Relator setorial de meio ambiente neste ano de 2021. Mas acho que a colocação de V. Exa. é absolutamente pertinente.

Mais alguém? Mais algum Senador gostaria de se pronunciar para discutir o relatório? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir vamos à votação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Fabiano Contarato permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às quatro emendas de apropriação desta Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020.

As emendas vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMA juntamente com a ata da reunião que as aprovou e que a nossa equipe fará.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata desta reunião está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, lembrando apenas aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que nós temos o prazo, se não me engano, até 26 de março para apresentação de requerimento por parte daqueles que querem sugerir programas de governo que serão acompanhados mais diretamente por esta Comissão de Meio Ambiente. A minha ideia é, depois do prazo de 26 de março, na semana subsequente, colocar em votação, porque seguramente aparecerão mais políticas públicas do que aquelas que são previstas no acompanhamento mais direto, e aí escolheremos quais serão essas medidas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Agradeço à nossa consultora Helena.

Agradeço ao meu querido Senador Fabiano Contarato. Parabéns à sua querida Mariana, sua filhinha que está completando dois anos! Que Deus o abençoe e abençoe também seu companheiro, sua filha e seu outro filho.

Um abraço a todos! Bom fim de semana!

Que Deus nos proteja e que a vacina chegue rápido!

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

